

FICHA TÉCNICA

Título

Fragmenta Historica – História, Paleografia e Diplomática – N.º 11 (2023)

ISSN

1647-6344

Editor

Centro de Estudos Históricos

Director

João José Alves Dias

Conselho Editorial

João Costa: Licenciado em História pela FCSH/NOVA. Mestre em História Medieval pela FCSH/NOVA. Doutor em História Medieval na FCSH/NOVA

José Jorge Gonçalves: Licenciado em História pela FCSH-NOVA. Mestre em História Moderna pela FCSH/NOVA. Doutor em História Moderna pela FCSH/NOVA

Pedro Pinto: Licenciado em História pela FCSH/NOVA

Conselho Científico

Fernando Augusto de Figueiredo (CEH-NOVA; CHAM – FCSH/NOVA-UAç)

Gerhard Sailer (Diplomatische Akademie Wien)

Helga Maria Jüsten (CEH-NOVA)

Helmut Siepmann (U. Köln)

Iria Vicente Gonçalves (CEH-NOVA; IEM – FCSH/NOVA)

João Costa (CEH-NOVA; CHAM – FCSH/NOVA)

João José Alves Dias (CEH-NOVA; CHAM – FCSH/NOVA-UAç)

João Paulo Oliveira e Costa (CHAM – FCSH/NOVA-UAç)

Jorge Pereira de Sampaio (CEH-NOVA; CHAM – FCSH/NOVA-UAç)

José Jorge Gonçalves (CEH-NOVA; CHAM – FCSH/NOVA-UAç)

Julián Martín Abad (Biblioteca Nacional de España)

Maria Ângela Godinho Vieira Rocha Beirante (CEH-NOVA)

Maria de Fátima Mendes Vieira Botão Salvador (CEH-NOVA; IEM – FCSH/NOVA)

Design Gráfico

Ana Paula Silva

Índices

Ana Luísa R. Moreira, Carlos da Silva Moura, Daniela Fernandes Santos, Diana Martins, Joana Gonçalves, João Costa, José Jorge Gonçalves, Margarida Contreiras, Pedro Pinto, Rui Pedro Neves

Imagem de capa

Torre do Tombo, 15.º Cartório Notarial de Lisboa, Ofício-A, Livro de notas n.º 40, Cx. 8 f. 93v-94v



SUMÁRIO

Editorial, p. 9

João José Alves Dias

Imagem da capa: Gonçalo Fernandes Trancoso, o escritor e vendedor de trigo, p. 11

Pedro Pinto

ESTUDOS

O ser humano, fonte de humor na sua identificação (Séculos XIII-XV), p. 21

Iria Gonçalves

As capelas quinhentistas do Convento de Avis: Um novo meio de domínio da Ordem e de afirmação das elites locais, p. 81

Maria Ângela Beirante

Transcrição do auto de inventário e sequestro do Colégio da Companhia de Jesus no Rio de Janeiro, 1760, p. 141

Eliane Cristina Deckmann Fleck, Jonis Freire, Marcia Amantino, Marieta Pinheiro de Carvalho

MONUMENTA HISTORICA

Rui Pedro Neves, Pedro Frederico Rebelo Alves Sainhas, Pedro Pinto, João Pedro Inácio Costa, Bruna Margarida Gonçalves Santos, Diana Martins, Afonso Soares de Sousa, Luís Miguel Rêpas, João Pedro Alves, Fábio da Conceição Almeida Gonçalves, Joana Lages Gonçalves, Francisco de Paula Cañas Gálvez, Saul António Gomes, Beatriz da Silva Felício, Margarida Contreiras, Carlos Silva Moura, Pedro Reis, Miguel Augusto Luís, António Conduto Oliveira, Maria Teresa M. N. Oliveira, Sandra Osório, Ana Luísa R. Moreira, Ana Isabel Lopes, Ricardo Pessa de Oliveira, Luciene Lages Silva

A ordem dos documentos desta secção encontra-se nas páginas seguintes (4 a 7)

ÍNDICE

Índice antroponímico e toponímico deste número, p. 543

MONUMENTA HISTORICA – Ordenação da documentação

Egas Soares vende a D. Hugo, Mestre da Ordem do Templo, uma herdade situada em Lourosa, no lugar do Boco (1125), p. 253

Maria Soares vende a Martins Anes uma herdade situada em Sanfalhos (Vila Nova de Gaia) (1172), p. 255

Soeiro Guterres e sua esposa, Sancha Peres, vendem a Pedro Eirigues e sua esposa, Maior Mendes, uma herdade (1172), p. 257

Dórdia Pais doa ao Mosteiro de S. Pedro de Pedroso uma herdade situada em Guimarães (1172), p. 259

Elvira Soares vende a Maria Nunes uma herdade situada em Soutelo da Gamoeda (1172), p. 261

João Anes vende a Pedro Gonçalves uma herdade situada em Lavadores (1172), p. 263

Paio Bermudes, juntamente com a sua esposa, vendem a Paio Pais e sua esposa uma herdade situada em Paradela (1173), p. 265

Pedro Gonçalves e sua esposa vendem a Pedro Eirigues e sua esposa um casal situado em Alvarenga (1173), p. 267

Soeiro Arigu e sua esposa vendem uma herdade a Pedro Eirigues e sua esposa situada junto a Castro de Boi (1173), p. 269

Doação de Mendo Teles ao mosteiro de S. Pedro de Pedroso de uma herdade, constituída pela oitava parte da *villa* de Lourosa e da igreja de S. Tiago (1196), p. 271

Carta de D. Pedro Anes aos juizes da Covilhã em remediação dos seus roubos e usurpações, prometendo-lhes remediar e respeitar a carta que o rei lhes concedeu (1273), p. 273

Pública forma da carta régia de 9 de outubro de 1285 de D. Dinis, pela qual ordena a todos os concelhos do reino que o pão produzido nos termos de cada concelho fosse levado às vilas (1285), p. 275

D. Dinis intervém na disputa entre os concelhos de Covilhã e Castelo Branco (1305), p. 277

Carta de D. Afonso IV ao alcaide e juizes da Lousã sobre uma quintã na foz de Arouce (1325), p. 279

D. Afonso IV manda que sejam pagas as 2000 libras que a coroa devia ao concelho da Covilhã (1334), p. 281

Carta de venda de uma vinha em Albarrol, termo de Penela, por Pedro Lourenço, tabelião em Soure, a Bento Domingues, por 16 libras portuguesas (1336), p. 283

O almotacé mor Martim Afonso obriga o almocreve Vivas Domingues a pagar cinco maravedis dado ter vendido pescados na Aldeia de Joanes sem almotaçaria (1356), p. 285

Carta de Sesmaria (1358), p. 287

Carta de quitação dada por Gomes Eanes, falcoeiro do rei e marido de Teresa Peres, a Gonçalo Esteves do Casal, escudeiro, que fora tutor da mulher do falcoeiro (1380), p. 289

Carta de partilhas com o inventário dos bens móveis e imóveis que tinham pertencido a João Aires, falcoeiro do rei D. Fernando (1384-1385), p. 291

Registo de dívidas a Gomes Lourenço, mercador de Santarém (1391), p. 297

Termo de juramento de Álvaro Martins e João Domingues, juizes em Castelo Branco, para que cumpram os seus compromissos perante Álvaro Gomes, juiz em Covilhã (1393), p. 301

Carta de citação feita a João Gil, escudeiro, morador em Messejana (fg. Maxial, C. Torres Vedras), para comparecer perante a rainha D. Filipa, por causa de umas herdades na Aldeia Grande (fg. Maxial, C. Torres Vedras) (1411), p. 303

Carta do infante D. Pedro, duque de Coimbra, sobre os bens que um seu escudeiro tomou à abadia de Lorvão em Abiul (1416), p. 305

Mercê da igreja de Santa Maria dos Mártires, em Alcácer do Sal, a João Rodrigues, capelão do infante D. João (1429), p. 307

Confirmação dos privilégios dos lavradores, caseiros e apaniguados de João de Ornelas, contador do Rei (1429), p. 309

Carta do Infante D. João ordenando ao prior-mor e raçoeiros da Igreja de Santa Maria de Alcácer que cumpram a sentença emitida contra eles e em favor de João Rodrigues, capelão do infante (1433), p. 311

Privilégios da Torre de Dona Chama (1456), p. 313

Privilégio de que não sejam apurados para guerra moradores nas terras do Mosteiro de Santa Clara de Coimbra (1458), p. 319

D. Afonso V escreve ao Conde de Arcos sobre o reconhecimento de D. Joana como rainha de Castela (1474), p. 321

D. Afonso V de Portugal, como rei de Castela escreve ao conde de Ureña, assegurando-lhe a posse da tenência da fortaleza de Carmona com os ofícios da justiça, mercê que Enrique IV de Castilla tinha concedido anteriormente a seu padre, Pedro Girón, mestre de Calatrava (1475), p. 323

Um dom prior armado (1483), p. 325

Carta de D. Manuel I à cidade de Évora, pedindo que o concelho averigue os direitos que tem no chão do antigo adro dos judeus (1498), p. 327

Convocatória das cortes de Toledo para jurar D. Isabel, por casamento rainha de Portugal, como princesa herdeira dos reinos de Castela, Leão e Granada (1498), p. 329

Inquirição de testemunhas que tirou António Carneiro por ordem régia sobre João Rodrigues Mouzinho abrir o cofre do camareiro-mor (1499), p. 331

Dados genealógicos copiados do cartório da Igreja de Santa Maria de Tavira e do cartório da Câmara de Loulé (Séc. XV-XVII), p. 337

Livro do tesouro do condestável D. Afonso, sobrinho do rei D. Manuel I (1500-1502), p. 381

Cartas de Bartolomeu de Paiva sobre obras várias nos paços do Rei [1506?], p. 455

Descrição do orçamento da viagem de 1509 do Marechal Fernando Coutinho a Calecut [1509], p. 459

Mandado de D. Pedro do Castro, vedor da Fazenda, a Pedro Fernandes, recebedor das jugadas de Santarém, para que pague aos passareiros pelos falcões que entregaram a D. Brás, caçador-mor do rei (1510), p. 463

Carta de conhecimento através da qual se atesta que Pedro Fernandes, recebedor das jugadas de Santarém, pagou a João Curado, morador em Santarém, pelas aves que entregou a Jorge Vaz, escudeiro da casa do rei (1510), p. 465

Mandado de D. Brás Henriques, caçador mor do Reino, e respetiva certidão, através da qual se ordena o pagamento a Lourenço Dias, morador em Benavente, pelas aves que entregou ao caçador mor (1510), p. 467

Carta de D. Manuel I ao rei de Aragão sobre o cerco de Pamplona e a dispensa de um embaixador (1512), p. 469

Caderno com a relação dos fidalgos de Tavira que tinham armas e cavalos [post. 1520?], p. 471

Pergaminhos respançados e tinta preta (1524), p. 477

Dois alvarás da Rainha D. Joana, a Excelente Senhora (1530), p. 479

Carta de D. João III a Gil Madeira sobre as casas da rainha em Xabregas (1533), p. 483

Pêro Pexão, mestre dos canos de chumbo do paço de Sintra (1543), p. 485

Carta de perdão a Pedro Francisco, mestre de abrir selos (1547), p. 487

Cortes de Coimbra de 1527 (1554), p. 489

Carta da infanta D. Isabel à priora de Chelas (1558), p. 491

Carta da infanta D. Isabel à priora de Chelas (1566), p. 493

Obrigação de Martim Afonso, homem preto forro, de servir como um dos trombetas de Beja (1569), p. 495

Testamento de D. Pedro de Meneses, capitão de Diu (1582), p. 497

Testamento de Jer nimo de Barros (1585), p. 505

Traslado de um contrato de relacionamento entre Silves e Portimão celebrado em 1477 (1591), p. 515

Consulta sobre as discórdias entre os pescadores portugueses e galegos na ilha da Canosa, na foz do rio Minho, a respeito da pescaria dos s veis (1777-1778), p. 523

Capítulos de uma visita pastoral   paróquia de Almo ter, bispado de Coimbra (1805), p. 531

Requerimento de passaporte do professor régio Luiz dos Santos Vilhena para retornar à Bahia em 1808 (1808), p. 535

Devassa a que se procedeu sobre o incêndio na Real Mata do Camarido (1821), p. 539

AS CAPELAS QUINHENTISTAS DO CONVENTO DE AVIS: UM NOVO MEIO DE DOMÍNIO DA ORDEM E DE AFIRMAÇÃO DAS ELITES LOCAIS

Maria Ângela Beirante

Centro de Estudos Históricos, Universidade NOVA de Lisboa

Resumo

O presente artigo pretende mostrar como as relações que se foram estabelecendo, ao longo da Idade Média, entre a Ordem e a população de Avis, se estreitaram extraordinariamente durante o século XVI, devido à abertura do convento, enquanto espaço funerário, a elementos exteriores à Ordem e traduziu-se na fundação de capelas perpétuas por parte dos elementos das famílias mais nobres e abastadas de Avis que nele foram sepultadas. Assim, a prática da fundação de capelas no convento de Avis valorizou, ao mesmo tempo, o papel da Ordem, como mediadora entre os vivos e os mortos e converteu-se num instrumento de elitização das famílias principais da urbe.

Palavras-chave

Ordem de Avis, convento, testamento, capela, elite, apelido.

Abstract

This article aims to show how the relationships between the Order and the population of Avis were established throughout the Middle Ages, and were extraordinarily strengthened during the 16th century. These closer links came as a result of opening the convent up to elements outside the Order as a funerary space, and led to the foundation of perpetual chantries by members of the most noble and wealthiest families of Avis who were buried there. Thus, the practice of founding chantries in the convent of Avis added value to the Order's role as a mediator between the living and the dead while, at the same time, becoming an instrument for the city's main families to become part of the elite.

Keywords

Order of Avis, convent, testament, chantry, elite, surname.

Artigo recebido em: 14.03.2023 | Artigo aprovado em: 09.10.2023

© *Fragmenta Historica* 11 (2023), (81-140). Reservados todos os direitos. ISSN 1647-6344

1. FONTES, OBJECTIVOS E CRONOLOGIA

A leitura de quatro tombos de capelas provenientes do convento de Avis ditou, por assim dizer, os objectivos deste estudo¹. Num universo de 63 capelas, cujo âmbito cronológico vai de 1520 a 1744, elegemos, para o efeito, as 26 capelas que foram instituídas durante o século XVI². A riqueza de informação que estas fontes contêm – testamentos, doações, listas de bens vinculados às capelas e documentos relativos à sua administração – permitiu-nos lançar novas pistas sobre as relações existentes entre o convento e a

¹ Os três primeiros tombos conservam-se no Arquivo Distrital de Portalegre e o quarto no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. São eles:

1) *Testamentos com instituição de capelas* (ADP, Convento de S. Bento de Avis, Tombos de Capelas, Cx. 06). Contém testamentos originais fundadores de capelas, datados de 1520 a 1750. Será identificado como *Testamentos*.

2) *Tombo de capelas: 1609/1750* (ADP, Convento de S. Bento de Avis, Tombos de Capelas, Cx. 07). Sendo ordenado pelo prior-mor D. Lopo de Sequeira, em 1607, reúne cópias autênticas dos originais contidos no livro anterior, mas abrange um maior número de capelas, incluindo documentos relativos à administração das mesmas. Será designado por *Tombo I*.

3) *Tombo de capelas: 1692* (ADP, Convento de S. Bento de Avis, Tombos de Capelas, Cx. 06). “Memorial e recapitulação de todas as capelas” mandado fazer pelo prior-mor D. António de Brito Pereira em 1692, regista apenas as capelas mais antigas. Será chamado *Tombo II*.

4) *Inventário da prata e ornamentos: 1596/1709* (ANTT, Ordem de Avis, Convento de S. Bento de Avis, livro 3). Mais do que um inventário de bens móveis este tomo é um registo completo das capelas do convento, com a indicação das missas e obrigações que lhes são inerentes. Foi mandado fazer, em 1596, pelo prior-mor D. Francisco do Avelar, mas reúne documentação que vai da segunda década do século XVI até aos finais do século XVII. Apesar de ser mais sucinto do que os livros anteriores, é o que contém maior número de capelas. Será identificado como *Inventário*. O “título da prata e ornamentos” que dá nome a este tomo foi objecto de um trabalho de Nuno Vassallo e Silva, “O antigo tesouro do Convento de S. Bento de Avis”, in *Guerra, Religião, Poder e Cultura – Actas do III Encontro sobre Ordens Militares* (coord. Isabel Cristina Fernandes), vol. 2, Edições Colibri, 1999, pp. 385-395. Note-se que alguns documentos referentes a estas capelas podem figurar nas quatro compilações, mas a sua ordem sequencial está longe de ser cronológica. Foi do confronto das várias versões que pudemos estabelecer os contornos das várias fundações.

² Não serão objecto da nossa análise as 24 capelas que foram instituídas no século XVII, as 5 que provêm do século XVIII, mais 8 que não estão datadas, mas que se distribuem pelos séculos XVI e XVII.

vila de Avis. Seguindo esta linha de investigação, pudemos constatar que o convento da Ordem de Avis foi o primeiro, entre os conventos das Ordens Militares portuguesas, a abrir o seu espaço funerário a elementos que não pertenciam à Ordem, facto que deixa adivinhar uma intenção deliberada por parte dos seus dirigentes.

No primeiro quartel do século XVI, a vila de Avis, do ponto de vista demográfico, ocupava o sexto lugar no conjunto das grandes vilas do actual Alto Alentejo³. Todavia, como as cidades e vilas medievais e modernas se definiam mais pela qualidade e prestígio dos seus moradores do que pela quantidade dos mesmos⁴, dentro dessa lógica, Avis ocupava um lugar privilegiado no conjunto daquelas povoações. Sede da Ordem que dela tomou o nome, a vila tirou dela o prestígio, que ostentava através da monumentalidade dos seus muros, do seu castelo e do seu convento, centro de poder real e simbólico.

Desde a Idade Média, à semelhança do que acontecia por toda a Europa, que, nas cidades e nas grandes vilas alentejanas, os conventos franciscanos e dominicanos eram muito procurados como lugares de sepultura. Os habitantes das urbes de *status* mais elevado e/ou detentores de maior fortuna buscavam, através da fundação de capelas nas igrejas, mas sobretudo nos conventos, a salvação da alma e a perpetuação da memória, individual e familiar⁵. Deste modo, a fundação de uma capela passou a ser sinónimo de pertença a um grupo social de excepção.

³ No numeramento de 1527-1532, Avis contava com 896 fogos, depois de Montemor-o-Novo, com 1594; Estremoz, com 1421; Vila Viçosa, com 1066; Borba, com 933; Castelo de Vide, com 911 [João José Alves Dias, *Gentes e Espaços (em torno da população portuguesa na primeira metade do século XVI)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/JNCT, 1996, pp. 540-544].

⁴ Christine Lamarre, “La ville des géographes français de l’époque moderne, XVIIe – XVIIIe siècles”, in *Genèses* 33, déc.1998, pp. 4-27 [on line].

⁵ Cite-se o caso da cidade de Évora, em que, 80% das 74 capelas que figuram do Tombo das Capelas de Évora, de 1537, datadas de 1300 a 1532, foram instituídas nos conventos de ordens mendicantes, com largo destaque para o convento de S. Francisco, ficando apenas 12% às igrejas paroquiais (Maria Ângela Beirante, “Capelas de Évora”, in *Territórios do Sagrado. Crenças e Comportamentos na Idade Média em Portugal*, Lisboa, Edições Colibri, 2011, pp. 35-70).

Na vila de Avis, onde logicamente não existia qualquer convento que não o da Ordem, a eleição de sepultura estava circunscrita à igreja matriz. Assim, a abertura do espaço funerário conventual a elementos exteriores à Ordem representou uma alternativa de qualidade ao tradicional enterramento na matriz. A possibilidade de repousar no interior do seu vetusto templo pôde trazer aos principais habitantes da urbe uma maior consciência de pertença a uma elite. É sobre esta elite, ou melhor, sobre as elites de Avis que, no século XVI, fundaram capelas no convento da Ordem que nos iremos debruçar⁶.

Devemos lembrar que o conceito de elite veio do campo da sociologia política para o da história⁷. Aplica-se a um grupo social que domina a sociedade pela sua influência, seu prestígio, sua riqueza, seu poder económico e político, ou seja, àquela fracção da população onde se concentra poder, autoridade e influência⁸. Considerada no singular, a elite remete para a classe dirigente ou governamental. Considerada no plural, abrange todos os indivíduos que ocupam um lugar preponderante nos vários campos de actividade, tanto pelas funções exercidas como pela posição adquirida⁹. A posição elitista exige um triplo reconhecimento: por parte dos que não fazem parte do grupo, por parte dos seus pares e por parte da autoridade legitimamente constituída¹⁰.

Todos estes requisitos convergem na maior parte dos agentes fundadores das capelas de Avis. Através da instituição de capelas perpétuas de intercessão pelos mortos, os membros mais destacados da vila confiaram aos freires o destino

das suas almas e elegeram o convento como lugar de sepultura dos seus corpos, mas, por detrás do objectivo espiritual que presidia à fundação de uma capela, existia um claro desejo de afirmação social de uma família ou de um grupo¹¹.

A escolha desta cronologia exige uma justificação, uma vez que o século XVI está longe de se poder considerar um período uniforme. Os historiadores das Ordens Militares em Portugal consideram que, do ponto de vista institucional, a primeira metade do século XVI prolonga a realidade do século anterior e que a verdadeira mudança só ocorreu em 1551, com a incorporação dos mestrados na Coroa¹². Por sua vez, os historiadores da Idade Moderna reconhecem que o século XVI português está marcado por grandes viragens, como a da crise dinástica ou a da implantação da Contra-Reforma¹³. Todavia, do ponto de vista do tema em estudo, ele representa um marco importante no estreitar de relações entre o convento de Avis e a população da vila. Na realidade, foi durante esta centúria que se generalizou a prática da fundação de capelas através das quais se estabeleceu uma aliança, que se queria imperecível, entre a Ordem e as principais famílias de Avis.

2. METODOLOGIA

O tema deste trabalho situa-se no campo da história social, mas é indissociável da história das Ordens Militares e da história da morte. Adoptámos, por isso, uma metodologia, que julgamos inédita, em que se cruzam duas linhas de investigação: a historiografia das Ordens Militares e a historiografia da morte.

⁶ É de assinalar que, para uma cronologia relativamente próxima, as elites de Avis foram objecto de um trabalho de Maria Antónia F. Pires de Almeida, *Família e Poder no Alentejo: Elites de Avis - 1886-1941*, Lisboa, Edições Colibri, 1997.

⁷ A teoria clássica das elites deve-se aos cientistas políticos italianos Vilfredo Pareto (1848-1923) e Gaetano Mosca (1858-1941). Posteriormente foi o sociólogo francês Pierre Bourdieu (1930-2002) quem mais contribuiu para o aprofundamento deste conceito.

⁸ A. Burguière (ed.), *Dictionnaire des Sciences Historiques*, Paris, PUF, 1986; Philippe Depreux, *L'historiographie des élites politiques*, Paris, 2004.

⁹ Lucien Faggion, "Du lien politique au lien sociale: les elites. Introduction", *Rives Méditerranéennes*, 32-33, 2009, pp. 7-21.

¹⁰ François Bougard, "Les élites du Moyen Âge", in *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, 2013|4 (68e année), *Status Sociaux*, pp. 1079-1112.

¹¹ Este duplo objectivo está patente nos testamentos dos intuitores de capelas. Veja-se, a propósito, Monique Maillard-Luyptaert, "Pour le salut de mon âme et l'honneur de mon église. Le testament de Grégoire Nicole, chanoine et officiel de Cambrai", *Revue du Nord*, 2010/1, n.º 384, pp. 7-51.

¹² Luís Filipe Oliveira, Luís Adão da Fonseca, Maria Cristina Pimenta, Paula Pinto Costa, "The Military Orders", in *The Historiography of Medieval Portugal, c. 1950-2010*, (dir. José Mattoso, eds. Maria de Lurdes Rosa, Bernardo Vasconcelos e Sousa, Maria João Branco), Lisboa, IEM, 2011, pp. 425-457.

¹³ João José Alves Dias, "Introdução", in *Nova História de Portugal* (dirs. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques) vol. V - *Portugal do Renascimento à Crise Dinástica*, (coord. J. J. Alves Dias), Lisboa, Editorial Presença, 1998.

*Historiografia dos Ordens Militares

No início deste milénio, a historiografia dos Ordens Militares elegeu como campo de estudo a ligação das milícias com as cidades medievais. Damien Carraz, um dos principais representantes desta nova abordagem, adoptou o termo “inurbamento”, consagrado pela historiografia italiana e aplicou-o aos Ordens Militares. Dentro deste conceito cabe não apenas a instalação das milícias no espaço urbano, mas também toda a teia de relações - económicas, sociais, religiosas e culturais - que se tecem entre os monges guerreiros e as urbes. Consta ainda que o fenómeno do “inurbamento” é particularmente significativo no Sul de França, na Itália e na Espanha¹⁴. Podemos acrescentar que o mesmo aconteceu em Portugal, onde o recrutamento urbano dos Ordens e a sua acção construtora nas cidades reconquistadas já foram objecto de trabalhos, como os de Luís Filipe Oliveira¹⁵.

O interesse pelas relações entre os Ordens Militares e as populações urbanas esteve na origem da realização do colóquio internacional de Clermont-Ferrand, em Maio de 2010¹⁶ e marcou também presença no encontro de homenagem a Alain Dumerger, reputado investigador das mesmas Ordens¹⁷. Como podemos constatar, todos estes trabalhos se circunscrevem ao período medieval, permanecendo na sombra, pelo menos em Portugal, as relações mantidas entre as Ordens Militares e as respectivas sedes conventuais urbanas, desde a Época Moderna até à

sua extinção no século XIX¹⁸. O trabalho que aqui se apresenta procura lançar alguma luz sobre as relações que os freires de Avis estabeleceram com as elites locais durante o nosso “século de ouro”. Como as ligações visadas se estabelecem a partir dos actos de fundação de capelas, somos igualmente confrontados com um outro campo de investigação: a história da morte.

*A Historiografia da morte

A historiografia em torno do tema da morte “nasceu” nos anos 1970, no âmbito da história das mentalidades proposta pela “Nouvelle Histoire” e, entre os seus pioneiros, contam-se nomes como os de Michel Vovelle, Philippe Ariès, Pierre Chaunu e Jacques Le Goff¹⁹. Nos anos 1980 e 1990 a morte tornou-se tema obrigatório nas historiografias dos vários países da Europa e fora da Europa, estando na origem de inúmeras publicações²⁰. Na última década, tem-se registado

¹⁸ Cite-se, como excepção, o artigo de Fernanda Olival, “O Clero da Ordem de Avis na região alentejana (1680-1698)”, in *Guerra, Religião, Poder e Cultura - Actas do III Encontro sobre Ordens Militares*, (coord. Isabel Cristina Fernandes), vol. 2, Edições Colibri, 1999, pp. 187-221.

¹⁹ Michelle Vovelle, *Piété baroque et déchristianisation en Provence au XVIIIe siècle*, Paris, Plon, 1973; *Mourir autrefois. Attitudes collectives devant la mort aux XVIIe et XVIIIe siècles*, Paris, Gallimard, 1974. Philippe Ariès, *Essais sur l'histoire de la mort en Occident du Moyen Âge à nos jours*, Paris, Seuil, 1975; *L'homme devant la mort*, Paris, Seuil, 1977. Pierre Chaunu, *La Mort à Paris, XVIe, XVIIe et XVIIIe siècles*, Paris, Fayard, 1978; Jacques Le Goff, *La naissance du Purgatoire*, Paris, Gallimard, 1982.

²⁰ Em Portugal, o primeiro estudo histórico sobre a morte é de Maria Ângela Beirante, “Para a história da morte em Portugal (sécs. XII-XIV)”, in *Estudos de História de Portugal*, vol. I (sécs. X-XV). Homenagem a A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Estampa, 1982, pp. 357-383. Dada a impossibilidade de enumerar aqui os muitos estudos sobre a morte realizados entre nós, limitamo-nos a citar alguns dos mais representativos para a Idade Média: o artigo de Maria Manuela Santos Silva, “Contribuição para o estudo das oligarquias urbanas medievais: a instituição de capelas funerárias em Óbidos na Baixa Idade Média”, in *A Cidade. Jornadas inter e pluridisciplinares*, vol. II, Lisboa, Universidade Aberta, 1993, pp. 115-127; a tese de mestrado de Hermínia Maria Vasconcelos Vilar, *A Vivência da Morte no Portugal Medieval. A Estremadura Portuguesa (1300-1500)*, Redondo, 1995; a tese de doutoramento de Maria de Lurdes Rosa, *As almas herdeiras. Fundação de capelas fúnebres e afirmação da alma como sujeito de direito: Portugal, 1400-1521*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2012.

¹⁴ Damien Carraz, *L'Ordre du Temple dans la basse vallée du Rhône (1124-1312). Ordres militaires, croisades et sociétés meridionales*, Lyon, Presses Universitaires de Lyon, 2005, p. 255 e ss.

¹⁵ Luís Filipe Oliveira, *A Coroa, os Mestres e os Comendadores. As Ordens Militares de Avis e de Santiago (1330-1449)*, Faro, Universidade do Algarve, 2009; (coord.) *Comendas Urbanas das Ordens Militares*, Lisboa, Edições Colibri, 2016. A acção construtora das Ordens Militares nas cidades do sul de Portugal foi também pontualmente assinalada em alguns trabalhos de história urbana publicados nas últimas décadas do século passado.

¹⁶ Damien Carraz (ed.), *Les ordres militaires dans la ville médiévale (1100-1350)*, Clermont-Ferrand, Presses Universitaires Blaise Pascal, 2013.

¹⁷ Philippe Josserand, Luís Filipe Oliveira, et Damien Carraz (dirs.), *Élites et Ordres Militaires au Moyen Âge. Rencontre autour d'Alain Dumerger*, Madrid, Casa Velasquez, 2016.

um certo abrandamento na produção histórica sobre a morte, mas este tema continua a integrar projectos de investigação e a ser objecto de publicações recentes²¹.

Um elemento comum a todos os trabalhos sobre a história da morte é o recurso ao testamento como sua fonte principal, diferindo, contudo, a sua perspectiva de análise. Numa primeira fase, os historiadores deram especial ênfase às “estratégias de salvação” adoptadas pelos testadores com vista à salvação das suas almas. Elas obedeceriam a duas lógicas: a da perpetuidade, que se traduzia na celebração de missas perpétuas associadas a capelas e aniversários; e a da acumulação, que se materializava na celebração de exéquias fúnebres e de sufrágios temporários. A propósito destas estratégias, Jacques Chiffolleau não hesita em falar da contabilidade ou da economia da salvação²².

A partir de finais do século XX, e sob influência da historiografia alemã de Otto Gerhard Oexle, os historiadores passaram a focar-se sobre as “estratégias da memória” presentes nos testamentos²³. Definem a memória como um fenómeno-chave da vida social e sublinham que os próprios actos de intercessão são também estratégias de lembrança que servem para reforçar os laços entre os vivos e os mortos.

O papel da memória no estudo das atitudes perante a morte tem sido particularmente analisado pelas historiografias dos países onde a Reforma se impôs e nos quais foi proibido qualquer culto de intercessão pelos mortos. Por exemplo, em Inglaterra, a partir de 1558, a abolição das ca-

pelas e das orações pelos mortos abriu caminho a uma secularização da sua memória²⁴. Deste modo, os historiadores modernistas da Europa Reformada têm-se centrado nas diversas manifestações do culto da memória em relação aos mortos, como sejam as exéquias, os monumentos funerários e os próprios legados a favor dos vivos, em que os testadores procuram perpetuar a sua memória através de actos de generosidade. Em contrapartida, nos países da Contra-Reforma, de que Portugal é um exemplo, o culto de intercessão pelos mortos não só continuou, como se revigorou no período que vai do século XVI até à primeira metade do século XVIII. São testemunhos desse facto, entre muitos outros exemplos, as várias dezenas de capelas fundadas no convento de Avis durante esse período e que, tal como na Idade Média, visam, ao mesmo tempo, propiciar a salvação das almas e preservar a memória dos mortos.

3. DO “INURBAMENTO” DOS FREIRES DE ÉVORA À TERRITORIALIZAÇÃO DA ORDEM DE AVIS

Sob a ameaça da invasão almóada, D. Afonso Henriques fundou em Évora uma milícia própria que, entre 1174 e 1175²⁵, se instalou no coração da antiga cidade. Em Abril de 1176, considerando a saúde da sua alma, a utilidade dos cristãos e a defesa do reino, o rei fez uma doação perpétua ao mestre D. Gonçalo Viegas e seus freires que promoviam a Ordem de S. Bento em Évora e, entre os vários bens doados, destacam-se as suas casas de Évora, com seu alcácer velho e uma vinha e horta na periferia da cidade²⁶. Em 1181, provavelmente como recompensa da sua vitoriosa defesa da urbe no cerco de 1180/1181,

²¹ Citem-se alguns exemplos: Thierry Pécout (ed.) *Les chapitres cathedraux et la mort*, Actes de la table-ronde des *Fasti Ecclesiae Gallicanae*, organisés à Paris, Archives Nationales, le 18 mai, 2016, *Le Moyen Âge*, 2018/3-4; Clive Burgess, *The Right Ordering of Souls: The Parish of All Saint's Bristol on the Eve of the Reformation*, Woodbridge, Boydell Press, 2019; Emilio Mitre Fernandez, *Morir en la Edad Media-Los hechos y los sentimientos*, Madrid, Ediciones Cátedra, 2019.

²² Jacques, Chiffolleau, *La comptabilité de l'Au-Delà: les hommes, la mort et la religion dans la région d'Avignon à la fin du Moyen Âge*, (vers 1320-vers 1480), Rome, École Française de Rome, 1980.

²³ Michel Lauwers, “*Memoria*. A propos d'un objet d'histoire en Allemagne”, in *Les tendances actuelles de l'histoire du Moyen Âge en France et en Allemagne* (dirs. Jean-Claude Schmitt e Otto Gerhard Oexle), Paris, Sorbonne, 2003, pp. 104-126.

²⁴ Bruce Gordon and Peter Marshall, “Introduction” in *The Place of the Dead. Death and Remembrance in Late Medieval and Early Modern Europe* (eds. Bruce Gordon, and Peter Marshall), Cambridge University Press, 2000, pp. 1-16.

²⁵ É esta a opinião de Rui Pinto de Azevedo, “Primórdios da ordem militar de Évora”, *Boletim Cultural da Junta Distrital de Évora*, nº 8, Évora, 1967, pp. 3-30.

²⁶ Os bens em causa são assim denominados: “de domibus meis quas habeo in Elbora cum suo Alcazar veteri et de vinea mea cum orto suo qui iuxta illam stat”. Esta primeira doação régia à nova Ordem inclui também o castelo de Coruche com seus termos e ainda as suas casas em Santarém (ANTT, Ordem de Avis e Convento de S. Bento de Avis, mc. 2, nº 66).

o mesmo rei doou aos freires uma outra herdade situada no termo da cidade, com vinhas, almuinhas e figueirais, que adquirira por direito de conquista²⁷.

Seguindo o exemplo régio, também os moradores mais destacados da cidade favoreceram a milícia com as suas liberalidades. É o caso de Pedro Peres e de sua mulher D. Maior que, em 1181, doam aos freires de Évora uma herdade e uns moinhos na ribeira de Canha, no termo de Montemor-o-Novo, para remédio das suas almas²⁸. Em data imprecisa, o alcaide (*pretor*) de Évora Gonçalo Godins e sua mulher D. Teresa Mendes doam aos freires de Évora e da Ordem de Calatrava²⁹ uma sua herdade em Tamares, na condição de a possuírem até à morte de ambos³⁰.

É provável que algumas das doações feitas aos freires tivessem a intenção de vincular os doadores à Ordem, como seus familiares ou confrades. Segundo Damien Carraz, tanto a “familiaridade” como a “confraternidade” correspondiam a formas de integração dos laicos nas comunidades religiosas, mas em graus diferentes. Os familiares beneficiariam principalmente da protecção material da Ordem e as suas relações com ela eram principalmente de natureza económica. Estavam integrados nos serviços litúrgicos que lhes eram oferecidos pelas capelas e tinham acesso aos seus cemitérios. Em contrapartida, os confrades integravam de maneira muito mais estreita a comunidade monástica, fazendo-lhe dom da sua própria pessoa e adoptando um estado se-

mi-religioso³¹. Ambas as situações, decorrentes da necessidade comum de protecção, permitiam a familiares e confrades participar nos benefícios espirituais da comunidade e garantir a sua sepultura junto da casa de Deus³². É possível que a categoria de familiar dos conventos de Calatrava/Avis, cujas ordens foram incorporadas na Ordem de Cister, em 1187, equivalesse à categoria de converso ou irmão leigo das abadias cistercienses³³. Embora faltem dados que nos permitam afirmá-lo com segurança, é provável que o recrutamento de alguns freires de Évora se tenha realizado entre o grupo dominante dos cavaleiros eborenses anteriormente vinculados à Ordem.

Nos fins do século XII, além dos bens acumulados, os freires já tinham construído uma capela dedicada a S. Miguel e um hospital para acolherem pobres, peregrinos, órfãos e cativos fugidos do cativoiro dos sarracenos³⁴. Sendo estas fundações bem vistas pela população em geral, foram causa de protestos por parte do bispo e cabido da cidade, que acusavam os freires de os usurparem dos seus direitos paroquiais, nomeadamente no que dizia respeito aos direitos sobre sepulturas. Um documento que se conserva num cartulário da sé de Évora transcrito por Carlos da Silva Tarouca revela os principais pontos de fricção entre as duas entidades. Trata-se de uma composição realizada, antes de 1204, por ordem do rei D. Sancho I e do arcebispo de Compostela D. Pedro, entre o bispo D. Paio e o cabido de Évo-

²⁷ Trata-se de nova doação perpétua “de omne hereditate mea et de vinis meis et almuiniis et ficulneis quas mi assumperunt in termino Elbore extra vilam” (ANTT, Ordem de Avis e Convento de S. Bento de Avis, mc. 2, nº 110). Dentro desta herdade ficava a Várzea dos Freires que, a instâncias do rei D. Dinis, a Ordem de Avis vendeu ao concelho de Évora por 2 000 libras, para aí instalar o novo rossio da cidade (Maria Ângela Beirante, *Évora na Idade Média*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/JNCT, 1995, p. 83).

²⁸ ANTT, Ordem de Avis e Convento de S. Bento de Avis, mc. 2, nº 132.

²⁹ Uma vez que os freires já são identificados como de Évora e Calatrava, esta doação terá ocorrido depois de 1187, data em que, segundo Maria Cristina de Almeida e Cunha, a Milícia de Évora já estava filiada na Ordem de Calatrava (*Estudos sobre a Ordem de Avis (séc. XII-XV)*, Porto, Faculdade de Letras, Biblioteca Digital 2009, p. 98. <<https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/5965.pdf>>).

³⁰ ANTT, Ordem de Avis e Convento de S. Bento de Avis, mc. 2, nº 131.

³¹ Damien Carraz, *L'Ordre du Temple dans la basse vallée du Rhône (1124-1312). Ordres militaires, croisades et sociétés meridionales*, Lyon, Presses Universitaires de Lyon, 2005, p. 332.

³² Carlos de Ayala Martinez, “Formas de asociación laical en las órdenes militares hispanicas. Reinos de Castilla y León (siglos XII-XIII)”, in *Élites et Ordres Militaires au Moyen Âge. Rencontre autour d'Alain Demurger*, (dirs. Philippe Josserand, Luís Filipe Oliveira, et Damien Carraz), Madrid, Casa Velasquez, 2016, pp. 111-124.

³³ Como parece sugerir Maria Cristina de Almeida e Cunha, obra cit. pp. 48-50.

³⁴ Numa bula de confirmação de Inocêncio III de 20-5-1214, são enumerados os bens de Évora: “in Portugali in Civitate quae vocatur Elbore duos Alcazares vetus et novum, cum omni hereditate Regia et Hospitale, quod in eadem Civitate cum Capella S. Michaelis ad suscipiendos pauperes peregrinos, orphanos et captivos evadentes servitute Saracenica construxistis cum omnibus pertinentijs suis” (ORTEGA Y COTES, I. J. (ed.) *Bullarium Ordinis Militiae de Calatrava*, Madrid, 1761, p. 44).

ra, por um lado e o Mestre D. P[edro] e os freires de Évora, por outro³⁵.

Os freires obrigam-se a não acolher na sua albergaria qualquer paroquiano do bispo, nem a receber décimas nem mortuárias, enquanto o bispo exige que o cemitério da capela seja apenas destinado a sepultar os freires e os seus familiares. Todavia admite que os corpos daqueles que morressem na albergaria e deixassem alguns bens fossem sepultados no cemitério da capela com a obrigação de pagarem ao bispo um terço desses bens. Os freires comprometem-se ainda a não celebrar missas públicas na sua capela, excepto na festa de S. Miguel, devendo ceder ao bispo um terço das oblações. Por fim o prelado obriga os freires a depor o sino que tinham erguido e proíbe-os de fazerem confraria.

A conflitualidade entre estas duas entidades que disputavam entre si o espaço e o poder no centro da cidade, deve ter contribuído para a mudança de planos régios em relação aos Freires de Évora que levariam à sua territorialização. A data decisiva para essa mudança foi a de 30 de Junho de 1211, na qual D. Afonso II fez doação ao mestre de Évora D. Fernando Eanes, do lugar de Avis, na condição de aí edificar castelo e povoar a região. A partir desta data o rei transferia para a futura Ordem de Avis o domínio de um extenso território do Alto Alentejo, que lindava com os termos de Santarém, Abrantes, Elvas, Évora e Coruche³⁶. Nesta nova fase, a função defensiva da Ordem alargou-se à reorganização do espaço e à criação de estruturas de povoamento. Entre os meios usados para cumprir este programa conta-se a construção de redutos fortificados, a fundação de núcleos urbanos, a fixação de populações através do sistema de sesmarias e a instituição de comendas para gestão do património³⁷. Não menos importante foi a implantação de uma rede paroquial alargada, através da fundação de

igrejas e capelas, nas quais a Ordem, em nome dos direitos de padroado, nomeava os curas e partilhava com o bispo os rendimentos da *cura animarum*³⁸. Entre estes rendimentos contam-se os dízimos e as mortuárias.

Cumprindo as condições impostas pelo rei, os freires construíram o castelo de Avis e a respectiva povoação que rodearam de muralhas. No centro da vila ergueram a igreja de Santa Maria e dentro do castelo edificaram o convento que se converteu na sede definitiva da Ordem, mas a transferência só teria ocorrido por volta de 1223. Por sua vez, a antiga alcáçova dos Freires de Évora converteu-se na sede da comenda da Freiria que capitalizou o importante património que a Ordem tinha adquirido durante o período de instalação na cidade³⁹.

Os dois forais que D. Afonso II concedeu aos povoadores de Avis, em 1215 e 1218, atestam a necessidade, reconhecida pelo rei, de acelerar o seu povoamento⁴⁰. Em 19 de Agosto de 1253 a vila recebeu outro foral que lhe foi concedido pelo mestre Martim Fernandes, prova de que a Ordem já adquirira o senhorio de Avis⁴¹.

A territorialização da Ordem permitiu-lhe alargar extraordinariamente o seu campo de acção, quer no que toca à sua implantação no espaço urbano, quer ao exercício do múnus religioso e

³⁵ Carlos da Silva Tarouca, "As origens da Ordem dos cavaleiros de Évora (Avis) segundo as cartas do Arquivo do Cabido da Sé de Évora", *A Cidade de Évora*, nº 13-14 (1947), pp. 25-39.

³⁶ ANTT, Ordem de Avis e Convento de S. Bento de Avis, mc. 2, nº 61.

³⁷ Os primeiros comendadores conhecidos são o comendador de Évora, Mendo Simões, e o comendador de Coruche, Aurigo Mendes, que figuram como testemunhas na doação que o alcaide de Évora, Gonçalo Godins fez à Ordem no início do século XIII (ANTT, Ordem de Avis e Convento de S. Bento de Avis, mc. 2, nº 131).

³⁸ Maria Ângela Beirante, "Cabeção, uma pequena vila alentejana, situada nos domínios da Ordem de Avis", in *Pequenas Cidades no Tempo. O Ambiente e outros Temas* (eds. Adelaide Millán da Costa e Sara Prata), IEM, Câmara Municipal de Castelo de Vide, 2021, pp. 411-462.

³⁹ Este considerável património encontra-se descrito no *Tombo da Comenda de S. Miguel da Freiria* de 1593 (ANTT, Ordem de Avis e Convento de S. Bento de Avis, liv. 12). Além da igreja de S. Miguel da Freiria e da ermida dos Reis Magos, ao fundo da Rua do Espírito Santo, a comenda possuía muitas propriedades urbanas e rústicas em Évora e termo. A propriedade urbana era composta de 30 casas, 3 quintais e 1 terreiro, dito de D. Brás. A propriedade rústica constava de 52 prédios assim identificados: 32 vinhas, 12 ferragiais, 2 hortas, 1 quinta, 2 herdades e 3 courelas de terra. Pertenciam ainda à comenda da Freiria 3 prédios rústicos e umas casas em Arraiolos.

⁴⁰ O primeiro foi dado em Guimarães, a 10 de Julho de 1215 e segue o modelo de Évora. O segundo foi dado em Coimbra, em Agosto de 1218 e repete o anterior (ANTT, Ordem de Avis e Convento de S. Bento de Avis, mc. 2, nº 63 e 67).

⁴¹ Alexandre Herculano (ed.), *Portugaliae Monumenta Historica*, vol.II, *Leges et Consuetudines*, Lisboa, Academia Real das Ciencias, 1856-1868, pp. 295-296.

aos direitos a ele associados. Assim, por exemplo, numa composição realizada depois de 1216, entre o bispo de Évora e a Ordem, estabelece-se que os *familiares* dos freires que residissem nas suas vilas e que, tendo deixado bens à Ordem, fossem sepultados noutras igrejas, deviam dividir os seus legados entre os freires e as igrejas onde fossem enterrados⁴².

O texto desta composição é também testemunha de que a Ordem continuava a ter os seus *familiares*, aos quais dava protecção material e espiritual a troco de cedência de bens. Como provam alguns documentos posteriores, as relações de familiaridade parecem ter sido praticadas pela Ordem durante toda a Idade Média. Assim, em 1307, o mestre e o convento de Avis receberam como familiar a João Barão, com a condição de deixar à Ordem todos os seus bens de raiz, a troco de uma ração diária de pão, vinho, carne e pescado⁴³. Ainda em 1430, João Lourenço Gato doou à Ordem vários bens fundiários situados no termo de Avis, para que o convento e o mestre Frei Fernão Rodrigues o tomassem na sua mercê, dando-lhe de comer, vestir e calçar pelo resto da sua vida⁴⁴. É de crer que estes familiares do convento fossem acolhidos no hospital da Ordem situado no Rossio, pois, segundo o tombo de 1556, neste hospital, então em total ruína, estavam antigamente “doze merceiros da Ordem e dali hião rezar ao convento e la lhes dauam sua ração ordenada”⁴⁵.

4. O CONVENTO E A VILA NA IDADE MODERNA

Na Idade Moderna, o antigo vínculo pessoal de familiaridade com a Ordem tornou-se anacrónico, mas os testamentos analisados mostram a existência de vários laços de parentesco entre os ins-

tituidores de capelas e os freires conventuais. Os documentos quinhentistas provam também que, entre o convento e os moradores da vila, existiam fortes relações, não só de carácter religioso e cultural, mas também de carácter económico, na qualidade de foreiros das suas propriedades ou de oficiais e servidores do convento. Entre os oficiais da casa que viviam na vila, destacam-se o mestre de gramática, o tangedor dos órgãos e o físico. Este, por exemplo, devia visitar o convento duas vezes ao dia a fim de curar os doentes que nele viviam, estando também obrigado a curar os oficiais e servidores da casa que residiam na vila. De facto, o convento não era auto-suficiente em matéria de saúde. Ainda que nele houvesse uma botica provida de produtos considerados básicos - como águas destiladas, açúcar, confeitos, amêndoas, marmeladas, mel rosado, lentilhas e ameixas passadas -, as purgas, os xaropes e outras mesinhas de botica tinham de ser compradas na botica da vila⁴⁶. A própria cerca do convento era um espaço relativamente permeável. O regimento do convento de Avis, outorgado em 1546 pelo mestre D. Jorge, determina que a porta da torre da Rainha que dava acesso ao Rossio, estivesse aberta todo o dia⁴⁷. Por ela entravam as azêmolas que transportavam os dízimos para o celeiro e era eventualmente por ela que passavam os viajantes que demandavam as hospedarias do convento. Uma determinação do cardeal D. Henrique, de 1566, na sequência da visitação efectuada pelo doutor Frei mestre Afonso, vigário da igreja da Alcáçova de Santarém, preconiza que a porta do convento que dava acesso à vila se devia abrir duas vezes por dia: de manhã, enquanto se dissessem as missas, e à tarde, durante a celebração das vésperas⁴⁸, de modo a permitir aos moradores a participação nos serviços religiosos do convento. Transpunham também esta porta as procissões solenes⁴⁹ e ainda

⁴² Carlos da Silva Tarouca, “As origens da Ordem dos cavaleiros de Évora (Avis) segundo as cartas do Arquivo do Cabido da Sé de Évora”, *A Cidade de Évora*, nº 13-14 (1947), pp. 33-35.

⁴³ J. Mendes da Cunha Saraiva (ed.), *Direitos, bens e propriedades da Ordem e Mestrado de Avis nas suas três vilas de Avis, Benavila e Benavente e seus termos, Tombo feito pelo licenciado Jorge Lopes*, Lisboa, Arquivo do Ministério das Finanças, 1950-1953, p. 136. Citado por Maria Cristina de Almeida e Cunha, obra cit. p. 50.

⁴⁴ ANTT, Ordem de Avis e Convento de S. Bento de Avis, mc. 10, nº 903. Citado por Maria Cristina Gomes Pimenta, “A Ordem Militar de Avis durante o Mestrado de D. Fernão Rodrigues de Sequeira”, in *Militarium Ordinum Analecta*, nº1, Porto, 1997, pp.127-242, 196, nota 109.

⁴⁵ J. Mendes da Cunha Saraiva, obra cit., p. 99.

⁴⁶ ANTT, Ordem de Avis e Convento de S. Bento de Avis, liv. 9, fls. 14-15 e 51v.

⁴⁷ ANTT, Ordem de Avis e Convento de S. Bento de Avis, liv. 9, fls. 4-32, fl. 13v. Este documento foi publicado por Maria Cristina Gomes Pimenta, “As Ordens de Avis e de Santiago na Baixa Idade Média: O Governo de D. Jorge”, in *Militarium Ordinum Analecta*, nº 5, 2001, pp. 269-288.

⁴⁸ ANTT, Ordem de Avis e Convento de S. Bento de Avis, liv. 9, fls. 47-57, fl. 51.

⁴⁹ As procissões solenes organizadas pelo convento eram a de Nossa Senhora da Purificação com a bênção das Candeias, a da Assunção de Nossa Senhora e a da Visitação, a

os cortejos fúnebres daqueles que escolhiam ser sepultados em solo conventual. De acordo com a normativa da Ordem, o terreiro do convento funcionava como um espaço polivalente. O regimento de 1546 ordena que os moços da vila que, com licença do D. Prior, quisessem aprender a ler e a escrever com os freires, que fossem ensinados no terreiro⁵⁰. Já os moços que custeavam os seus estudos na instituição, tal como os moços de coro, tinham aulas dentro do edifício, como internos. Era também no terreiro, debaixo dum alpendre, que a amassadeira do convento devia joeirar o trigo, que depois era amassado e cozido na vila, sendo o pão trazido ao convento em seirões ou canastras, na azémola da Ordem, por indicação do celeireiro⁵¹. Apesar de algumas restrições de movimentos impostas aos freires pelo regulamento, o convento não era um espaço fechado sobre si. Era na sua portaria que os pobres recebiam as esmolas e mesmo os contratos civis, em que a Ordem era parte interessada, podiam ter lugar no interior do convento, do lado de dentro da portaria, no claustro, no refeitório e até na cela de algum professo.

5. ÂMBITO FUNERÁRIO DAS ORDENS MILITARES

Durante a Idade Média hispânica, as Ordens Militares, ao contrário das religiosas, de modo especial as mendicantes, não receberam no seu espaço sagrado os corpos dos defuntos estranhos às mesmas ordens, pois os seus mosteiros e igrejas serviam apenas de lugar de sepultura de mestres, comendadores, priores, freires e familiares. Excepcionalmente também podiam abrigar os restos mortais de seus nobres e régios fundadores ou protectores, que, ao erguerem as suas capelas funerárias dentro das igrejas da ordem, as convertiam em panteões de importantes linhagens nobres, facto bem documentado em igrejas das milícias de Calatrava e de Santiago em Castela⁵².

O que sabemos acerca dos conventos das Ordens Militares em Portugal permite-nos concluir que, durante a Idade Média, o seu espaço funerário estava exclusivamente destinado aos membros da ordem. Sabemo-lo, quer através das inscrições funerárias e dos monumentos tumulares que chegaram até nós, quer através dos autores que deles deixaram notícia. Quando os monumentos funerários dos altos dignitários de uma ordem militar tendiam a concentrar-se no mesmo espaço religioso, este assumia o papel de panteão da mesma ordem. Parecem configurar esta situação a igreja de Santa Maria dos Olivais de Tomar, da Ordem do Templo, bem como as igrejas dos mosteiros de Leça e de Flor da Rosa, da Ordem do Hospital⁵³. Também os Espatários, durante o período em que Alcácer do Sal foi cabeça da Ordem, elegeram para seu panteão a igreja de Santa Maria dos Mártires, onde foi edificada a Capela dos Mestres⁵⁴. Nos finais do século XV, quando o convento de Palmela se converteu em sede da milícia, a sua vocação funerária manteve-se fiel à tradição, pois o interior da igreja de Santiago continuou a ser o espaço exclusivo de sepultura de mestres, cavaleiros e figuras proeminentes da Ordem⁵⁵.

cha, 1999; Fernando Lopez Vargas Machuca, “El convento sevillano de Santiago de la Espada y sus enterramientos”, in *Las Ordenes Militares en la Península Iberica* (coord. Ricardo Izquierdo Benito e Francisco Ruiz Gomez), vol. I, 2000, pp. 231-253; Olga Pérez Monzón, “La imagen del Poder Nobiliario en Castilla. El arte y las Ordenes Militares en el tardogótico”, *Anuario de Estudios Medievales*, 37/2, 2007, pp. 907-956; Juan Zapata Alarcón, “El antiguo convento de Uclés (1468-152). Características espaciales y evolución arquitectónica: La iglesia y sus capillas funerarias”, in *Lope de Barrientos: Seminario de Cultura*, nº 5, 2012, pp. 225-255.

⁵³ Paula Maria de Carvalho Pinto Costa, “Redes de actualização, memórias sócio-religiosas e linguagem funerária dos Templários e dos Hospitalários em Portugal”, in *Milites Dei. Las ordenes militares: Encaje social y manifestaciones religiosas (XLVIII Semana Internacional de Estudios Medievales. Estella-Lizarrza, 19/22 de julio de 2022)*, Gobierno de Navarra, 2022, pp. 255-289.

⁵⁴ Maria Teresa Lopes Pereira, *Alcácer do Sal na Idade Média*, Edições Colibri, Câmara Municipal de Alcácer do Sal, 2000, pp. 27, 159, 212.

⁵⁵ Isabel Cristina Ferreira Fernandes, “Conventos da Ordem de Santiago de Palmela”, in *As Ordenes Militares e as Ordenes de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente. Actas do V Encontro sobre Ordenes Militares* (coord. Isabel Cristina Fernandes), Câmara Municipal de Palmela, 2009, pp. 583-634, p. 10.

2 de Julho. A organização da procissão do *Corpus Christi* pertencia alternadamente ao convento e à matriz da vila (ANTT, Ordem de Avis e Convento de S. Bento de Avis, liv. 9, fl. 5-5v).

⁵⁰ ANTT, Ordem de Avis e Convento de S. Bento de Avis, liv. 9, fl. 17v.

⁵¹ ANTT, Ordem de Avis e Convento de S. Bento de Avis, liv. 9, fl. 55v.

⁵² Miguel Cortés Arrese, *El espacio de la muerte y la arte de las ordenes militares*, Universidade de Castilla La Man-

O convento da Ordem de Avis, objecto do presente estudo, também foi, do ponto de vista funerário, durante toda a Idade Média, um pomo vedado às inumações de elementos estranhos à Ordem. Os simples freires e talvez os cavaleiros eram enterrados no claustro, enquanto os mestres recebiam sepultura dentro da igreja, o mais perto possível da capela-mor. Por estranho que pareça, muitas das suas sepulturas não ostentavam qualquer identificação epigráfica, mas apenas símbolos iconográficos da milícia. Disso nos dá conta Frei Jerónimo Román, numa obra escrita nos anos 80 do século XVI. Ao visitar a igreja conventual, constata que “en todo el Crusero se vem ordenes de sepulturas llanas com cruses tan largas como las piedras y la fama publica que esten en ellas maestres e notem en quasi todas ellas que en las cruses o a los lados tienen venas”.

Mas a sua atenção fixou-se, de modo particular, sobre os monumentos fúnebres de dois mestres, figuras emblemáticas da Ordem. O primeiro é o de D. Frei Fernão Rodrigues Monteiro, que o cronista diz ser um sepulcro de mármore branco e liso, um pouco levantado do chão, com o seguinte letreiro: “Aqui jaz Don Frey Fernan Ruis Montero primero Maestre que fue desta Orden e Cavalleria de Avis que esta tierra gano a los moros”⁵⁶.

O segundo túmulo, que Frei Jerónimo descreve detalhadamente, é de D. Frei Fernão Rodrigues de Sequeira⁵⁷. Nas suas palavras, ele “mandou lavar um sepulcro liso y llano de marmol blanco, pero alto e de mucha autoridade y de tal hechura que no ei visto en España outro della, salvo el del Prior Don Alvaro Gonçalo Pireira prior de san Joan, que esta en Frol de Rosa (...) Mandousse sepultar fuera de la capilla maior entre el primer arco de la nave del evangelio y en el pilar que sale de la capilla maior puso una tabla com este letreiro (...) Aqui jas en este moimento o nobre señor e religioso Don Frey Fernan Ruis de Siqueira Mestre de Cavalleria da Orden de Avis que criou o muy nobre señor Rey Dom João que foi Mestre desta Orden de que o dito Mestre soce-

deo (...) se finou deste mundo era do nascimento de Nosso Señor Jesu Christo (...) de mil e quatrocentos e trinta e tres annos e derradeiro dia de Agosto e morreo depois del Rey quatorse dias”⁵⁸.

Partindo das premissas conhecidas, foi com alguma surpresa que constatámos que mais de metade das 63 capelas fundadas no convento de Avis, entre 1520 e 1744 e registadas nos quatro tombos que constituem a fonte principal deste trabalho, pertencem a leigos. A surpresa aumentou quando verificámos que 73% dos fundadores das capelas instituídas no século XVI são leigos, prova de que, pelo menos, a partir da segunda década de quinhentos, o convento de Avis abriu o seu espaço funerário a elementos que não pertenciam à Ordem, o que não significa que lhe fossem alheios.

Procurámos estabelecer um paralelo com a documentação existente na Torre do Tombo indexada às capelas de outras Ordens Militares e constatámos que a Ordem de Cristo possui 5 livros relativos a capelas, datadas de 1511 a 1729 e que a Ordem de Santiago contabiliza 14 livros, com datas compreendidas entre 1541 e 1773⁵⁹. Ao contrário dos tombos da Ordem de Avis, a informação neles contida é bastante incompleta. Não contêm listas sistematizadas das capelas e são omissos quanto aos testamentos ou actos fundadores das mesmas e respectivas obrigações, recaindo a sua atenção sobre as propriedades e os rendimentos dos bens encapelados. Porém, a maior diferença em relação à documentação do convento de Avis é que as capelas fundadas no século XVI nos conventos de Tomar e de Palmela pertencem, salvo raras excepções, a membros das respectivas milícias. A Ordem de Cristo mostra-se até bastante rigorosa a este respeito, pois no capítulo XLVII da regra de 1503, sobre o enterramento dos cavaleiros, determina:

“Por uma definição antiga achamos que os comendadores e cavaleiros da ordem se devem

⁵⁶ A identificação deste mestre como o primeiro da Ordem está incorrecta, pois o primeiro mestre foi D. Fernando Eanes.

⁵⁷ Sobre esta figura, veja-se Maria Cristina Gomes Pimenta, “A Ordem Militar de Avis durante o Mestrado de D. Fernão Rodrigues de Sequeira”, in *Militarium Ordinum Analecta*, nº1, Porto, 1997, pp.127-242.

⁵⁸ Fr. Jerónimo Román, *História das Ínclitas Cavalarias de Cristo, Santiago e Avis* (coord. Paula Pinto Costa), in *Militarium Ordinum Analecta*, nº 10, Porto 2008, pp. 245, 255, 256.

⁵⁹ ANTT, Ordem de Cristo, Convento de Tomar, livros 3, 38, 39, entre outros; Ordem de Santiago, Convento de Palmela, livros 78, 86, 87, 96, 110, 126, 127, entre outros. Veja-se, a propósito, J. M. Cordeiro de Sousa, “As inscrições do castelo de Palmela”, in *Revista de Arqueologia*, tomo 3, 1936-1938, pp. 183-191.

sepultar no convento desta vila de Tomar, pero que nom se lancem dentro no convento salvo na crasta junto dele e os que morrerem fora devem mandar trazer aly suas ossadas”⁶⁰.

Na visita que Frei Jerónimo Román realizou a Tomar, constatou que o claustro que servia de cemitério aos religiosos se achava compartimentado em quatro zonas destinadas respectivamente aos freires conventuais, aos cavaleiros, aos clérigos da Ordem e aos donatos⁶¹. Em virtude da sua função eminentemente fúnebre, este claustro ficou conhecido como o claustro do cemitério⁶².

Podemos assim concluir que a Ordem de Avis foi pioneira nesta matéria, visto que a primeira capela conhecida fundada no seu convento data de 1520 e pertence a um laico, por sinal a uma dona.

Tudo aponta para que esta abertura do convento ao exterior seja uma medida impulsionada pelo mestre D. Jorge, governador das ordens de Santiago e Avis (1491-1550) e cuja prática teria precedido a norma. Esta surge no regimento de 1546 dado por D. Jorge ao convento de Avis e está contida numa determinação que não consta da normativa conhecida do convento de Palmela. É este o seu teor:

“Porque tratamos das missas obrigatorias do convento decramos loguo aqui as das capellas que instituirão e ordenarão defuntos no convento pollas quaes deixarão certa renda e as outras mais capellas que ao diante se asy deixarem e ordenarem (...)”⁶³.

A determinação sobre as sepulturas é reveladora do interesse que D. Jorge tinha em implementar a mesma prática:

“Conforme ao costume antigo da igreja matriz que davam d esmola por cova de quem se enterrava na igreja hum marco de prata o tinhamos assy posto no convento. E por que creça a deva-

ção e folgarem de se enterrarem nelle ordenamos que daqui em diante se de d esmola pella cova do convento das grades do cruzeiro pera fora mill reais ou peça que os valha sendo tal que possa servir na igreja. E mais tornem a lagear a cova como estava (...) E quando alguma pessoa quizer poer alguma boã campã podello a fazer”⁶⁴.

Para atrair novos legados D. Jorge determina que aqueles que deixassem capelas de missas no convento não pagariam nada pela cova. E para que os fregueses da igreja da vila pudessem escolher livremente o convento como lugar de sepultura sem defraudarem os direitos da igreja paroquial, estabelece que aqueles que nele se enterrassem deviam deixar a terça parte das ofertas ao prior da matriz⁶⁵.

Oferecia-se, assim, às elites locais a possibilidade única de estabelecerem uma ligação mais forte e duradoura com o convento, não só de natureza espiritual, mas também de natureza material. E a resposta não se fez esperar: entre 1520 e 1599 foram fundadas no convento de Avis cerca de 30 capelas⁶⁶. Consta-se que, ao longo destas oito décadas, a sua distribuição não foi uniforme, mas é certo que a maior concentração se deu na década de 1540. Tal facto não parece ser alheio às directrizes da Igreja em vésperas do concílio de Trento (1545-1563), do qual sairia reforçada a doutrina da intercessão dos vivos pelas almas dos mortos⁶⁷, mas não deixa de ser uma medida política do mestre D. Jorge, com vista a aumentar o poder material e a influência da Ordem.

6. AS CAPELAS QUINHENTISTAS DE AVIS E OS SEUS FUNDADORES

A grande maioria das 26 capelas instituídas no convento de Avis no século XVI pertence, como se disse, a leigos (73%). No seu conjunto, as capelas foram fundadas por homens, incluindo os

⁶⁰ António Maria Falcão Pestana de Vasconcelos, “A Ordem Militar de Cristo na Baixa Idade Média: Espiritualidade, Normativa e Prática”, in *Militarium Ordinum Analecta*, nº 2, Porto, 1998, pp. 9-92, p. 84.

⁶¹ Obra cit., p. 80.

⁶² Maria José Travassos de Almeida de Jesus Bento, *Convento de Cristo- 1420/1521- mais do que um século* (Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra), 2014, p. 231.

⁶³ ANTT, Ordem de Avis e Convento de S. Bento de Avis, liv. 9, fl.6v+.

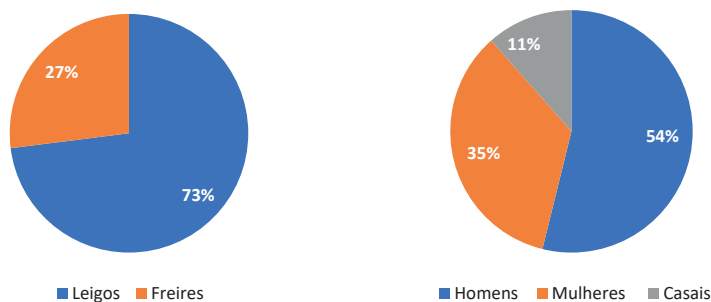
⁶⁴ ANTT, Ordem de Avis e Convento de S. Bento de Avis, liv. 9, fl. 30.

⁶⁵ ANTT, Ordem de Avis e Convento de S. Bento de Avis, liv. 9, fl. 31.

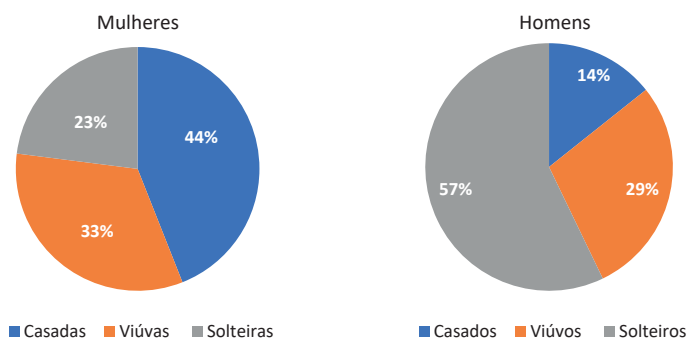
⁶⁶ Tenha-se em conta que, para além das 26 capelas datadas do século XVI, existem outras, não datadas, que pertencem à mesma centúria.

⁶⁷ João Francisco Marques, “A crença no Purgatório: os sufrágios e a devoção às Almas” in *História Religiosa de Portugal* (dir. C. Moreira Azevedo), vol. 2, Universidade Católica e Círculo de Leitores, 2000, pp. 587-601.

Instituidores por estado e por género



Instituidores individuais



freires (54%), por mulheres (35%) e por casais (11%). Em relação aos instituidores individuais, podemos classificá-los pelo género e, dentro cada género, pelo estado (solteiro, casado, viúvo). No que diz respeito aos homens, são os solteiros que atingem a maior percentagem (57%), correspondendo a menor aos homens casados (14%). Quanto às mulheres, a maior percentagem é a das casadas (44%), pertencendo a menor às mulheres solteiras (23%). O estado de viuvez ocupa o lugar intermédio em ambos os géneros, mas atinge uma percentagem mais elevada nas mulheres. Os valores apresentados suscitam algumas observações. Se não incluíssemos os freires no grupo masculino, a percentagem dos solteiros seria a mais baixa de todas, o que condiz com o que é comum na testamentária coeva. O gráfico relativo às mulheres mostra que, quanto à capacidade de testar, elas estavam em plena igualdade com os homens, o que também não é novidade. Mas a percentagem alcançada pelas mulheres casadas, que decidem fazer o seu próprio testamento estando os maridos vivos, é reveladora de uma certa autonomia e determinação, o que contraria algumas das ideias feitas acerca da condição feminina no passado.

Os actos fundadores de capelas contêm uma grande variedade de informações, mas nem sempre são conhecidos na íntegra. Uma informação essencial em todos diz respeito aos bens e rendimentos de cada capela. Mais do que bens de raiz doados ao convento pelo instituidor, o que só em casos restritos acontece, os bens de capela correspondiam, quase sempre, ao rendimento desses bens que, no caso de propriedades rústicas, se traduzia em rendas de pão, isto é, cereal, especialmente trigo, impostas sobre tais propriedades, que ficavam por isso vinculadas à capela. Como algumas destas rendas eram compradas a retro⁶⁸, modalidade contratual que permitia ao vendedor recuperar a renda desde que devolvesse o dinheiro da compra, os bens vinculados a uma capela podiam variar ao longo do tempo. Outro ponto crucial nestes documentos é a determinação dos sufrágios perpétuos, razão de ser dos bens de capela,

⁶⁸ Este tipo de contrato ainda se mantém no actual Código Civil Português sob a seguinte definição: "Diz-se a retro a venda em que se reconhece ao vendedor a faculdade de resolver o contrato"(Secção VIII - Venda a retro, artigos 927 a 936).

que se traduzem em missas e responsos sobre a cova. Essencial é ainda a escolha do lugar de sepultura, dado importante para conhecermos o perfil humano e social do testador. Quando os testamentos são transcritos na íntegra, o seu potencial informativo aumenta, pois ficamos a saber como é que o autor programou as suas exéquias, que sufrágios temporários determinou, que tipo de legados pios exigiu e quais e a quem destinou os seus legados profanos.

Em conclusão, todos os testamentos nos revelam a atitude dos seus autores perante a morte, tema caro à história das mentalidades, mas as informações de carácter biográfico neles contidas, em conjugação com outras que lhes são adjacentes, permitem-nos conhecer a sua atitude perante a vida e a própria sociedade em que estão inseridos.

Em regra, os instituidores das capelas identificam-se por um apelido ou mesmo por uma alcunha ou determinativo de lugar. Alguns desses apelidos são comuns a várias capelas, prova de que as famílias que o partilham têm uma ligação privilegiada com o convento.

Como forma de conhecermos as famílias e os indivíduos que estabeleceram laços duradouros com o convento através da instituição de capelas, apresentaremos, por ordem alfabética, a lista dos seus apelidos, analisando simultaneamente as capelas que estão indexadas a cada apelido. Ficam fora desta análise as capelas 7 e 16, cujos instituidores são identificados por patronímicos e não por apelidos. Remetemos estes casos para o Quadro das Capelas, em Apêndice.

7. OS APELIDOS

Abreu

Crónicas, genealogias, documentos régios e particulares mostram que foi sobretudo a partir do triunfo da dinastia de Avis que vários membros da nobreza nortenha dos Abreus se fixaram no Alto Alentejo, onde, na qualidade de vassalos do rei, receberam grandes privilégios. Estes traduziram-se na doação de extensos patrimónios fundiários, como aconteceu em Évora, na concessão de direitos senhoriais, como em Castelo de Vide, ou mes-

mo de alcaidarias-mores, como em Elvas⁶⁹. Fora da influência régia, a presença dos Abreus também se fez sentir em Vila Viçosa e Portel, aqui, na qualidade de criados dos duques de Bragança.

Quanto aos Abreus de Avis, não dispomos de informação suficiente que nos esclareça acerca da sua relação com os Abreus das vizinhanças. No século XVI eles foram responsáveis pela fundação de três capelas conventuais, cujos titulares foram Rafael de Abreu, fidalgo da casa de el-rei, o licenciado Diogo de Abreu e sua mulher Isabel Soeira, e a senhora Filipa de Abreu. À partida, existe entre os três um parentesco relativamente próximo e, curiosamente, todos são aparentados com os Soeiros, e também com os Azevedos. Segundo nos revelam os seus testamentos, pertencem a um grupo social proeminente, que se situa a nível da média nobreza de corte⁷⁰, em que a fidalguia estava associada ao serviço do rei ou da própria Ordem. Revelador da nobreza do seu estatuto é o facto de todos eles terem sido enterrados nos espaços funerários principais da igreja conventual, onde seus pais eventualmente já se encontravam sepultados.

Capela 9 - A 6 de Dezembro de 1543, Rafael de Abreu, fidalgo da casa de el-rei, encontrando-se doente de cama, fez o seu testamento nas casas do castelo de Avis, onde morava. A riqueza de informações contidas neste documento permite-nos conhecer várias facetas da personalidade do seu autor. Fora casado com Margarida do Campo, cujo apelido evoca o de Garcia Peres do Campo, que foi claveiro da Ordem de Avis entre 1379 e 1384⁷¹. Segundo Felgueiras Gaio, Margarida do Campo era filha de Gil Fernandes Jusarte, alcaide-mor de Monforte e de D. Guiomar Pacheca, da cidade de Elvas⁷², mas não podemos excluir

⁶⁹ Maria Ângela Beirante, *Évora na Idade Média*, pp. 532, 550.

⁷⁰ António Maria Falcão Pestana de Vasconcelos, "Nobreza e Ordens Militares: relações sociais e de poder (séculos XIV-XVI)", in *Militarium Ordinum Analecta*, nº 12, Porto, 2012, p. 318.

⁷¹ Luís Filipe Oliveira, *A Coroa, os Mestres e os Comendadores*, p. 339.

⁷² Manuel Felgueiras Gaio, *Nobiliário de Famílias de Portugal* (ed. A. A. Meirelles e D. A. Afonso), Braga, 1938-1941, tomo XVI, tit.º Jusartes, p. 134. Note-se que Gil Fernandes Jusarte, que recebeu carta de fidalgo em 1482, era filho de João Jusarte, também alcaide-mor de Monforte,

a existência de relações familiares entre Margarida do Campo e os Campos, senhores da vila de Erra⁷³. Rafael de Abreu tinha apenas um filho bastardo, que legitimara, chamado António de Abreu. Não sabemos a que título morava nas casas do castelo nem quais as funções que desempenhava em Avis, mas atendendo ao facto de a radicação fundiária da sua capela se situar no termo desta vila, é provável que Rafael de Abreu fosse natural de Avis. Todavia nem sempre aqui viveu, como nos mostra um documento datado de 22 de Junho de 1524, no paço dos tabeliães, em Lisboa. Nele se declara que Rafael de Abreu, cavaleiro da casa de el-rei e morador ao chafariz de Arroios, faz seu procurador a João Vaz de Almada, fidalgo da casa de sua alteza, para, em seu nome, arrecadar e receber de qualquer almoxarife do reino 47 100 reais que lhe eram devidos por virtude de uma certidão da Casa da Índia⁷⁴. É possível que tenha casado por volta de 1528, pois uma provisão de D. João III, datada de 13 de Agosto de 1538, ordena que sejam pagos a Rafael de Abreu 40 660 reais do último terço do seu casamento, com a declaração de que o primeiro terço lhe fora pago em 1528, no almoxarifado de Portalegre⁷⁵.

O instituidor vincula à sua capela as terras que possui em Alcôrrego com a renda anual de 3 moios de trigo e cevada, ficando o convento com a obrigação de dizer missas pela sua alma, pela da mulher e de outra pessoa, que não nomeia. Dado que a esmola corrente era então de alquei-

re por missa e porque os 3 moios de cereal equivaliam a 180 alqueires, o convento ficava assim obrigado a celebrar perpetuamente 180 missas por ano. No caso de os freires não concordarem, propõe que a capela seja cantada no convento de Nossa Senhora do Espinheiro de Évora, ou que metade da esmola fique à Misericórdia de Avis, alternativas que não se concretizaram.

Em relação às suas exéquias e sufrágios temporários, determina que, no dia do seu falecimento, lhe sejam cantados ofícios de finados completos, que se devem repetir ao fim de um mês, devendo participar neles os clérigos e os freires. Como senhor de escravos, Rafael de Abreu praticou um acto de piedade, comum nos testamentos da época, ao conceder a liberdade a sua escrava Bárbara e a seu filho Manuel, a quem deixa 5 000 reais e algumas peças de roupa. Manda pagar pequenas dívidas aos seus criados e pede a Manuel Pinto⁷⁶, seu parente e amo do conde de Castanheira, vedor da fazenda⁷⁷, que o ajude a recuperar o que lhe devem.

Através do seu testamento, Rafael de Abreu revela-se um homem orgulhoso e intransigente que parece cultivar inimizades. Sendo parente dos Soeiros, que considera seus contrários, ameaça o filho de o deserdar, se vendesse parte da sua fazenda a pessoas de nome Soeiro. Mas, para conseguir os seus objectivos, este homem inflexível não hesita em recorrer a estratégias, que expõe minuciosamente no seu testamento. Refere que, na Casa da Índia, num livro da carregação das Malucas, do capitão Afonso de Albuquerque, estavam assentes 60 000 reais, correspondentes a 150 quintais de maçãs e 2 adagas com punhos de ouro, que pertenciam a seu irmão António de Abreu. Para os reaver, encarrega Manuel Pinto de arrecadar aquele dinheiro, prometendo dar metade deste valor a Isabel Pinta, sua filha.

Através da leitura da crónica de João de Barros (1496-1570), pudemos identificar este António

sendo irmão de Gaspar Jusarte e de Pero Jusarte que serão mencionados no capítulo sobre as capelas instituídas por João Jusarte, alcaide-mor de Avis (ANTT, Chancelaria de D. João II, liv. 3, fl. 85).

⁷³ O senhorio da vila de Erra foi concedido por D. Afonso V, depois da batalha de Toro, em 1476, a Álvaro do Campo, fidalgo da casa real e a seus sucessores (ANTT, Chancelaria de D. João II, liv. 19, fl. 5; Chancelaria de D. Manuel I, liv. 6, fl. 40v). Sucedeu-lhe seu filho André do Campo, que casou com D. Maria de Azevedo, filha bastarda do almirante Lopo Vaz de Azevedo, cavaleiro de Avis, comendador de Coruche e Juromenha e governador de Tânger. Casou segunda vez com D. Ana Pacheca, filha de João Pacheco, de quem teve D. Maria do Campo. À data do numeramento de 1527, André do Campo mantinha ainda o senhorio da vila, mas vendeu-o posteriormente ao fidalgo D. Nuno Manuel (M. Felgueiras Gaio, tomo III, tit.º Azevedos, p. 108); ANTT, Memórias Paroquiais, vol. 13, nº (E) 35, pp. 279-286; Genealogias Manuscritas 21-E-02, tit.º Campos, fl. 289.

⁷⁴ ANTT, Corpo Cronológico, Parte II, mc. 116, nº 54.

⁷⁵ ANTT, Corpo Cronológico, Parte II, mc. 221, nº 121.

⁷⁶ Talvez seja Manuel Pinto, cavaleiro da Ordem de Santiago, que em 1522, recebeu, com o hábito, a tença a de 5 000 reais (Maria Cristina Pimenta, "As Ordens de Avis e Santiago na Baixa Idade Média: O Governo de D. Jorge", in *Militarium Ordinum Analecta*, nº 5, 2001 p. 181).

⁷⁷ Trata-se de D. António de Ataíde, primeiro conde de Castanheira, homem de grande confiança do rei D. João III, que, em 11 de Abril de 1530, o nomeou para o cargo de vedor da fazenda (ANTT, Chancelaria de D. João III, liv. 42, fl. 94).

de Abreu como sendo o famoso piloto que, sob o comando de Afonso de Albuquerque, participou na tomada de Malaca, em 1511, onde sofreu graves ferimentos no rosto. Conta o cronista que, chegando a lua nova e desejando Albuquerque tomar a ponte da cidade, enviou um junco conduzido por António de Abreu, filho de Garcia de Abreu, fidalgo morador em Avis, com todos os mantimentos e munições necessárias e gente para a sua guarda. O junco que conduzia foi atingido pela artilharia dos mouros, “na qual furia de fogo com hum espingardam foy Antonio Dabreu ferido pellas queixadas, leuandolhe a mayor parte dos dentes, e o queixo, depois que houve saude lhe ficou nam muyto em seu lugar”⁷⁸. O nome deste fidalgo ficou ainda ligado à descoberta e conquista das Molucas pois, a seguir à tomada de Malaca, o mesmo Albuquerque decidiu mandar descobrir as ilhas Malucas e de Banda, onde nascia o cravo, a noz e a maçã e enviou três navios capitaneados por António de Abreu⁷⁹.

Prosseguindo na análise das estratégias delineadas por Rafael de Abreu, no seu testamento, para recuperar o que entendia pertencer-lhe, declara que seu pai lhe tinha deixado um pedaço de lenho da Santa Vera Cruz, numa caixa de prata, que estava em poder de Lopo de Abreu, que se recusava a ceder-lha. Trata-se de Lopo de Abreu, fidalgo da casa do mestre D. Jorge e contador do mestrado, que, em 1531, recebeu, com o hábito, o foro de quatro courelas da Ordem. Era casado com Joana de Abreu, irmã de Gonçalo Soeiro e de Manuel Soeiro⁸⁰.

Propõe então que Manuel Pinto interceda mais uma vez junto de D. António de Ataíde e lhe diga, de sua parte, que lhe deixa a relíquia, o que pressupunha a intervenção do conde na recuperação da mesma. E vai mais longe: “e assim pedira ao Senhor Conde que a merce que lhe eu mereço por lhe fazer este serviço do Santo Lenho ma queira pagar em me honrar este meu filho o que sua senhoria ouver por bem”⁸¹. Estamos perante

um caso de “tráfico de influências” prática comum e bem vista na época.

Dignas de especial atenção são as determinações relativas à sua sepultura: “Seu corpo sera sepultado aonde jaz Margarida do Campo sua mulher que Deus haja que he no convento da vila. Manda que sobre a dita sepultura lhe seja posto hum campam de pedra marmore de Estremos, gramde e boa e nella ponham hum letreiro que diga aqui jaz Rafael d abreu com Margarida do Campo sua molher”. Sobre a campa deviam ser postas as armas de cada um deles, “a qual campam se faça tamanha como a que esta na sepultura de Antonio Mendonça”⁸². Este tio de D. Jorge, cuja campa brasonada, datada de 1540, ainda se conserva no corpo da igreja conventual⁸³, era um membro destacado dos Furtado de Mendonça, família que, nas palavras de Manuel Lamas de Mendonça, “colonizou” a Ordem de Avis e também a de Santiago, processo que se teria iniciado antes do mestrado de D. Jorge⁸⁴.

Todas as determinações de Rafael de Abreu estão conformes ao elevado sentido que tinha de si próprio, que não exclui um certo espírito de emulação, quando recomenda que a sua campa deve ser tão grande como a de António de Mendonça. Contudo a sua auto-confiança parece vacilar quando pede que gravem na pedra “todo o ditado que dizia a cananea a Nosso Senhor Jesus Cristo”. Trata-se da narrativa evangélica da cura da filha da Cananeia por Jesus (Mt 15: 21-28; Mc 7: 24-30), episódio que, desde os primeiros séculos do cristianismo foi associado à arte funerária⁸⁵. Ao adoptar como sua a súplica da Cananeia:

⁷⁸ João de Barros, *Da Ásia*, Década II, Parte II, Livro VI, Capítulo V, Lisboa, Regia Officina Typografica, 1777, pp. 72- 73.

⁷⁹ *Idem*, Década II, Parte II, Livro VI, Capítulo VII, p. 104.

⁸⁰ Sobre Lopo de Abreu veja-se Maria Cristina Pimenta, “As Ordens de Avis e de Santiago”, p. 511; ANTT, *Ordem de Avis e Convento de S. Bento de Avis*, liv. 14, fls.1v-6; J. Mendes da Cunha Saraiva, obra cit., p. 125

⁸¹ *Tombo I*, fl. 118v.

⁸² *Tombo I*, fls. 115-115v. Trata-se de António Furtado de Mendonça, irmão de D. Ana de Mendonça, mãe do mestre D. Jorge. Foi fidalgo de sua casa, seu estribeiro-mor e comendador de várias comendas da Ordem: Beja, Cano, Veiros e Serpa (Maria Cristina Pimenta, obra cit., pp. 341-342). Aquando das visitas de 1519 e de 1538 era comendador do Cano (ANTT, *Ordem de Avis e Convento de S. Bento de Avis*, liv. 15, fl. 4v; liv. 14, fl. 197v).

⁸³ Luís Keil, *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Portalegre*, vol. I, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1943, p. 19.

⁸⁴ Manuel Lamas de Mendonça, *A Ordem de Avis Revisitada (1515-1538). Um Alheado Entardecer*, Benavente, 2019, p. 538.

⁸⁵ É disso exemplo o sarcófago dito “de la Trinité”, da primeira metade do século IV, que se encontra no Musée Départemental de l'Arles Antique. Trata-se de uma peça de mármore branco, com relevos dispostos em dois registos. Entre as cenas consagradas aos milagres de Jesus,



“Senhor, Filho de David, tem misericórdia de mim!”, o instituidor mostra-se temeroso quanto ao destino da sua alma.

Segundo informações recolhidas no *Inventário*, a sepultura de Rafael de Abreu e de sua mulher encontrava-se na nave de S. Bento, sob a protecção do patrono da Ordem. É importante que se diga que a documentação compulsada revela que o interior da igreja conventual se achava compartimentado em três naves. Frente à capela-mor, ficava a nave maior; do lado da Epístola, frente à capela colateral de S. Bento, situava-se a nave da mesma invocação; do lado do Evangelho, frente à capela colateral dedicada a S. Brás, achava-se a nave com o mesmo nome. Confirma-se assim a hipótese formulada por alguns historiadores de arte ao admitirem que a igreja do convento de Avis, que no período barroco foi transformada em igreja salão, pode, na sua forma primitiva, ter sido de três naves⁸⁶. Contudo, não obstante as alterações ditadas pelo novo conceito de espaço, a campa de Rafael Abreu e de sua mulher permaneceram no mesmo lugar⁸⁷.

Capela 19 - O licenciado Diogo de Abreu e sua mulher Isabel Soeira, moradores na Rua das Videiras, arrabalde da vila de Avis, instituíram uma capela comum através de dois testamentos: o dele, andando muito enfermo, a 18 de Abril de 1581; o dela, estando sã, a 29 de Setembro de 1593, no qual faz sua alma herdeira de toda a sua fazenda.

Não têm filhos e possuem bens avultados no termo de Avis, que vinculam à sua capela, com uma renda anual de 214,5 alqueires de trigo e de algum centeio. Trata-se de uma das capelas mais rendosas do convento, que chegaria para a celebração perpétua de 350 missas por ano, com responso sobre as sepulturas, de preferência nos dias de festa de Nossa Senhora, de Nosso Senhor e dos Apóstolos.

conta-se a cena da Cananeia, figura que se vê ajoelhada aos pés de Cristo, implorando a sua misericórdia (panoramadelart.com/sarcophage-de-la-trinite).

⁸⁶ Consulte-se, a propósito: <monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3224>.

⁸⁷ Marta Alexandre, *Percurso 5 do Roteiro Artístico do Concelho de Avis*, Câmara Municipal de Avis, 2005. Agradeço à Dra. Marta Alexandre, que tem em curso um estudo sobre as campas tumulares da igreja do convento de Avis destinado à sua tese de doutoramento, todos os esclarecimentos que me prestou.

Revelam-se bastante exigentes no que toca à realização das suas exéquias em que tinham lugar não apenas o sufrágio das suas almas, mas também o das almas de seus progenitores. Elas realizar-se-iam concomitantemente em dois espaços distintos: na igreja do convento e na igreja matriz, onde eram fregueses. Ambos requerem, mediante as esmolas costumadas, a participação da irmandade da Misericórdia, que os levará na sua tumba até ao convento.

Em matéria de legados pios, deixam à Misericórdia um valioso património destinado a missas por suas almas e ao sustento dos pobres. Deixam esmolas aos Cativos, às confrarias da vila (Santo Sacramento, Santo Nome de Jesus, Nossa Senhora da Orada, Nossa Senhora do Rosário e S. Bento) e às confrarias de Nossa Senhora da Conceição, do convento de S. Francisco de Évora e à de Nossa Senhora da Vitória de Lisboa. Esta confraria lisboeta realizava peditórios para o hospital de doentes incuráveis de Nossa Senhora da Vitória, que se sustentava essencialmente à custa de esmolas. Segundo informa Cristóvão Rodrigues de Oliveira, em 1551, “Há neste hospital uma confraria da invocação de Nossa Senhora da Vitória. Os mordomos e confrades dela mandam nos navios peditórios e os tem pelo reino e arquetas na cidade”⁸⁸.

Entre os seus legados profanos, conta-se a renda de 4 000 reais que deixam à irmã dele, Isabel de Abreu, freira em S. Domingos de Elvas e uma esmola a Francisco de Abreu, um dos nove criados do prior-mor Frei D. Jorge de Lencastre que, a 17 de Setembro de 1567, estavam presentes no aposento de D. Jorge para testemunharem a aprovação do seu testamento⁸⁹. A avaliar pela frequência com que é solicitado a apadrinhar casamentos, Francisco de Abreu era uma figura influente no meio, mas tendo em conta a esmola que lhe foi destinada pelos seus parentes, os seus recursos económicos seriam então pouco avultados⁹⁰.

⁸⁸ Cristóvão Rodrigues de Oliveira, *Lisboa em 1551: Sumário em que brevemente se contém algumas coisas assim eclesiásticas como seculares que há na cidade de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1987, p. 62.

⁸⁹ O prior-mor D. Jorge, filho natural do mestre D. Jorge, fez o seu testamento em 1566, tendo instituído uma capela no convento (ver adiante capela 14).

⁹⁰ ADP, RP, Avis, Casamentos, liv. 1 (1568-1618)

Isabel Soeira dá provas da sua piedade e caridade ao tornar livre a sua pequena escrava Maria, filha de sua escrava Isabel, já falecida, a quem deixa vários bens. Distribui várias peças de vestuário e dinheiro pelos seus serviços e pessoas necessitadas e deixa toda a sua melhor roupa, incluindo o hábito, a Margarida Dias, mulher viúva.

Atendendo ao facto de o hábito ser uma das peças principais que compunham a indumentária desta dona, é provável que ela pertencesse a alguma ordem terceira secular, cujo foco inspirador podia ser algum convento franciscano ou dominicano da região, como era o caso do convento das Chagas de Vila Viçosa, de freiras clarissas ou do dominicano de Elvas, onde professou sua cunhada, sob o nome religioso de Isabel de S. Domingos.

Querem ser sepultados junto do “muimento grande” onde jaziam os pais dele, na nave de S. Brás, junto às grades do cruzeiro, ou seja, em frente da capela colateral da mesma invocação. Trata-se de um espaço nobre, compatível com o seu estatuto.

Capela 20 - A 3 de Setembro de 1583, nas suas pousadas, em Avis, a senhora Filipa de Abreu, estando doente numa cama, pediu a frei André Jusarte, prior da matriz, que lhe redigisse o testamento. Declara que é irmã de António de Abreu (homónimo do irmão e do filho de Rafael de Abreu) e prima de Afonso Soeiro de Albergaria, que lhe assinou o testamento. Talvez fosse filha do contador do mestrado, Manuel Fernandes, a quem o mestre D. Jorge, nas vésperas de morrer, concedeu, com o hábito de Avis, 8 000 reais de rendimento num grande olival que a Ordem possuía junto à ermida de Santo António. Ficou foreira deste olival sua filha Jerónima de Abreu, ainda menor e a quem, talvez por morte da mesma, veio a suceder sua irmã Joana de Azevedo. O olival continuaria na mesma família, na pessoa de outra Jerónima de Abreu, filha do doutor Rui de Morais, contador do mestrado e de Maria de Brito⁹¹. Tendo em conta que Filipa de Abreu nomeou administradora da capela sua sobrinha Joana de Azevedo, é de crer que a instituidora pertencesse à família dos Azevedos. Esta linhagem fazia parte da média nobreza de corte, ligada a cargos de natureza militar, como alcaidarias de

castelos, governo de praças do Norte de África e, em especial, ao cargo do almirantado do reino⁹². Alguns dos seus membros pertenceram à Ordem de Avis e à casa do mestre D. Jorge. Destaca-se o já referido Frei Lopo de Azevedo, do conselho do rei, almirante dos reinos, governador de Tânger, claveiro da Ordem de Avis e comendador de Coruche, Mora e Juromenha. Sucedeu-lhe, em todos estes cargos, seu filho, António de Azevedo, cavaleiro conventual e do conselho do rei⁹³.

No seu testamento Filipa de Abreu declara que deserda a irmã e todos os seus parentes e nomeia por testamenteiro o doutor Rui de Morais, contador do mestrado, designando a menina Joana de Azevedo, sua sobrinha e filha do contador, como herdeira e administradora da sua capela. Apesar de solteira, recaem sobre a testadora as responsabilidades familiares, nomeadamente no que toca ao pagamento de dívidas por serviços prestados a sua mãe, ao seu irmão António de Abreu e a ela própria. Embora possua alguns bens de raiz, a sua situação económica não devia ser folgada, pois a renda que destina à sua capela fica muito aquém das das capelas anteriores. Deixa ao convento 1 moio de trigo em propriedades situadas no termo de Avis, com a obrigação perpétua de 60 missas anuais por sua alma e por alma de seus pais e irmãos. Ao contrário dos instituidores das capelas anteriores, que requerem a participação simultânea dos padres do convento e dos da matriz nas suas exéquias, Filipa de Abreu limita-se aos primeiros, mas empenha-se em solenizar de forma condigna a sua partida deste mundo, encarregando a Misericórdia de lhe levar o corpo.

Deixa esmolas a várias confrarias, entre elas a confraria de Nossa Senhora da Vitória de Lisboa, que Isabel Soeira também contempla no seu testamento.

Uma boa parte das suas disposições testamentárias dizem respeito ao pagamento de dívidas e serviços a seus criados, com destaque para Leonor Vieira e seu irmão Domingos Vieira, a quem lega avultados bens móveis e imóveis. Deixa a Marquesa Lopes algumas peças de roupa, entre as quais, um hábito e à sua prima Ma-

⁹¹ J. Mendes da Cunha Saraiva, obra cit., pp. 122-125.

⁹² António Maria Falcão Pestana de Vasconcelos, obra cit., p. 339.

⁹³ Maria Cristina Pimenta, obra cit., pp. 335, 515.



ria Pereira deixa um olival e 10 000 reais para um vestido.

Como acontece no caso dos outros instituidores de apelido Abreu, o seu corpo será sepultado num espaço nobre, na nave maior da igreja, junto às grades do cruzeiro, onde estavam os seus pais.

Tal como notámos a propósito do testamento de Isabel Soeira, em que entre as peças de roupa legadas se destaca a presença de um hábito, é possível que estas duas mulheres, uma viúva e outra solteira, pertencessem a alguma ordem terceira secular. Porém, em termos devocionais, o testamento de Filipa de Abreu contém uma novidade: a devoção às Onze Mil Virgens, que estava em plena expansão no século XVI. Em Portugal, um importante foco difusor desta devoção foi o convento da Madre de Deus de Xabregas, de freiras clarissas da ordem de S. Francisco da Observância, fundado pela rainha D. Leonor. Notícia Damião de Góis que, sendo D. Leonor muito devota da bem-aventurada Santa Úrsula, guia e capitoa das virtuosas mártires Onze Mil Virgens, mandou pedir a seu primo, o imperador Maximiliano, que lhe enviasse algumas relíquias destas santas mártires que se encontravam sepultadas no mosteiro de Santa Úrsula de Colónia. O imperador acedeu de bom grado ao seu pedido e enviou-lhe a relíquia de Santa Auta, uma daquelas virtuosas mártires, que chegou a Lisboa a 2 de Setembro de 1517⁹⁴. Para decorar a capela, onde foram depositadas as relíquias, D. Leonor mandou fazer, a um artista não identificado, um políptico de cinco pinturas a óleo sobre madeira de carvalho, o “Retábulo de Santa Auta” (1520-1525), três das quais se encontram no Museu Nacional de Arte Antiga. As relíquias das Onze Mil Virgens foram levadas para o Brasil pelos padres da Companhia de Jesus e, segundo a certidão do reitor do Colégio da Baía, em 1575, chegaram à cidade do Salvador duas cabeças das Onze Mil Virgens. No ano seguinte, D. António Barreiros, o novo bispo recém-chegado ao Brasil, declarou-as padroeiras de toda a província⁹⁵. Atendendo ao facto de D.

António Barreiros ter sido prior-mor do convento de Avis antes de ser bispo do Brasil e de ter tomado de imediato as Onze Mil Virgens por padroeiras do Brasil, podemos conjecturar que, nas missas que o dom prior celebrava no convento de Avis, já expressasse a sua devoção por estas santas mártires.

Almeida

A capela instituída no convento de Avis por Joana de Almeida leva-nos em busca das circunstâncias em que os Almeidas se relacionaram com a Ordem de Avis. É sabido que, apesar deste apelido andar associado à linhagem senhorial de Abrantes, os Almeidas são oriundos de uma pequena nobreza beirão que deveu o crescimento da sua importância à ligação estabelecida com os monarcas⁹⁶. O primeiro beneficiário deste favorecimento régio, que se traduziu na sua entrada nos quadros superiores da Ordem, foi Fernando Álvares de Almeida, cavaleiro da Ordem de Avis, apoiante incondicional do Mestre de Avis, que o fez vedor da sua casa, comendador de Vila Viçosa e clareiro do convento, entre 1387 e 1391⁹⁷. A fidelidade dos Almeidas à dinastia de Avis foi largamente recompensada por parte da Coroa através de cargos, tenças e doações régias a favor desta linhagem, culminando com a concessão do título de conde de Abrantes a D. Lopo de Almeida, por D. Afonso V, em 1471. Os seus filhos foram figuras notáveis nas cortes de D. Afonso V, D. João II e D. Manuel, entre os quais destacaremos: D. Francisco de Almeida, primeiro vice-rei da Índia e cavaleiro de Santiago, D. Diogo Fernandes de Almeida, aio do mestre D. Jorge e prior do Hospital e D. Pedro da Silva ou de Almeida, comendador-mor de Avis, que já em 1478 era comendador de Seda⁹⁸. Este comendador-mor, filho do conde de Abrantes, jaz no cruzeiro da

⁹⁴ Damião de Góis, *Chronica do Felicissimo Rei Dom Emanuel* (Parte IV, Cap. 26), Lisboa, Casa de Francisco Correia, 1566-1567.

⁹⁵ Renato Cymbalista, “A presença dos santos: martírios e relíquias sagradas na construção do território cristão da América portuguesa”, *Revista Lusófona da Ciência das Religiões*-Ano VIII, 2009/nº 15, pp. 211-245.

⁹⁶ Hermínia Maria Vasconcelos Vilar, “A ascensão de uma linhagem: a formação da casa senhorial de Abrantes”, *Arqueologia do Estado, Primeiras Jornadas sobre formas de organização e exercício dos poderes na Europa do Sul, Séculos XIII-XVIII, Comunicações*1, Lisboa, História & Crítica, 1988, pp. 331- 344.

⁹⁷ Luís Filipe Oliveira, *A Coroa, os Mestres e os Comendadores*, p. 322.

⁹⁸ Sobre os notáveis filhos do primeiro conde de Abrantes, veja-se Joaquim Candeias Silva, *O Fundador do “Estado Português da Índia” D. Francisco de Almeida: 1457?-1510*, [Lisboa], Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1996.

igreja do convento, do lado da Epístola⁹⁹. A ligação à Ordem de Avis continua na pessoa de D. Duarte de Almeida, filho do segundo conde de Abrantes, que, em 1519, é alcaide-mor e comendador da vila de Seda e do Casal¹⁰⁰. Também o seu filho D. João de Almeida, em 1520, é comendador do Casal¹⁰¹.

São escassos, para o século XVI, os registos deste apelido em Avis com possíveis ligações àquela linhagem. Cite-se o caso de Frei António de Almeida, confessor do prior-mor D. Jorge de Lencastre, que, em 1567, assinou por ele o seu testamento. O mesmo diremos acerca da instituidora da capela conventual que, embora ostente o apelido Almeida, pertence a famílias da pequena nobreza local.

Capela 15 - Joana de Almeida, dona viúva de Teodósio Pinto, então moradora na vila do Cano, estando doente de cama, redige o seu testamento a 17 de Outubro de 1572. Faz a sua alma herdeira de toda a sua terça e institui capela na matriz do Cano. Tendo regressado posteriormente a Avis, donde era natural, declarou que queria ser enterrada na cova de sua mãe, no convento, para onde transferiu os bens e obrigações inerentes.

Seu marido, Teodósio Pinto, era filho de outro Teodósio Pinto e irmão do padre Frei António Teodósio Pinto, que, em 1569, estava na vila do Cano¹⁰². A escolha reiterada do nome Teodósio pode estar relacionada com o nome do duque de Bragança, D. Teodósio I, nascido em 1505, que esteve à frente do ducado entre 1532 e 1563. É possível que esta família vivesse na dependência da Casa de Bragança, senhora de vários concelhos alentejanos, nomeadamente o de Sousel, onde residia, pelo menos, a filha mais velha de Teodósio Pinto¹⁰³.

Sabemos que Joana de Almeida era filha de Jorge Varela, mas ignoramos o nome de sua mãe, que provavelmente teria o apelido de Almeida. Era irmã de Fernão Varela da Fonseca, de Simão Varela da Fonseca e de Duarte do Casal, os primeiros dos quais pertenciam à casa do mestre D. Jorge¹⁰⁴. No século XVI, os Varelas que vivem em Avis fazem parte da elite que detém o poder concelhio, em sintonia com o poder da Ordem. O pai de Joana de Almeida, Jorge Varela, foi alcaide-mor do castelo de Avis¹⁰⁵. O irmão, Fernão Varela da Fonseca, cavaleiro da Ordem de Avis, que fora juiz dos órfãos de Benavente, exerceu em Avis os cargos de vereador e juiz e foi casado com Joana de Azevedo¹⁰⁶. Simão Varela da Fonseca, que foi escrivão do almoxarifado de Benavente e depois juiz dos órfãos na mesma vila, era um homem influente e proprietário de escravos¹⁰⁷. Sendo casado com Maria Vieira, herdeira de Beatriz Vieira, embargou a capela por ela instituída (nº 13), na qualidade de tutor dos filhos de Bastião Vieira, alegando que a instituidora devia àqueles órfãos mais de 100 000 reais de certos escravos e de mais fazenda. Depois de muitas demandas com Frei Pedro da Costa, testamenteiro de Beatriz Vieira, acabou por fazer, em 1567, uma composição amigável com os freires, que lhe permitiu ficar com grande parte da herança, nomeadamente as casas da Rua Nova, comprometendo-se a cumprir todas as obrigações inerentes à capela¹⁰⁸.

O apelido Fonseca usado por dois dos irmãos de Joana de Almeida remete-nos para o apelido Camões. De facto, desde o começo do século XV, a partir do casamento de Gonçalo Vaz de Camões com Constança da Fonseca, filha de Afonso Vazques da Fonseca, alcaide-mor de Moreira e Marialva, estes dois apelidos ficaram associados¹⁰⁹. Por isso Joana de Almeida era parente dos Camões, Lopo Vaz Camões e seus filhos Simão de

⁹⁹ Marta Alexandre, *Percurso 5 do Roteiro Artístico*.

¹⁰⁰ Sobre este comendador da Ordem de Avis, que, em 1498, recebeu a tença de 20 000 reais com o hábito, veja-se Maria Cristina Pimenta, obra cit., pp. 166, 179, 227, 393.

¹⁰¹ ANTT, Gaveta 4, mc. 1, nº 2.

¹⁰² ADP, RP, Cano, Casamentos, liv. 1, fl. 201.

¹⁰³ A comarca de Vila Viçosa, da jurisdição da Casa de Bragança, abarcava os concelhos alentejanos de Vila Viçosa, Borba, Vila Boim, Évora Monte, Portel, Arraiolos, Sousel, Monforte, Alter do Chão, Monsaraz, Chancelaria, Margem e Longomel [Mafalda Soares da Cunha, *A Casa de Bragança (1560-1640). Práticas Senhoriais e Redes Clientelares*, Lisboa, Editorial Estampa, 2000, p. 203].

¹⁰⁴ Maria Cristina Gomes Pimenta, obra cit. pp. 413, 590.

¹⁰⁵ O alcaide-mor Jorge Varela é testemunha na aprovação do testamento de Rafael de Abreu, em 1543 (*Tombo I*, fl. 119).

¹⁰⁶ ADP, RP, Avis, Óbitos, livro 2 (1590-1734), fl. 10. ANTT, Morgado de Setúbal, mc. 19.

¹⁰⁷ ADP, RP, Avis, Casamentos, liv. 1, fl. 88v; Baptismos, liv. 1, fl. 97.

¹⁰⁸ *Tombo I*, fl. 183v.

¹⁰⁹ Cristóvão Alão de Moraes, *Pedatura Lusitana* (ed. A. M. Vasconcelos, A. F. Cruz e E. Cunha e Freitas), Porto, 1943-1948, tomo IV, vol. 1, titº Camões, p. 505.

Camões e Duarte de Camões. O nome do primeiro surge frequentemente em confrontações de propriedades rústicas do termo de Avis¹¹⁰. Simão de Camões vem referido no texto da Visitação de 1538, como proprietário de um lagar junto ao curral do concelho e, em 1559, como dono de uma propriedade à beira da estrada para Évora¹¹¹. Por sua vez, o nome de Duarte de Camões, tal como o dos irmãos de Joana de Almeida, também aparece regularmente como testemunha de casamentos e é presença assídua nos registos de baptismo dos seus muitos filhos e nos dos vários filhos de suas escravas. Quanto ao apelido Casal, usado por um daqueles irmãos, também ficou ligado ao apelido Fonseca, a partir do casamento de Maria da Fonseca, filha do desembargador Lourenço da Fonseca, com Gaspar Rodrigues Preto¹¹². Este era filho de Maria Bota do Casal e de Jorge Rodrigues Preto, estribeiro-mor da infanta D. Isabel e neto de Duarte do Casal, que foi estribeiro-mor da rainha¹¹³. A presença, em Avis, em 1543, de um Gaspar Rodrigues Preto, morador em Évora, na companhia de Jorge Varela e de Francisco da Fonseca, no acto de aprovação do já referido testamento de Rafael de Abreu, confirma aquele parentesco.

Perante os dados apresentados, podemos concluir que Joana de Almeida pertencia à pequena nobreza local de escudeiros e cavaleiros, mas o seu testamento parece denotar uma capacidade económica mediana, na medida em que apenas destinou à sua capela a módica renda de 10 alqueires de trigo que tinha na herdade de Carvalhoso, no termo de Cabeção, para 10 missas perpétuas por sua alma, pelas de seu marido, sogro e pais. Seriam rezadas na igreja matriz do Cano, mas à hora da morte declarou que tudo se cumprisse no convento de Avis. Apesar disso, Joana de Almeida mostra consciência da sua pertença a uma família de excepção, a começar pela forma

com que programou as suas exéquias solenizadas com copiosa luminária. Determina que quer ser levada à sepultura pela Misericórdia e deixa esmolas a mulheres pobres, a várias confrarias e aos Cativos. Como era próprio de uma dona da sua condição, destinou pequenos legados a suas servidoras, entre as quais a sua ama, distribuindo por elas várias peças de vestuário.

Na primeira versão do seu testamento escolheu ser sepultada na igreja matriz do Cano e assinou o lugar: “onde eu me assento”, o que revela o desejo de associar a sua memória ao espaço destacado que ocupava em vida. Finalmente, ao escolher ser sepultada no convento, na cova de sua mãe, confirma a sua condição social de pertença a uma elite.

Avelar

A ligação desta família à Ordem de Avis data do reinado de D. Afonso IV, quando, por volta de 1357, foi eleito mestre da Ordem Martim do Avelar, “bom fidalgo e muito honrado”, nas palavras do cronista. Na realidade, Martim do Avelar era vassalo do rei, copeiro da rainha D. Beatriz e morador em Lisboa, onde, em 1345, antes de professor, exerceu funções de alvazil do crime na cidade¹¹⁴. Segundo a informação do autor do “Livro das famílias nobres deste reino de Portugal”, D. Martim do Avelar jaz sepultado na capela-mor de S. Bento de Avis, sem letreiro, mas com o escudo das armas dos Avelares¹¹⁵.

Após a morte de D. Martim do Avelar alguns elementos desta família continuaram ligados à Ordem de Avis, como é o caso de Pedro Álvares do Avelar, que, em 1367, era comendador-mor da Ordem, porém, antes da sua morte, já outros Avelares tinham professado na Ordem de Santiago, como João do Avelar, irmão do mestre de Avis e talvez Diogo Vaz do Avelar, comendador de Choupana¹¹⁶.

Durante o século XV, a milícia de Avis parece não ter sido um alvo cobiçado por parte dos elementos desta família, mas em 1547, um Cristóvão Afonso do Avelar, morador na ilha da Madeira, recebe carta de hábito da Ordem de Avis¹¹⁷ e,

¹¹⁰ ANTT, Ordem de Cristo, Convento de Tomar, livro 3, fls. 4-8.

¹¹¹ *Tombo I*, fls. 179-186. ANTT, Ordem de Avis e Convento de S. Bento de Avis, liv. 14, “Visitação e tombo das propriedades da Ordem da vila de Avis e seu termo, Cabeço de Vide, Cano, Figueira e Fronteira, Galveias, Seda e Sousel”, fl. 27.

¹¹² M. Felgueiras Gaio, tomo XIV, titº Fonseca, p. 166.

¹¹³ Jorge Rodrigues Preto foi nomeado estribeiro da infanta D. Isabel, por D. Manuel a 15 de Março de 1518, tal como fora o seu sogro, Duarte do Casal, estribeiro-mor da rainha (ANTT, Chancelaria de D. Manuel, liv. 10, fl. 133).

¹¹⁴ Luís Filipe Oliveira, *A Coroa, os Mestres e as Comendadores*, pp. 372 e 406.

¹¹⁵ ANTT, Genealogias Manuscritas, 21-D-31, fl. 689.

¹¹⁶ Luís Filipe Oliveira, obra cit., pp. 424, 490.

¹¹⁷ Maria Cristina Pimenta, obra cit. p. 364.

nos finais do século XVI, o cargo de prior-mor da Ordem é ocupado por um Avelar, mais concretamente, por D. Francisco do Avelar, fundador de uma capela conventual. Antes disso, alguns deles ingressaram na Ordem do Hospital, tendo ocupado lugares de relevo¹¹⁸. Em 1416, Diogo Afonso do Avelar era cavaleiro do Hospital e, em 1478, Álvaro Pires do Avelar era comendador de Belver e lugar-tenente do prior do Crato Vasco de Ataíde. A maior honra coube a Gonçalo Pimenta do Avelar, cavaleiro professo da Ordem e comendador de Rodes, que, em 25 de Novembro de 1517, recebeu de D. Manuel a carta de armas dos Avelares¹¹⁹. Depois da conquista de Rodes pelos turcos, em 1522, tendo em conta os seus bons serviços prestados naquela ilha, o grão-mestre da Ordem, Filipe Villiers de l'Isle Adam, investiu-o na dignidade máxima de prior do Crato. O seu mandato durou apenas três anos (1523-1526) e em 1528, o rei D. João III, entregava o priorado do Crato ao seu irmão, o infante D. Luís. Informa o genealogista em tom laudatório que D. Gonçalo Pimenta teria largado esta dignidade ao rei, para ele a prover no infante seu irmão, ficando com a rendosíssima comenda de Vera Cruz, que já tinha, a que o rei quis acrescentar 3 000 cruzados de renda, mas ele não aceitou, contentando-se apenas que lhe fizesse a mercê de “dom” para ele e seus descendentes¹²⁰. Frei Gonçalo Pimenta do Avelar teve, pelo menos, quatro filhos¹²¹. Um deles, Pero Afonso do Avelar, foi moço fidalgo da casa do infante D. Luís. Integrava também a clientela deste infante, como escudeiro fidalgo, Estêvão Pimenta, identificado como sobrinho do comendador de Vera Cruz¹²².

O pouco que sabemos acerca da biografia de D. Frei Francisco do Avelar parece excluir a hipótese

da sua pertença a este ramo dos Avelares. Na lista dos priores-mores de Avis apresentada por António Carvalho da Costa, é dito que este prior-mor era natural da vila do Torrão¹²³. Tratando-se de uma vila da Ordem de Santiago e sabendo que um ramo da família se fixou em Santiago do Cacém, levantou-se a hipótese de que também ele tenha gravitado na órbita santiaguista, hipótese que não se confirmou¹²⁴. Foi com base nos dados contidos no documento fundador, complementados com registos paroquiais, que obtivemos algumas informações de natureza biográfica acerca do titular desta capela.

Capela 26 - Foi fundada pelo prior-mor D. Francisco do Avelar. Na falta do testamento, que certamente existiu, conhecemo-la através de uma doação que contém apenas os elementos essenciais que habitualmente figuram nos testamentos.

A doação foi feita a 2 de Junho de 1599, na cidade de Portalegre, nas casas de morada de Grimanesa de Florença do Avelar, dona viúva, moradora nesta cidade, estando presente D. Francisco do Avelar, D. Prior-mor de Avis. Este disse que tinha uma herdade ao Porto de Alter, na ribeira de Sarrazola, termo de Benavila e de Avis, dita de Aleixo Pinheiro, que estava arrendada em 3 moios e 1 quarto de trigo e pagava foro de 14,5 alqueires à fazenda dos Palhas. Faz doação vitalícia desta herdade a Grimanesa de Florença, sua sobrinha, por ter muitos filhos e pouco de seu, com obrigação de pagar da dita herdade 1 moio de renda para sempre ao D. Prior e freires do convento de Avis para que lhe digam 60 missas em cada ano, por sua alma e de seus defuntos. Por morte de Grimanesa de Florença, ficaria por administrador Gaspar Fróis do Avelar, seu filho mais velho¹²⁵.

¹¹⁸ Paula Maria de Carvalho Pinto Costa, “A Ordem Militar do Hospital em Portugal: Dos finais da Idade Média à Modernidade”, in *Militarium Ordinum Analecta*, nº 3/4, 1999/2000, pp. 16-592, 250, 259, 285, 313.

¹¹⁹ ANTT, *Leitura Nova*, liv. 35, fls. 155-156.

¹²⁰ ANTT, *Genealogias Manuscritas*, 21-D-31, fl. 699.

¹²¹ São conhecidas as legitimações de três deles: Francisco Pimenta, filho de Filipa Vaz, mulher solteira, foi legitimado por D. Manuel a 9 de Dezembro de 1510; Mécia e Estêvão, filhos de Ana Fernandes, também solteira, foram legitimados a 6 de Novembro de 1517 (ANTT, *Leitura Nova*, Legitimações, liv. 3, fls. 82-82v e 110-110v).

¹²² ANTT, *Casa Real, Núcleo Antigo*, 177, “Livro de matrícula dos moradores da casa do infante D. Luís”, fls. 34v e 42.

¹²³ Pe António Carvalho da Costa, *Corografia portuguesa e descripçam topographica do famoso Reyno de Portugal*, tomo II, Lisboa, Oficina de Valentim da Costa Deslandes, 1706, pp. 597-598.

¹²⁴ Jorge Dias do Avelar, fidalgo da casa de el-rei e neto de Álvaro Pires do Avelar, foi cavaleiro de Santiago. Um dos seus irmãos, Pedro Álvares do Avelar, fixou-se em Santiago do Cacém e alguns dos seus filhos foram sepultados na Misericórdia desta vila (ANTT, *Genealogias Manuscritas*, 21-D-31, fls. 741-744).

¹²⁵ Em 1593, Gaspar Fróis do Avelar era escrivão da câmara da cidade de Portalegre e está presente num contrato realizado no convento, relativo a uma capela (*Tombo I*, fls. 140-143v).

Procurámos nos registos paroquiais de Portalegre referências às personagens citadas no documento e encontrámos informações que acrescentam novos dados biográficos sobre D. Francisco. Assim, a 18 de Agosto de 1569, na sé de Portalegre, Francisco Mendes do Avelar, deão da mesma sé, recebia por palavras de presente, como marido e mulher, a Belchior Fróis e a Grimanesa de Florença¹²⁶. Entre as várias testemunhas presentes, estava o bispo D. André de Noronha, que ocupava a sede episcopal desde 1560¹²⁷. O nome do deão de Portalegre surge ainda nos registos de baptismo de Isabel, Gaspar e Francisco, filhos de Belchior Fróis e de Grimanesa de Florença¹²⁸, mas deixa de ser mencionado a partir de finais da década de 1570, época em que D. Francisco ingressava na Ordem de Avis, tendo acedido ao priorado em 1580. Nos anos em que D. Francisco foi prior-mor do convento era aí professo outro membro da sua família, Frei Manuel do Avelar que, em 1614, viria a ser prior da igreja de Nossa Senhora da Orada da vila de Avis¹²⁹.

Durante o seu mandato (1580-1608), a igreja do convento beneficiou de uma considerável melhoria dos seus ornamentos e os freires obtiveram um pagamento mais justo das suas rações¹³⁰. Efectivamente, em 1596, mandou fazer um inventário da prata e dos ornamentos que existiam na sacristia do convento juntamente com “uma declaração das missas que se dizem de capellas no ditto convento, os nomes das pessoas por quem se dizem e aonde se paga a esmola dellas e quem são os administradores”, o que deu origem ao livro que designamos por *Inventário*¹³¹. Este e outros documentos datados deste período provam que D. Francisco do Avelar era um homem

de acção, empenhado, não só, na boa gestão do património do convento, mas também no aumento do seu próprio património. Assim, a 17 de Dezembro de 1587, o prior-mor vai em pessoa, à herdade de Vale de D. Simão, sobre a ribeira de Sarrazola, no termo de Benavila, tomar posse de um foro de 10 alqueires da capela de Maria Dias. Posteriormente, o mesmo comprou para si toda a renda disponível naquela herdade¹³².

Quanto à gestão dos bens espirituais relativos à salvação da sua alma, não nos permite a fonte utilizada saber grande coisa. Sabemos que assegurou a celebração de 60 missas perpétuas, mas desconhecemos como programou as suas exéquias e sufrágios fúnebres. O mesmo se diga em relação à sua generosidade para com os pobres e instituições pias e até quanto aos legados que destinou a seus familiares e amigos. Sobre a escolha de sepultura estamos muito bem informados. Numa petição dirigida a D. Filipe I, em 6 de Outubro de 1589, invocando os muitos serviços que tinha prestado ao convento e à Ordem, pede ao rei para ser enterrado na capela de S. Bento. Alega que “posto que o lugar dos prelados he na capella mor onde ja estão priores mores hum ou dous enterrados”, ele tem devoção em ser sepultado nesta capela “porque elle a reparou e lhe pos imagem e Retavolo¹³³ em que despendeu alguma coisa de seu e deixa em capella ao convento certa renda de trigo por certas missas”. O rei deferiu o pedido a 21 de Novembro do mesmo ano, fazendo mercê ao prior-mor D. Frei Francisco do Avelar para que “tenha sempre seu Jazigo na capela de São Bento (...) e pondo em sua sepultura campãa podera por nella letreiro de seu nome e as armas da sua geração e linhagem e usara todo o tempo da dita sepultura”¹³⁴. Sabemos que a vontade de D. Francisco se cumpriu. Assim o afirma uma passagem do *Inventário*: “Está sepultado na capela do Nosso Padre S.

¹²⁶ ADP, RP, Portalegre (Sé), Casamentos, liv. 1, fl. 78v.

¹²⁷ Antes de ser bispo de Portalegre, D. André de Noronha tinha sido deão da capela do príncipe D. João. Governou a diocese até 1581, quando Filipe II de Espanha o apresentou no bispado de Plasença, onde morreu [Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal* (ed. Damião Peres), II vol., Porto-Lisboa, Livraria Civilização, 1968, p. 644].

¹²⁸ Datados de 13 de Agosto de 1570, de 17 de Agosto de 1571 e de 2 de Março de 1576, respectivamente (ADP, RP, Baptismos, liv. 2, fls. 58 e 65; Baptismos, liv. 3, fl. 38).

¹²⁹ ADE, Câmara Eclesiástica de Évora, Cargos e Benefícios, Colações, Cx. 2, nº 40.

¹³⁰ Pe António Carvalho da Costa, *Corografia portugueza e descripçam topographica do famoso Reyno de Portugal*, tomo II, pp. 597-598.

¹³¹ ANTT, Ordem de Avis e Convento de S. Bento de Avis, liv. 3.

¹³² *Tombo I*, fls. 127-129; *Inventário*, fl. 98.

¹³³ Por um alvará do cardeal D. Henrique de Maio de 1573, enviado ao prior-mor do convento percebe-se que este se queixara de que as capelas de S. Bento e de S. Brás não tinham retábulos e careciam de reparo. Citado por Marta Alexandre, “O convento de S. Bento de Avis, função, identidade e estilo. As Campanhas da Idade Moderna”, in *A Cidade, Revista Cultural de Portalegre*, nº 15 (Nova Série), 2008, pp. 155-189, 160.

¹³⁴ ANTT, Ordem de Avis e Convento de S. Bento de Avis, mc. 15, nº 1407.

Bento”, e como o confirma a sua permanência no espaço correspondente ao da referida capela¹³⁵.

Bairros

Existem duas capelas indexadas ao apelido Bairros: a de Violante de Bairros, irmã de D. Frei António Barreiros, que foi prior-mor da Ordem e depois bispo do Brasil e a de sua sobrinha Isabel de Bairros. Assim, desde logo se percebe que, nesta família, o apelido Bairros podia alternar com o de Barreiros.

No “Tombo das Armas dos reis e titulares” de Francisco Coelho, de 1675, estão reproduzidas as armas dos Barros. Tal como vêm nos nobiliários quinhentistas¹³⁶, apresentam três bandas de prata em campo vermelho e sobre o campo nove estrelas de ouro. Já as armas comuns aos Bairros e aos Barreiros são diferentes, pois apresentam três troncos com seus galhos em campo de ouro¹³⁷.

No século XVIII, em “Armas das Famílias”, Frei Manuel de Santo António e Silva constata que existe uma certa confusão entre Barros e Bairros que, por serem famílias diversas, têm armas diferentes: enquanto as dos Barros ostentam as três bandas de prata, as dos Bairros mostram os três troncos com os seus galhos. Mas, ao contrário de Francisco Coelho, afirma que as armas dos Barros e dos Barreiros são iguais e exibem três bandas de prata e nove estrelas de ouro. Segundo este genealogista, os Barreiros adoptaram as armas dos Barros por Rui Barreiros ter casado com Maria de Barros, filha de Lopo de Barros, mãe do famoso geógrafo Gaspar Barreiros. Contradizendo ou pelo menos relativizando a afirmação anterior, acaba por constatar que alguns Barreiros também trazem as armas dos Barros¹³⁸.

Parte desta indefinição genealógica parece dever-se à oscilação ortográfica dominante na época, pois nomes como o do cronista João de Barros tanto aparece grafado com *i* como sem *i*.

Assim sendo, é admissível que o apelido Bairros usado pelas fundadoras das capelas conventuais pudesse assumir a forma Barros, facto que em nada contribui para descobrir a origem familiar das instituidoras. Em contrapartida, a alternância dos apelidos Bairros e Barreiros na sua família parece oferecer-nos uma pista plausível.

Sabe-se que a família dos Barros, pelo menos desde o século XV, tinha relações próximas com o Alentejo e com a Ordem de Avis. Lopo de Barros (1447-1501), cavaleiro fidalgo da casa real, foi corregedor de Entre Tejo e Guadiana e juiz de fora de Évora. Foi pai de João de Barros (1480 - d.1535), criado do mestre D. Jorge de Lencastre e cavaleiro da Ordem de Avis, casado em Évora com Maria Mendes da Horta. Teve um filho bastardo, também chamado João de Barros, que foi o notável cronista João de Barros (c. 1496-1570) e uma filha, Maria de Barros, que casou em Viseu com Rui Barreiros de Seixas¹³⁹.

Os genealogistas atribuem quatro filhos a este casal: o geógrafo Gaspar Barreiros (1515-1574), doutor em teologia por Salamanca, fidalgo da casa do cardeal-infante D. Henrique, que, em 1549, o fez inquisidor e cônego da sé de Évora; Lopo de Barros, também cônego de Évora, doutor em leis por Salamanca e do desembargo régio; António Barreiros de Seixas, igualmente doutor em leis por Salamanca e ainda D. Francisca de Barros¹⁴⁰. É possível que o mesmo casal tenha tido outro filho que as genealogias não registam: Pero Barreiros, de quem pouco sabemos e que era pai de Violante de Bairros e de D. Frei António Barreiros. Trata-se de uma hipótese a confirmar.

Tendo em conta a presença do nome do então bispo do Brasil na própria redacção do testamento de sua irmã e dada a importância duma figura histórica tão mal conhecida, torna-se obrigatório apresentar aqui alguns dados que conseguimos apurar. D. Frei António Barreiros, do conselho do rei, foi prior-mor do convento de Avis, desde 1569 até 1576, quando foi promovido a bispo do Brasil¹⁴¹.

¹³⁵ Marta Alexandre, *Percurso 5 do Roteiro Artístico do Concelho de Avis*, Câmara Municipal de Avis, 2005.

¹³⁶ Veja-se o “Livro do Armeiro-Mor” de João do Cró e o “Livro da Nobreza”, de António Godinho (ANTT, Casa Real, Cartório da Nobreza, liv. 19, fl. 133 e liv. 20, fl. 40, respectivamente).

¹³⁷ ANTT, Casa Real, Cartório da Nobreza, liv. 21, fls. 38-39.

¹³⁸ ANTT, Casa Real, Cartório da Nobreza, liv. 15, fls. 25-26v.

¹³⁹ ANTT, Genealogias Manuscritas, 21-D-30, fls. 98-100.

¹⁴⁰ M. Felgueiras Gaio, tomo VI, tit^o Barros, pp. 161 e 183. Sobre as figuras insígnias da família Barreiros/Barros, veja-se Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, Lisboa, Officina de Ignacio Rodrigues, 1747, vol. 2, pp. 333-336 e 603-609.

¹⁴¹ D. António Barreiros foi o terceiro bispo da Baía. Chegou à sua diocese no dia da Ascensão de 1576, tendo falecido cerca de 1596 (Fortunato de Almeida, *História da*



Segundo a hipótese formulada, D. António Barreiros, além de ser sobrinho do geógrafo Gaspar Barreiros, seria sobrinho-neto do historiador João de Barros. Pertencia a uma elite intelectual e política que lhe abriu as portas aos mais altos cargos da hierarquia eclesiástica, primeiro como prior-mor da Ordem de Avis e depois como bispo do Brasil. Embora, até à data, não se conheça a sua formação académica, os dados de que dispomos retratam-no como um homem de cultura, interessado em elevar o nível intelectual dos seus freires. Antes de Maio de 1570, D. António escreveu uma carta ao rei D. Sebastião solicitando-lhe que três freires do seu convento (Frei Jerónimo, Frei Cristóvão e Frei Martinho), que eram “de bom engenho e que tem outras boas partes pera poderem vir a ser letrados e servirem a ordem”, pudessem ir frequentar a Universidade de Évora, proposta que o rei aceitou. Na mesma carta pediu ainda ao monarca que os freires estudantes que estavam naquela universidade pudessem estar “todos juntos a modo de collegio”, pedido que o rei indeferiu por não lhe parecer oportuno¹⁴².

Mas o D. Prior não descurou os interesses materiais do convento, nem os dele próprio e de sua família. Em 15 de Janeiro de 1572, a pedido de D. António, o rei concede-lhe o usufruto e rendimento da horta do Chão, em dias de sua vida, com a obrigação de pagar ao convento dois cruzados em fruta e hortaliça para os freires¹⁴³. Como, entretanto, D. António foi nomeado bispo do Brasil, obteve provisão para seu pai, Pero Barreiros, poder continuar, enquanto vivesse, a usufruir daquele bem. Porém, depois da morte deste, o convento teve de recorrer à autoridade

de régia para poder recuperar os direitos sobre aquela propriedade¹⁴⁴. E, segundo nos mostra o testamento de uma das instituidoras, D. António Barreiros, enquanto bispo do Brasil, continuava a proteger materialmente a família enviando dinheiro, através de letras, a sua irmã e sobrinhas.

Capela 24 - A 13 de Junho de 1594, a senhora Violante de Bairos, estando na cama doente, nas suas casas de morada, na Rua do Convento, pediu a Frei Manuel do Avelar, freire professo, que lhe fizesse o testamento. Deixa por testamenteiro o padre Frei Afonso Pegado, subprior, e por administrador o convento, destinando à sua capela uma renda mediana de 20 alqueires de trigo na horta de João Pascoal. Determina que os padres da matriz e os padres do convento celebrem conjuntamente as suas exéquias, que seja levada a enterrar pelos padres do convento e que seja enterrada na sepultura de sua mãe, no meio da nave de S. Bento. Deixa uma esmola à Misericórdia e contempla também as confrarias da vila, mas grande parte das suas disposições testamentárias visam a herança de suas sobrinhas. A Branca de Bairos, que está prestes a ser freira, deixa uma boa renda em trigo e algum dinheiro que o irmão lhe mandara do Brasil, para a sua sustentação. A Isabel de Bairos deixa as casas onde mora, um olival no Ervedal e a sua escrava Maria com o seu filho mais velho, porque o mais pequeno, Bento, já era forro. Deixa algumas peças de uso pessoal a duas mulheres da sua confiança, incluindo o seu hábito de pano. A referência ao hábito mostra que, à semelhança de Isabel Soeira e de Filipa de Abreu, instituidoras das capelas 19 e 20, também Violante de Bairos deveria pertencer a alguma ordem terceira secular. As missas que manda celebrar em honra dos santos franciscanos, Santo António e Santa Clara, parecem corroborar esta hipótese. Assim, é legítimo pensar que, no final do século XVI, as práticas devocionais de inspiração franciscana faziam parte do quotidiano das mulheres da nobreza avisense.

Capela 25 - Em 2 de Abril de 1596, passados dois anos sobre a morte de Violante de Bairos, morre sua sobrinha e herdeira Isabel de Bairos, mulher de Jorge Varela. Por uma verba do seu testamen-

Igreja em Portugal, vol. II, p. 682). Carvalho da Costa diz que foi bispo durante nove anos e que, tanto na Ordem como no Bispado, “foy mui exemplar e grande esmoler” (*Corografia portuguesa*, tomo II, p. 598).

¹⁴² Conhecemos o teor das propostas de D. António a partir das respostas do rei, em carta datada de 9 de Maio de 1570 (ANTT, Ordem de Avis e Convento de S. Bento de Avis, mc. 14, nº 1256).

¹⁴³ ANTT, Ordem de Avis e Convento de S. Bento de Avis, mc. 14, nº 1250. A horta do Chão era uma propriedade mimosa que, por determinação do mestre D. Jorge, estava destinada a abastecer o convento de hortaliça e fruta. Era assim descrita em 1538: “Tem a dita ordem hua orta grande toda cheia de arvores de fruto e com hum poço de nora com seu tanque e huns pardieiros que foram casas a qual esta junto com o Rossio toda cercada de valados altos e chama sse a orta do chão” (ANTT, Ordem de Avis e Convento de S. Bento de Avis, liv. 14, fl. 24v).

¹⁴⁴ ANTT, Ordem de Avis e Convento de S. Bento de Avis, mc. 14, nº 1253.

to conhecemos algumas das suas últimas vontades. Seguindo o exemplo da tia, institui capela no convento, para a qual deixou 20 alqueires de trigo na herdade da Canada, na Sogolga, termo de Avis, para 20 missas por sua alma, por alma de seus pais, de seus avós e de sua tia Violante de Bairos. Na extensa lista de invocações, às quais deveriam ser dedicadas as missas da capela, destaca-se a de Nossa Senhora de Ambolas Águas, devoção de âmbito local que já se encontra invocada, em 1527, no testamento de Frei Gonçalo Soeiro de Benavila¹⁴⁵. Pediu para ser enterrada junto com a sua tia, ou seja, na sepultura de sua avó, no meio da nave de S. Bento.

Casada

O nome identificador de Frei Manuel Lopes da Casada, titular de uma capela conventual, não é propriamente um apelido, mas sim um determinativo de lugar de origem, muito provavelmente da herdade da Casada, no termo de Castelo de Vide.

Ao contrário do que sucede, em regra, com as capelas inventariadas, em que a decisão de instituir capela é do próprio instituidor, neste caso, a decisão coube aos seus pais, que, depois da morte do filho, decidiram fundar uma capela por sua alma. Os pais, Diogo Lopes, o Velho e Ana Pires, moradores em Avis, são pessoas abonadas e bem aparentadas. Ela é prima coirmã do subprior do convento Frei Afonso Farto¹⁴⁶ e ele é tio de António Fernandes, escrivão das sisas. Como o filho lhes deixara 100 000 reais, obtiveram uma bula papal autorizando-os a dispor da terça parte desse dinheiro para instituírem uma capela no convento, onde Frei Manuel fora freire

conventual e onde tinha a sua sepultura, precisamente à porta do capítulo.

Capela 10- A 30 de Agosto de 1546, na crasta do convento, Diogo Lopes e sua mulher Ana Pires fazem doação de 30 alqueires de trigo de foro que têm na horta da Roufela, para uma capela de trinta missas rezadas, com responso sobre a sepultura, por alma de Frei Manuel Lopes da Casada, seu filho, na condição de que, por morte deles, dez destas missas seriam por suas almas. Os frades estariam obrigados a cantar as trinta missas distribuídas pelas principais festas do ano, mas se não quisessem ou não pudessem cumprir tal encargo, a renda seria para a casa da Misericórdia, ficando o provedor e os irmãos obrigados a mandar cantar as referidas missas, alternativa que ficou sem efeito.

Capela 11- A 18 de Setembro de 1553, Ana Pires e Diogo Lopes, o Velho, fizeram testamento e codicilo de mão comum no qual fundaram uma capela em seu próprio nome, com 15 alqueires de trigo de renda que compraram numa herdade em Bembelide para 10 missas rezadas por suas almas.

Ele nomeia como testamenteiro António Fernandes, escrivão das sisas, seu sobrinho, a quem deixa 4 cruzados pelo trabalho e ela nomeia Frei Afonso Farto, subprior do convento, seu primo coirmão, a quem deixa, pelo trabalho, uma vaca ou sua valia.

O dia do enterro de cada um e o dia do mês após as suas mortes deveriam ser assinalados por um elevado número de sufrágios por suas almas e das almas de seus filhos: ofícios de finados completos acompanhados de generosas ofertas, numerosas missas e trintários cerrados e abertos.

Entre os legados pios figura uma esmola à confraria e casa do Espírito Santo de Cabeço de Vide. Trata-se do hospital de Santo Espírito, situado no rossio desta vila, junto da ermida da mesma invocação, que prestava permanente auxílio a pobres e a peregrinos que afluíam ao santuário¹⁴⁷.

¹⁴⁵ Trata-se da ermida de Nossa Senhora de Entre-Águas, situada na confluência das ribeiras de Seda e Sarrazola, em Benavila, que foi edificada sobre uma antiga *villa* romana.

¹⁴⁶ Este documento mostra que a presença de Frei Afonso Farto no subpriorado de Avis foi mais longa do que a apresentada por Maria Cristina Pimenta, que a documenta entre 1540-1550. A mesma autora regista que, antes de ocupar este cargo, Frei Afonso foi prior de Seda, onde se encontrava em 1538. Precedeu-o no priorado de Seda Frei Pedro Farto, talvez seu tio, que ainda desempenhava estas funções em 1519 (obra cit., pp. 123, 222, 305, 556). Entre as campas tumulares da igreja do convento, conta-se uma de Frei António Farto e de seus herdeiros e descendentes, que faleceu em 1579 (Marta Alexandre, obra cit.).

¹⁴⁷ Na visitação de 1538, que descreve este lugar de culto, pode ler-se: "A quall yrmida he governada pellos mançebos solteyros da dita vyla que de novo a fundaram e he anexa ao esprittall de Santo Espirito (...) da cidade de Roma per bula que pera yso houveram e tem grandes perdões



Deixam as suas roupas do uso e algum trigo a seus serviçais e determinam que, se os seus herdeiros morressem, os bens deveriam ser vendidos e distribuídos pelos pobres.

Ambos querem ser levados pela Misericórdia e sepultados na igreja matriz: ele dentro da igreja, numa terra que comprara por 1 cruzado e ela, no adro, à porta travessa da igreja, com seu filho Pero Lopes.

Cordeira

É possível que Inês Eanes, a Cordeira, casada com João Fernandes da Cordeira e instituidora de uma capela conventual, fosse parente do bacharel Frei Nuno Cordeiro. Este foi prior e beneficiado da igreja de S. João de Coruche e prior-mor do convento de Avis, tendo realizado, em 1519, por ordem do mestre D. Jorge, a visitação das igrejas do Cano, Figueira, Galveias, Mora e Seda¹⁴⁸. Todavia é mais provável que esta alcuha tenha tido origem no nome de uma herdade situada no termo de Avis, a herdade da Cordeira, à qual a capela ficaria ligada. É o que provam duas escrituras datadas de 1610 e 1613, mediante as quais a câmara de Avis adquiriu por compra, para coutada do concelho, dois quinhões na herdade da Cordeira, que eram pensionistas em 28 alqueires de trigo à capela de Inês Eanes Cordeira, obrigando-se a câmara a continuar a pagar a mesma renda ao convento¹⁴⁹.

Capela 8 – Inês Eanes, a Cordeira, ainda em vida de seu marido, João Fernandes da Cordeira, juiz das sisas, fez o seu testamento em Avis, a 24 de Dezembro de 1543. Como não tinha herdeiros directos, faz a sua alma herdeira e institui capela de todos os seus bens, tirando as casas onde vive. Vincula à sua capela a renda de metade do monte do Lobete, na ribeira de Seda, de um cerrado de horta, pomar e vinha, junto a Benavila e de 3 quinhões no moinho de Pedrógão, na ribeira de Seda. Depois da sua morte, os freires trocaram estes bens pela herdade da Cordeira, com a renda de 28 alqueires de trigo para 30 missas por sua alma, com responso sobre a sepultura. Declara que quer ser enterrada no convento

e manda que sobre a sua sepultura “se ponha huma campam de pedra marmore de Estremoz” e que com ela não se enterre mais ninguém. Esta última exigência, que não tem paralelo nos outros testamentos, revela uma personalidade determinada.

Jusarte e Veiga

João Jusarte, fidalgo da casa de el-rei e alcaide-mor de Avis, instituiu, em 1530, duas capelas: uma, por sua alma e de sua primeira mulher Leonor da Veiga e outra apenas por alma de Leonor da Veiga. Era neto de outro João Jusarte, cavaleiro da casa do duque de Bragança, que o fez alcaide-mor de Monforte, e era filho de Gaspar Jusarte, que o precedeu no cargo de alcaide-mor de Avis¹⁵⁰. Os irmãos Gaspar e Pero Jusarte, apesar de pertencerem à casa ducal de Bragança, tiveram um papel determinante na denúncia da alegada conjura do Duque contra D. João II, que terminou a 20 de Junho de 1483, com a execução do Duque, na praça de Évora. Garcia de Resende, na *Crónica de D. João II*, conta “como Gaspar Jusarte e Pero Jusarte descobriram a el Rey o que do caso do Duque de Bragança sabiam” e conclui: “E por este grande serviço, que Gaspar Jusarte, e Pero Jusarte fizeram a el Rey, lhe fez muyta merce, e acrecentamento, principalmente a Pero Jusarte, que o fez senhor da Villa Darrayolos com todas as suas rendas em sua vida, e de hum seu filho, e em vida sempre os favoreceo, honrou, e acrescentou”¹⁵¹.

Fixando-nos apenas na figura de Gaspar Jusarte é incontestável que D. João II o recompensou generosamente. Logo em Setembro de 1483, “esguar-

de que a dita casa tem muita esmola”. (ANTT, Ordem de Avis e Convento de S. Bento de Avis, liv. 14, fls 57v-58).

¹⁴⁸ Maria Cristina Pimenta, obra cit., p. 545.

¹⁴⁹ ADP, Convento de S. Bento de Avis, Cx. 03.

¹⁵⁰ No “Nobiliário de D. António de Lima” é dito que Gaspar Jusarte casou com uma filha de Fernão Rodrigues de Sequeira, comendador de Cabeço de Vide, da Ordem de Avis e que seria esta a mãe dos seus filhos (ANTT, Genealogias Manuscritas, 21-F-08, tit.^o Jusartes, fl. 935).

¹⁵¹ Garcia de Resende, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973, p. 52. Sobre os graves conflitos internos do reinado de D. João II, veja-se Luís Adão da Fonseca, *D. João II*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005, pp. 59-80; acerca do libelo acusatório que denunciou os actos de traição do Duque de Bragança, leia-se Humberto Baquero Moreno, “A Conspiração contra D. João II: o julgamento do Duque de Bragança”, in *Arquivos do Centro Cultural Português*, Paris, 1970, vol. II; sobre o papel dos irmãos Jusarte na denúncia desta traição, veja-se Manuela Mendonça, *Problemática das conspirações contra D. João II*, sep. de *Clio*, vol. 5, Lisboa, 1986.

dando” os seus serviços, concedia-lhe uma tença vitalícia de 100 000 reais brancos, que incluía as rendas e alcaidaria de Setúbal, a dízima velha do pescado que pertenciam ao mestrado de Santiago e a dízima nova do pescado de Setúbal, com a declaração de que, por sua morte, estas rendas seriam auferidas pelo seu filho maior¹⁵². O documento, que foi confirmado pelo próprio D. João II, em 1489, e por D. Manuel, em 1496, contém a informação de que Gaspar Jusarte trocou com D. Pedro de Eça parte daquelas rendas pela alcaidaria de Avis e a quinta dos Amarelos¹⁵³. Em 1484, João II coutou-lhe, a pedido do próprio, uma terra no termo de Monforte, chamada a herdade dos Gaios, que viria a ser conhecida como defesa do Gaspar e que serviu de base fundiária às citadas capelas¹⁵⁴. Em 1489, nomeou-o capitão-mor da armada destinada a fundar no norte de África, perto de Larache, uma vila fortificada, com o nome de Graciosa¹⁵⁵. Pelo menos, desde 1496, Gaspar Jusarte pertencia ao conselho do rei, mas a sua reputação, a nível local, era pouco recomendável. Foi declarado barregueiro público, porque, sendo casado, tivera por mancebas teúdas e manteúdas quatro mulheres solteiras, que mantinha dentro da sua própria casa, cada uma de sua vez: Catarina Soeira, de Avis, Mécia Fernandes, de Cabeço de Vide, Catarina Vaz, do Vimieiro e Margarida, de Tomar. Para escapar às graves penas impostas pelas Ordenações para este tipo de crime, o alcaide-mor de Avis pede perdão ao rei, alegando que já se apartara das mancebas e que vivia honestamente com a sua mulher. Tendo em conta o seu alegado arrependimento, D. Manuel concede-lhe carta de perdão em 1496, na condição de não reincidir naquele

pecado e de pagar 500 reais para a arca da Piedade¹⁵⁶.

Gaspar Jusarte fez seu testamento em 1504 e instituiu uma capela de missa quotidiana no convento de Tomar. Como cavaleiro da Ordem de Cristo, pretendia ser sepultado no claustro do convento, mas devido à distância entre Tomar e Avis, só a sua ossada pôde ser enterrada nesse lugar¹⁵⁷.

Como estava previsto na carta de tença de 100 000 reais, que, em 1483, D. João II concedera a Gaspar Jusarte, por morte deste faz mercê da mesma tença a seu filho João Jusarte, da qual fazia parte a alcaidaria-mor de Avis¹⁵⁸.

Leonor da Veiga, primeira mulher de João Jusarte e titular das capelas, era trineta de João da Veiga, um dos cidadãos honrados de Lisboa que, segundo Fernão Lopes, ajudaram o Mestre de Avis a defender o reino¹⁵⁹. Era filha de Diogo Vaz da Veiga e de Brites Cabral e neta de Diogo Cabral da ilha da Madeira e de Brites Gonçalves da Câmara, filha de João Gonçalves Zarco, primeiro capitão do Funchal¹⁶⁰. Isabel Pessanha, segunda mulher de João Jusarte, descendia de Manuel Pessanha, navegador genovês que D. Dinis mandou vir para Portugal, tendo-o nomeado almirante-mor do reino. Era filha de Manuel Pessanha, que foi capitão de Elvas e capitão de Tânger. Este foi depois enviado à Índia para ser capitão da fortaleza que D. Manuel mandou fazer na ilha de Anjediva, tendo lá morrido¹⁶¹.

A confiança que os reis depositavam nestas famílias traduziu-se na administração dos almoxarifados a cargo de alguns dos seus membros. É o caso de Vasco Jusarte que, em finais do século XV, foi almoxarife em Évora. Em 1517, Henrique Jusarte, cavaleiro da casa do rei, foi almoxarife na vila de Alcácer-Ceguer¹⁶². Pela mesma época,

¹⁵² ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, liv. 40, fl. 105.

¹⁵³ D. Pedro de Eça foi casado com Leonor Casco, filha de Rui Casco e de Aldonça Eanes de Camões. Por sua vez, Rui Casco foi alcaide-mor de Avis e, no tempo de D. Afonso V, recebia 12 000 reais pela alcaidaria e portagem de Avis (Jorge Faro, *Receitas e Despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481*, Lisboa, Publicações do Centro de Estudos Económicos, 1965, p. 177).

¹⁵⁴ ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, liv. 40, fl. 94. Já em 1480 Gaspar Jusarte obtivera de D. Afonso V licença para que os seus gados pudessem pascer pelos concelhos de Portalegre, Arronches, Campo Maior, Elvas, Alegrete e Monforte, licença que lhe foi confirmada por D. João II, em 1482 e por D. Manuel, em 1496 (ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, liv. 40, fl. 93).

¹⁵⁵ Garcia de Resende, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, p. 120.

¹⁵⁶ ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, liv. 32, fl. 112.

¹⁵⁷ ANTT, Ordem de Cristo, Convento de Tomar, livro 38, fl. 12.

¹⁵⁸ ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, liv. 20, fl. 2.

¹⁵⁹ Fernão Lopes, *Crónica del Rei Dom João I, Parte Primeira*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1977, caps. CLXI e CLXXXI.

¹⁶⁰ Cristóvão Alão de Morais, tomo I, vol. 1, titº. Veigas, p. 191.

¹⁶¹ ANTT, Genealogias Manuscritas, 21-E-08, fls. 146-149.

¹⁶² Anselmo Braamcamp Freire, “Cartas de quitação delrei D. Manuel”, *Archivo Historico Portuguez*, vol. III, p. 237 e vol. IX, p. 437.



também João da Veiga, parente de Leonor da Veiga, é almoxarife das tercenas de Évora¹⁶³. Em 1506, outro João da Veiga foi à Índia como capitão da nau Santo António, na armada de Tristão da Cunha¹⁶⁴.

Algumas destas personagens fundaram diversas capelas na cidade de Évora. Assim, em 1495, a viúva de Vasco Jusarte, Brites Rodrigues, instituiu três capelas em diferentes conventos eborenses: S. Francisco, S. Domingos e Lóios. Também Rui Fernandes Jusarte, fidalgo da casa de el-rei e sua mulher, Violante de Carvalhais, fundaram uma capela no convento de S. Domingos de Évora¹⁶⁵.

A ligação ao Alentejo (Monforte e Évora) de alguns destacados elementos da família Jusarte parece evidente, existindo também uma inegável proximidade entre esta família e as Ordens de Avis e de Santiago, com predomínio desta. A sua relação com a Ordem de Avis data, pelo menos, de 1344, quando Lourenço Jusarte era comendador do Cano¹⁶⁶. No século XVI, muitos indivíduos com este apelido pertencem à Ordem de Santiago: Bartolomeu Jusarte, clérigo de missa, que em 1515 recebe carta de hábito, João Jusarte, que em 1530 é escrivão da fábrica de Nossa Senhora da Nazaré, Bastião Jusarte, freire de Santiago, que em 1535 é morador em Benavente e André Jusarte, que em 1538 recebe carta de hábito daquela Ordem. Em 1547, o cavaleiro da Ordem de Avis, Rui Jusarte, recebe licença para mudar para o hábito de Cristo¹⁶⁷. Na vila de Avis, no século XVI, exceção feita aos alcaides Gaspar e João Jusarte, os elementos conhecidos desta família pertencem à Ordem de Avis. É o caso de Frei André Jusarte, prior de Avis e protegido do prior-mor D. Jorge de Lencastre. Outro elemento é Frei Manuel Jusarte, indigitado por Rafael de Abreu, no seu testamento de 1543, para cantar metade das missas da sua capela, mas a mãe de

Frei Manuel, Filipa Jusarte, faz parte da lista de pobres a quem o mesmo Rafael de Abreu deixa um vestido por esmola, sinal de algum decaimento social.

As capelas 3 e 4, instituídas por João Jusarte, tiveram por base o seu testamento feito em Avis, a 8 de Outubro de 1530, que só parcialmente conhecemos. Assim, as informações de que dispomos acerca da instituição destas capelas chegam-nos apenas através de algumas verbas testamentárias e de apontamentos dispersos. Fontes posteriores revelam-nos que Leonor da Veiga deixou em testamento a esmola de 20 000 reais para se fazer uma ermida em honra de Santo António, mas que, depois da sua morte, o marido obteve um breve do papa para, em vez disso, instituir no convento de Avis uma capela por alma dela. Na realidade, conserva-se no Arquivo Distrital de Portalegre o breve de Leão X, datado de 1518, que permitiu a João Jusarte alterar aquela disposição testamentária¹⁶⁸. Ao mesmo tempo, instituiu uma capela comum, por alma de ambos e mandou fazer no convento uma capela dedicada a Santo António para sua sepultura¹⁶⁹. Vinculou às duas instituições uma propriedade que possuía no termo de Monforte, conhecida por defesa do Gaspar, mas posteriormente, sua segunda mulher, Isabel Pessanha, substituiu a defesa do Gaspar, pela herdade de Marcolos, no termo de Avis, como suporte material das duas capelas. A capela conjunta tinha de renda 2 000 reais e estava obrigada a 20 missas anuais, mas o instituidor propõe-se aumentar o número de missas, a partir da compra de uma renda de 4 000 reais, que seu irmão, Nicolau Jusarte, lhe devia¹⁷⁰. A de Leonor da Veiga tinha de rendimento anual 1 moio de trigo e estava obrigada a 30 missas por ano.

Pese embora as escassas informações de que dispomos acerca destas duas capelas, elas permitem-nos extrair algumas notas de excepção-

¹⁶³ Anselmo Braamcamp Freire, "Cartas de quitação delrei D. Manuel", *Archivo Historico Portuguez*, vol. I, p. 360.

¹⁶⁴ Joaquim Candeias Silva, *O Fundador do "Estado Português da Índia" D. Francisco de Almeida: 1457?-1510*, p. 217.

¹⁶⁵ Maria Ângela Beirante, "Capelas de Évora", in *Territórios do Sagrado. Crenças e Comportamentos na Idade Média em Portugal*, Lisboa, Edições Colibri, 2011, pp. 35-70.

¹⁶⁶ Maria Teresa Saraiva, *Figueira, Comenda da Ordem de Avis - Publicação de Fontes*, Lisboa, Edições Colibri, 1997, p. 111.

¹⁶⁷ Maria Cristina Gomes Pimenta, obra cit., pp. 329, 353, 357, 483, 580.

¹⁶⁸ ADP, Arm. perg. gav. nº 1, Perg. nº 4.

¹⁶⁹ A capela de Santo António é uma das capelas laterais da igreja, inteiramente revestida de azulejos policromos, amarelos e azuis. Parece ser a única sobrevivente das capelas primitivas, pelo menos no que toca à sua invocação.

¹⁷⁰ Segundo alguns genealogistas, Nicolau Jusarte era filho bastardo de Gaspar Jusarte. Outro filho de Gaspar Jusarte foi Cristóvão Jusarte, que morreu na Índia (M. Felgueiras Gaio, tomo XVI, titº Jusartes, pp. 136-139).

nalidade relativamente às demais. Em primeiro lugar, na origem da sua fundação esteve a vontade expressa em testamento pela mulher do alcaide-mor de Avis de mandar edificar na periferia da vila uma ermida dedicada a Santo António. Tal decisão denota o poder económico-social dos instituidores e a sua devoção a um santo da ordem franciscana. Em segundo lugar, o facto de o marido ter alterado aquela disposição testamentária, a seu gosto e com a conviência da Ordem, só foi possível graças às boas relações então existentes entre Portugal e o papa Leão X, a quem D. Manuel I enviou em 1514 uma faustosa embaixada. Por último, a construção de uma capela funerária dentro do próprio convento, onde seriam rezadas as missas perpétuas, sem ter nada de excepcional noutros contextos, apresenta-se como caso único no conjunto das vinte e seis fundações consideradas.

Lencastre

Depois da morte de D. Jorge de Lencastre, duque de Coimbra, mestre de Santiago e de Avis, o governo das Ordens Militares foi incorporado na Coroa pela bula de Júlio III *Praeclara charissimi*, de 30 de Dezembro de 1551¹⁷¹. Entretanto D. Jorge procurou perpetuar no tempo a sua influência sobre aquelas Ordens através da sua descendência. O seu primogénito D. João, duque de Aveiro e marquês de Torres Novas, foi feito senhor da sua casa e estado, o seu segundo filho, D. Afonso, foi comendador-mor de Santiago, o terceiro, D. Luís, foi comendador-mor de Avis e a sua filha D. Helena foi comendadeira de Santos, da Ordem de Santiago¹⁷². Dentre os vários bastardos, escolheu o seu homónimo, D. Jorge de Lencastre, bacharel em Cânones por Coimbra, para prior-mor de Avis, cargo que já ocupava em 1547¹⁷³, tendo

falecido, a 17 de Setembro de 1567, no convento, onde fundou capela.

Capela 14 – A 31 de Maio de 1566, o prior-mor D. Jorge de Lencastre fez o seu testamento, com todo o seu juízo e entendimento, mas achando-se doente de gota nos pés e nas mãos, pediu ao padre Frei Belchior que lho escrevesse. A aprovação deste documento só teve lugar, no próprio dia da sua morte, a 17 de Setembro de 1567, no aposento de D. Jorge, onde este se encontrava moribundo, rodeado dos seus criados mais próximos. Dada a gravidade do seu estado, assinou por ele o seu confessor Frei António de Almeida.

O testador começa por declarar a sua alma herdeira e o convento por administrador, nomeando como testamentários os seus criados Frei Belchior e Manuel da Mota.

Como suporte material da sua capela, dispõe que, com o dinheiro da venda da sua prata, móvel e escravos e do que sobejasse dos seus legados, comprariam os moios de trigo que pudessem para uma capela de missa quotidiana. As rendas posteriormente adquiridas provêm de várias herdades, nos termos de Avis e Pavia.

Mostra-se bastante comedido quanto às exéquias. No dia do seu falecimento, os freires deviam fazer-lhe um ofício inteiro, com oferta de 30 alqueires de trigo, 8 almudes de vinho e 2 carneiros e no dia seguinte os padres da igreja matriz fariam outro ofício com metade daquela oferta. Este duplo ofício deveria repetir-se ao mês.

Determina que, com os 200 000 reais que lhe deve seu irmão, D. Jaime de Lencastre, bispo de Ceuta, lhe façam uma obra pia e o que sobrasse da capela seria para vestir pobres.

Deixa várias quantias em dinheiro a seus criados, que individualiza pelos seus nomes e recomenda que deem vestidos pretos aos pajens e vestidos de dó aos homens e moços de sua casa, segundo é costume. Deixa forra a sua escrava Maria.

Como protector dos seus criados, dirige-se ao rei, implorando para eles várias mercês. Pede-lhe que tome Pero Godinho no foro de seu pai e que permita que o moço que tem em Évora, nos estudos, continue a sustentar-se da sua comenda de Vila Viçosa ou da fábrica do convento, até se fazer letrado, “como sua Alteza faz a outros, porque este tem habilidade para se aproveitar bem”. Solicita-lhe que mande recolher no convento a

¹⁷¹ Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, (ed. Damião Peres) vol. II, Porto-Lisboa, Livraria Civilização, 1968, p. 219.

¹⁷² Gomes de Melo, *Nobiliário das Famílias de Portugal*, Casa do Mestre e Duque de Aveiro, fl. 689 e ss. (BNP, pba-277); Manuel Álvares Pedrosa, *Nobiliário de Famílias Portuguesas*, tomo IV, Casa de Aveiro, fl. 11 e ss. (BNP, COD-1009_7).

¹⁷³ D. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo XI, Lisboa, Régia Oficina Salviana e da Academia Real, 1745, pp. 35-36; Pe António Carvalho da Costa, *Corografia portuguesa*, tomo II, pp. 597-598.

dois moços que ele criou, até que vagassem as duas meias rações que lhes estavam destinadas e que Frei André Jusarte, prior de Avis, continue a receber os 20 000 reais que lhe dava havia anos, na sua comenda de Vila Viçosa, porque os merecia. Recorre, por último, a seu irmão o Senhor Duque de Aveiro para que interceda junto de Sua Alteza, para bom despacho das suas petições.

Sobre o lugar do seu enterramento determina: “Que o meu corpo seja enterrado na capela mor deste convento no lugar aonde me eu assento afastado hum pouco da cadeira para que não peje a quem se ahi quiser assentar”. E acrescenta: “Na minha sepultura poram huma campam de pedra de Estremoz com as letras que digam a era”. De facto, é no espaço nobre da capela-mor, do lado da Epístola que se encontra a sepultura do prior-mor D. Jorge¹⁷⁴. Porém, revela algum comedimento quando recomenda que a sua sepultura não deve causar qualquer estorvo aos vivos. O próprio laconismo da descrição do seu monumento funerário parece reflectir um certo despojamento, cujo exemplo lhe fora deixado por seu pai, o mestre D. Jorge, no testamento que fez em Setúbal, a 20 de Junho de 1550¹⁷⁵.

Pode ler-se no testamento do Mestre: “A sepultura ma mandarão fazer raza no chão dentro do dito arco da capela. Porão uma pedra de Estremoz na parede dentro no arco do cruzeiro e o arco do jazigo com um letreiro que diga assim: Aqui jaz D. Jorge, filho de el rei D. João o Segundo de Portugal, o qual foi Mestre de Santiago e de Avis, Duque de Coimbra e se finou a tantos dias de tal mês e ano”. Ainda que a mensagem contida neste letreiro traduza um desejo de ostentação, a escolha de uma sepultura rasa revela alguma modéstia. Tanto num caso como noutro estamos perante uma atitude de despojamento, com que os grandes, à hora da morte, procuravam redimir-se das suas faltas.

Longo

Este apelido, que teve origem numa alcunha, está representado na lista dos instituidores de capelas por Francisco Nunes o Longo. Num do-

cumento de 1570 inserido no *Tombo I*, diz ser um homem solteiro, natural de Aldeia Velha, termo de Avis, “que ora vive com o senhor D. Constantino”, ou seja, era criado de D. Constantino de Bragança (1528-1575), filho do quarto Duque D. Jaime e vice-rei da Índia.

É de crer que Francisco Nunes o Longo tenha herdado dos seus progenitores a alcunha que se converteria em apelido de família, com o qual se identifica, em 1625, Domingos Fernandes o Longo, parente do instituidor da capela. Posteriormente e com base em registos paroquiais, diligências “de genere” e testamentos, pudemos constatar que os Longos se encontram espalhados por vários pontos do Alentejo, como S. Bento do Cortiço (Estremoz), S. João Baptista (Sousel), Lameira (Arronches) e Cabeção (Mora)¹⁷⁶. São quase todos lavradores abastados e alguns dos seus filhos ascendem à carreira eclesiástica¹⁷⁷.

Capela 18 - Francisco Nunes o Longo fez o seu testamento a 18 de Agosto de 1579, nas pousadas do padre Frei Amador, prior de Santa Margarida da Aldeia Velha. Foi redigido, a seu rogo, por Frei António de Almeida, que foi confessor do prior-mor D. Jorge, e que então morava na vila das Galveias. Deserda todos os parentes que lhe possam suceder até o quarto grau e faz a sua alma herdeira. Deixa à sua capela o foro de 1 moio de trigo e cevada com uma marrã gorda e duas galinhas de pitança, que tem na herdade da Enxara, em Aldeia Velha e a renda de 30 alqueires de trigo macho anafil, que tem na herdade do Leão da Aravia, termo de Avis, para que tudo se diga em missas por sua alma e pelas de seus pais, com responso, a alqueire por missa.

Para as suas exéquias determina que, no dia do seu enterro, os padres do convento lhe digam um ofício cantado inteiro, de nove lições, com a respectiva oferta e 20 missas rezadas por sua alma. Ao mês dir-lhe-ão outro ofício por alma de seu pai e outro por alma de sua mãe. Deixa ao padre Frei Amador 30 alqueires de trigo que tem na Aravia, para dizer 30 missas por ano, pelas almas

¹⁷⁴ Marta Alexandre, obra cit.

¹⁷⁵ D. António Caetano de Sousa, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa* tomo VI, Lisboa, Régia Oficina Salviana e da Academia Real, 1748, pp. 29-34.

¹⁷⁶ ADE, RP, S. Bento do Cortiço, Baptismos, liv. 1; ADP, RP, S. João Baptista, Baptismos, liv. 1; Lameira, Baptismos, liv. 1; ADP, Provedoria das Comarcas de Évora e Estremoz, Legados Pios, Testamentos, Cabeção, Cx. 9, nº 21.

¹⁷⁷ ADE, Câmara Eclesiástica de Évora, Habilitações a Ordens, Requisitórias, Cx. 30, nº 793 e Cx. 67, nº 1863.

de seus pais e dele e nomeia a Misericórdia sua testamenteira.

Como se vê, estamos perante um instituidor abastado que investe todos os seus rendimentos na salvação da sua alma e das de seus pais, mas também se revela caritativo ao ordenar que depois de pagos os ofícios e missas, o provedor e os irmãos da Misericórdia deveriam vestir uma irmã com pano de palmilha azul de 150 reais o côvado e o que sobrasse se repartiria pelos pobres. O seu estatuto de criado de um grande senhor da casa de Bragança, por um lado e a sua ligação a Frei António de Almeida, redactor do seu testamento, por outro, podem ter contribuído para que pudesse ordenar a sua sepultura no meio da nave de S. Bento.

Morais

A existência de uma capela conventual instituída por Frei António de Moraes, de quem pouco se sabe, convida-nos a procurar conhecer o percurso desta família. Segundo os genealogistas, sendo oriunda de Castela, estabeleceu o seu senhorio no lugar de Moraes, no termo de Bragança¹⁷⁸. Circunscrita inicialmente à região transmontana, a sua expansão para as outras regiões de Portugal parece ter ocorrido paulatinamente. De facto, as chancelarias régias medievais só tardiamente contêm algumas referências a indivíduos portadores deste apelido. O primeiro exemplo provém da chancelaria de D. João I. Trata-se de Nuno Fernandes de Moraes, cavaleiro, morador em Montemor-o-Novo a quem o rei, em 1385 e 1386, fez doação das rendas das casas que tinha em Évora e em Beja¹⁷⁹. A explicação para estas liberalidades régias é-nos dada por Fernão Lopes, no capítulo da crónica em que fala das pessoas que ajudaram o Mestre a defender o reino. Uma delas foi Nuno Fernandes de Moraes, a quem o próprio Condestável deu os bens que Gonçalo Mendes de Oliveira tinha em Évora e Arraiolos¹⁸⁰. A presença dos Moraes nesta região faz-se sentir

a partir da segunda década do século XV, sendo Fernando Afonso de Moraes vereador do concelho de Évora, em 1425¹⁸¹. É principalmente a ligação à corte que dará visibilidade a esta linhagem, como no caso de Fernão de Moraes, morador em Elvas, criado de D. João II e de Rodrigo Eanes de Moraes, criado da rainha D. Leonor¹⁸². Um caso de maior relevo é o do doutor Inácio de Moraes, humanista português de renome, a quem D. João III confiou o ensino das latinidades a seu filho D. Duarte e aos infantes, filhos de D. Manuel¹⁸³. Como sucedia com quase todas as linhagens nobres da época, também os Moraes serviram o rei no Oriente. Assim, em 1534, o doutor Pedro Vaz, vedor da fazenda da Índia, informa o rei de que o cavaleiro Rui de Moraes era das pessoas mais principais de Cochim e que emprestava ao rei os dinheiros necessários para a compra de pimenta. Por essa razão, o mesmo vedor da fazenda, em 1538, lembra ao monarca que o dito Rui de Moraes o tinha servido bem na Índia e se lhe deveria fazer alguma mercê¹⁸⁴. Na realidade, os serviços prestados por Rui de Moraes à Coroa traduziram-se em mercês dispensadas aos seus familiares através da Casa da Índia. Logo em 1538, Fernão de Moraes, cavaleiro fidalgo da casa do rei, recebe a capitania da nau que ia da Índia para o Pegu. Em 1553, Sebastião de Moraes, cavaleiro fidalgo da casa real, recebe o ofício de tesoureiro da Casa da Índia e, em 1575, por se ter achado no cerco de Goa, recebe a capitania da nau que ia da Índia para a Banda¹⁸⁵.

A relação desta família com as Ordens Militares estabeleceu-se ainda no período medieval, pois, entre 1330-1449, os Moraes foram uma das linhagens nobres ligadas à Ordem de Santiago¹⁸⁶. Esta ligação continuou durante o mestrado de D. Jorge, pois são identificados vários cavaleiros do hábito de Santiago que pertenceram à casa de D. Jorge¹⁸⁷. A relação com a Ordem de Avis parece

¹⁸¹ Maria Ângela Beirante, *Évora na Idade Média*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/JNCT, 1995, p. 622.

¹⁸² ANTT, Chancelaria de D. Manuel, liv. 32, fl. 76; liv. 25, fl. 105v.

¹⁸³ Cristóvão Alão de Moraes, *Pedatura Lusitana*, tomo VI, tit^o Moraes, p. 160.

¹⁸⁴ ANTT, Corpo Cronológico, Parte I, mç. 52, nº 32.

¹⁸⁵ Luciano Ribeiro (ed.) *Registo da Casa da Índia*, vol. 2, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1954, pp. 69, 111, 189.

¹⁸⁶ Luís Filipe Oliveira, obra cit., p. 177.

¹⁸⁷ É o caso de Vasco de Moraes, Gonçalo Moraes, Pero de Moraes e Simão de Moraes (Maria Cristina Pimenta, obra cit., pp. 593, 448, 565, 588).

¹⁷⁸ ANTT, Genealogias Manuscritas, 21-E-07, fl. 601 e 21-E-17, fl. 208.

¹⁷⁹ J. J. Alves Dias (ed.), *Chancelarias Portuguesas. D. João I*, vol. I, tomo 2, doc. 786 e vol. II, tomo 1, doc. 186, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da FCSH, UNL, 2005.

¹⁸⁰ Fernão Lopes, *Crónica del Rei Dom João I, Parte Primeira*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1977, cap.159.



ter-se iniciado mais tarde e através de alianças matrimoniais.

Segundo Felgueiras Gaio, a família dos Morais era antiga em Fronteira, onde os deste apelido tinham foros de fidalguia. O casamento de D. Violante Lopes de Morais, natural daquela vila, com o licenciado Estêvão Velho, ouvidor nas terras do mestre D. Jorge e cavaleiro do hábito de Avis¹⁸⁸, introduziu-os na órbita da Ordem. É provável que o doutor Rui de Morais que, em 1583, vive em Avis, onde exerce funções de contador do mestrado, seja um dos Morais de Fronteira. Por sua vez, a aliança com a linhagem dos Campos, muito chegada à Ordem de Avis, ter-se-ia realizado através do casamento de D. Isabel de Morais com o fidalgo Gil Aires do Campo, que foram pais de Rui Morais de Campos, fidalgo da casa real¹⁸⁹. Os registos paroquiais das últimas décadas da centúria atestam que em Avis viviam duas personagens com o nome de Rui de Morais: o primeiro, casado com Maria de Brito, morreu em 1604; o segundo, casado com D. Guiomar de Sousa, faleceu na sua herdade de Barba Torta, em 1611. O registo dos respectivos óbitos dão-nos conta de que este último, Rui de Morais de Campos, bem como sua mulher D. Guiomar de Sousa, foram sepultados no convento¹⁹⁰. Ficamos, contudo, sem saber qual o grau de parentesco existente entre o fundador da capela conventual e os referidos titulares do apelido Morais.

Capela 23 – As informações acerca desta capela são muito escassas. Apenas se sabe que foi instituída em 1590 e que Frei António de Morais deixou 6 alqueires de trigo para seis missas por sua alma, com responso sobre a cova, no mês de Outubro. O prior-mor e os freires adquiriram a retro a renda de 6 alqueires de trigo numas courelas na Ervideira, no termo das Galveias, mas posteriormente aplicaram esta renda à plantação da vinha da cerca do convento, obrigando-se a dizer anualmente 4 missas por alma do instituidor. Estamos perante uma capela de escassos rendimentos, o que parece significar que Frei António dispunha de bens muito limitados, mas o facto

de ter sido sepultado no meio da nave de S. Bento, espaço principal da igreja do convento, atesta que era de estatuto elevado.

Paiva

Uma das capelas do convento de Avis pertence a Francisco Rosa de Paiva e a sua mãe Antónia de Paiva. Pela não existência do testamento fundador e pela escassez de informes sobre os seus titulares, procurámos em algumas fontes quinhentistas referências a personagens de apelido Paiva.

Pela leitura da *Cronica del Rei D. João III*, de Francisco de Andrade, damo-nos conta de que dois irmãos de apelido Paiva, filhos de Gil Eanes de Magalhães e de Isabel de Paiva, tiveram grande valimento na casa de D. Manuel, por terem sido encarregados da criação do príncipe e futuro rei D. João III. Refere o cronista que o primeiro leite que o príncipe tomou foi o de Beatriz de Paiva, mulher de Álvaro da Costa, guarda-roupa de el-rei, que pelos seus merecimentos o promoveu a seu camareiro-mor, concedendo-lhe a honra de usar “dom”. Como Beatriz de Paiva adoeceu e deixou de poder amamentar o príncipe, substituiu-a Filipa de Abreu, mulher do seu irmão Bartolomeu de Paiva, “homem nobre e cidadão dos antigos de Lisboa”, a quem o rei fez mercê do ofício de guarda-roupa e de vedor das obras do reino¹⁹¹. Em 1514 é dito cavaleiro e amo do príncipe e depois camareiro de D. João III e do seu conselho¹⁹². Apesar de a linhagem dos Paivas já figurar nos livros velhos de linhagens, não há dúvida de que estes dois irmãos pertencem à pequena nobreza urbana saída dos quadros da burguesia lisboeta que, pelos bons serviços prestados ao rei, recebeu dele várias mercês e honrarias.

Outros elementos desta família alcançaram honra e proveito na aventura das descobertas e da conquista do Oriente. É sobejamente conhecida a informação prestada por João de Barros de que, em 1487, D. João II enviou à Índia, por terra, dois dos seus criados, que sabiam a língua árabe. Foram eles Pero da Covilhã, cavaleiro

¹⁸⁸ Felgueiras Gaio, tomo XXI, tit.º Moraes, p. 37. Estêvão Velho, cavaleiro e bacharel recebe carta de hábito da Ordem de Avis a 6 de Junho de 1539 (Maria Cristina Pimenta, obra cit., p. 401).

¹⁸⁹ Felgueiras Gaio, tomo VIII, tit.º Campos, p. 120.

¹⁹⁰ ADP, RP, Avis, Óbitos, liv. 2, fls. 25v, 30 e 33v.

¹⁹¹ Francisco d'Andrada, *Primeira Parte da Cronica del Rei D. João III*, Coimbra, Real Officina da Universidade, 1796, p. 4.

¹⁹² ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, liv. 15, fl. 6; Colecção de Cartas, Núcleo Antigo 880, nº 159.

de sua casa, que o rei encarregou de descobrir os portos e a navegação para a Índia e Afonso de Paiva, a quem entregou cartas para levar ao Preste João¹⁹³. Durante todo o século XVI foram vários os Paivas que andaram nas armadas da Índia e um dos mais notáveis, que se distinguiu na defesa de Goa, foi Gaspar de Paiva, fidalgo da casa de D. Manuel, irmão de Beatriz de Paiva e de Bartolomeu de Paiva, todos filhos de Gil Eanes, “cidadão nobre de Lisboa”¹⁹⁴. Em 1511, era feitor da cidade de Goa, no ano seguinte recebia 265 980 reais pela pimenta que enviara para a Casa da Índia e em 1523 era capitão da Torre de Belém¹⁹⁵. E entre os capitães das armadas da Índia das últimas décadas de quinhentos, figuram nomes como João de Paiva, António de Paiva e Álvaro de Paiva¹⁹⁶.

Pouco sabemos acerca da relação desta família com as Ordens Militares, mas é certo que, no primeiro quartel do século XIV, um dos seus elementos, Rui Pais de Paiva, casou com uma filha do mestre de Santiago, Pedro Escacho, que, antes de entrar na Ordem, fora alvazil em Lisboa¹⁹⁷. No que toca à Ordem de Avis, existem provas de alguma proximidade, no início do século XVI, uma vez que, entre os fidalgos da casa do mestre D. Jorge, conta-se João de Paiva, cavaleiro que, em 1534, recebeu carta de hábito da Ordem de Avis e foi comendador de Oriz e de Mora¹⁹⁸. Mas contam-se também elementos mais modestos que exercem funções a nível concelhio, como Gomes de Paiva, que, em 1500, o Mestre nomeou escrivão dos órfãos, almotaçaria e câmara de Cabeço de Vide, e Henrique de Paiva, possivelmente filho do anterior, que, em 1538, exercia as mesmas funções nesta vila da Ordem de Avis¹⁹⁹.

Foi a partir destas últimas referências que pudemos determinar, com bastante probabilidade, a proveniência dos instituidores da capela conven-

tual. Consultando os registos paroquiais de Cabeço de Vide, que têm início em 1570, verificámos que os Paivas contemporâneos dos instituidores, fazem parte da elite local, que se pode identificar pela frequência com que são padrinhos de baptizados. No topo das frequências, encontra-se Gomes de Paiva, que morreu em 1578, seguido de Henrique de Paiva e Pero de Paiva. Por outro lado, o apelido Rosa, que compõe o nome de Francisco Rosa de Paiva, também faz parte da lista dos padrinhos mais solicitados, com destaque para Diogo da Rosa, que morreu em 1592²⁰⁰. Por sua vez, a ligação desta família à Ordem de Avis está documentada pelo facto de, em 1595, Frei Francisco da Rosa exercer o cargo de celeireiro ou ecónomo do convento²⁰¹.

Perante estes dados, podemos concluir que os titulares desta capela eram naturais da vila de Cabeço de Vide, sendo descendentes próximos dos escrivães da câmara nomeados pelo mestre D. Jorge. Sabemos que, em 1557, moram em Avis, na Rua da Mouraria, em casas sobradadas, por trás das casas da audiência, em frente da sacristia da igreja. A casa em que ele vive comunica com a casa própria de sua mãe, que lhe é contígua. Pertence à Ordem e foi-lhe aforada pelo contador do mestrado, por provisão do rei, pelo foro perpétuo de 60 reais e era, sem dúvida, a melhor casa que a Ordem possuía na vila. Tinha dois portados, um grande, que abria para a rua e outro lateral, que dava acesso à casa de Antónia de Paiva, ambos com boas portas e ferrolhos. A loja, com estrebaria e repartimento para palheiro, tinha paredes de pedra e cal, enquanto as paredes do sobrado eram de taipa e o tecto forrado de boa cortiça, sinal de distinção. No piso superior havia uma chaminé, uma cantareira e uma janela grande, com suas portas de bordo sobre a rua. Na parede da frontaria via-se uma pedra branca com a cruz de S. Bento²⁰².

Embora não sejam conhecidas as funções que Francisco da Rosa de Paiva exercia em Avis, é de crer que, na senda dos seus antecessores mais chegados, possuísse a escriturania da câmara. Em

¹⁹³ João de Barros, *Da Ásia*, Década I, Parte I, Livro III, Capítulo V, Lisboa, Regia Officina Typografica, 1777, p. 193.

¹⁹⁴ João de Barros, *Da Ásia*, Década II, Parte I, Livro V, Capítulo VIII, Lisboa, Regia Officina Typografica, 1777, p. 521.

¹⁹⁵ ANTT, Corpo Cronológico, Parte III, mç. 4, nº 49; Coleção de Cartas, Núcleo Antigo, 876, nº 5; Corpo Cronológico, Parte II, mç. 112, nº 113.

¹⁹⁶ Diogo de Couto, *Da Ásia*, Década X, Parte II, Livro VIII, Capítulos X, XIV, XV; Livro X, Capítulo VI, Lisboa, Regia Officina Typografica, 1788.

¹⁹⁷ Luís Filipe Oliveira, obra cit., pp. 255-256.

¹⁹⁸ Maria Cristina Pimenta, obra cit., p. 472.

¹⁹⁹ Idem, pp. 443, 454.

²⁰⁰ ADP, RP, Cabeço de Vide, Baptismos, liv. 1; Óbitos, liv. 1.

²⁰¹ ANTT, Ordem de Avis e Convento de S. Bento de Avis, liv. 20, fl. 191.

²⁰² A descrição do imóvel encontra-se no “Tombo feito pelo Ldo Iorze Lopes” que tem a data de 1556, mas que foi concluído em 1557. (J. Mendes da Cunha Saraiva, obra cit., p. 90).



todo o caso, sabemos que ele e sua mãe são frequentemente solicitados para apadrinhar casamentos e baptizados, prova da sua pertença à elite local. O seu casamento tardio, em 1579, com Leonor da Gama Pereira²⁰³, vem reforçar o seu estatuto, visto que os Gamas eram membros destacados da elite urbana, aparentados com os Varelas, os FONSECAS e os CAMÕES.

Segundo Luís Adão da Fonseca, a família Gama, com inserção geográfica no Alto Alentejo, distribuía-se entre Olivença, Elvas, eventualmente Évora e esteve, desde o início do século XV, ligada à Ordem de Avis²⁰⁴. Entre os mais antigos cavaleiros de Avis de apelido Gama, conta-se Lopo Esteves da Gama, comendador de Elvas (1405-1436)²⁰⁵. Todavia, na segunda metade do século XV, os Gamas abandonaram a ligação tradicional da família à Ordem de Avis e transferiram-se para a de Santiago²⁰⁶.

No século XVI, os Gamas que vivem em Avis podem eventualmente usar um segundo apelido: Pereira, no caso de Leonor da Gama Pereira, mulher de Francisco da Rosa de Paiva, ou Lobo, no caso de Manuel da Gama Lobo, cavaleiro fidalgo, que vive em Avis em meados da centúria.

Capela 22 - Em data que desconhecemos, Francisco da Rosa de Paiva fez o seu testamento com a ajuda do seu confessor, o licenciado Francisco Gonçalves, vigário da vara da vila e de sua comarca, que foi aprovado pelo tabelião Bento Soeiro. O traslado da verba do testamento relativa a esta capela, que teve lugar a 22 de Junho de 1588, contém a informação de que o testador deixou ao convento 30 alqueires de trigo de renda que tinha na herdade dos Místicos, no Monte da Ribeira de Avis, com a obrigação de 30 missas, “enquanto o mundo durar”, por sua alma e por alma de seu pai. Por sua vez, Antónia de Paiva, sua mãe, também deixou uma renda igual para missas por sua alma, na mesma herdade dos Místicos. Como além destas duas rendas impedia sobre a propriedade mais uma terceira deixada pelo testador à Misericórdia, o seu rendimento não chegava para cumprir os encargos.

²⁰³ ADP, RP, Avis, Casamentos, liv. 1, fl. 199.

²⁰⁴ Luís Adão da, *Vasco da Gama: o homem, a viagem, a época*, Lisboa, Comissão de Coordenação da Região Alentejo: Expo 98, 1997, p. 11 e ss.

²⁰⁵ Luís Filipe Oliveira, obra cit., p. 358.

²⁰⁶ Luís Adão da Fonseca, obra cit. p. 16.

Por isso, a 18 de Abril de 1596, foi realizado um instrumento de transacção e amigável composição, entre o prior-mor D. Francisco do Avelar e os possuidores da herdade, Pero de Mascarenhas e D. Leonor da Gama sua mulher, moradores em Olivença, pelo qual estes trespassaram a posse e propriedade da mesma, nas mãos e poder do prior-mor, de forma a assegurar o pagamento das rendas. Porém, as informações contidas no *Inventário* mostram que o rendimento da herdade, não era suficiente para satisfazer as obrigações perpétuas requeridas. Daí que o número de missas tenha diminuído consideravelmente, mas nem por isso se perdeu a memória do instituidor, pois pode ler-se na mesma fonte: “Está enterrado na nave de S. Bento, tem campa e letreiro sua sepultura”.

Pinheiro

Nos tombos das capelas de Avis encontram-se registadas duas sob o apelido Pinheiro: a de Vasco Eanes Pinheiro e a de seu irmão Álvaro Eanes Pinheiro. Associamos a esta família uma terceira capela, a de Maria Vaz, mulher de Álvaro Eanes Pinheiro. Desconhecemos a filiação dos dois irmãos, mas sabe-se que tiveram um irmão clérigo, Pedro Eanes Pinheiro, pai de Aleixo Pinheiro²⁰⁷. É provável que os fundadores das capelas fossem parentes de Martim Pinheiro que, em 1492, era corregedor da cidade de Lisboa e do doutor Rui Gomes Pinheiro que, em 1529, era desembargador dos agravos na corte de D. João III²⁰⁸. O mais provável é que a sua família seja oriunda de Setúbal, onde, desde o início do século XV, viveram várias gerações de Pinheiros na dependência dos mestres de Santiago. Assim, Estêvão Eanes Pinheiro foi criado do infante D. João, primeiro mestre de Santiago. Sua filha, Clara Esteves Pinheiro, foi ama de leite da infanta D. Isabel, filha do mesmo infante D. João. Um filho da ama, Diogo Pires Pinheiro, foi moço de câmara da infanta D. Brites, mulher de D. Fernando, duque de Viseu e mestre de Santiago, pais do rei

²⁰⁷ Aleixo Pinheiro foi escrivão da Ordem de Santiago entre 1527 e 1543, em 1543 era escrivão das sisas da Ordem de Avis e ingressou nesta Ordem a 16 de Agosto de 1546 (Maria Cristina Pimenta, obra cit., p. 313).

²⁰⁸ *Livro dos Pregos. Estudo introdutório, transcrição paleográfica, sumário e índices* (coord. Inês Morais Viegas e Marta Gomes, estudo introdutório de Edite Alberto), Câmara Municipal de Lisboa, 2016, docs. 478, 507.

D. Manuel I. Alguns homens desta família foram cavaleiros de Santiago, como Cristóvão Trigo Pinheiro, fidalgo do duque de Coimbra, D. Jorge de Lencastre²⁰⁹. A junção dos mestrados de Santiago e de Avis na pessoa do mestre D. Jorge, em 1491, parece ter facilitado a circulação de gentes entre as duas Ordens e permitiu que alguns dos elementos mais válidos do campo santiaguista tenham sido introduzidos na órbita de Avis pelo próprio D. Jorge, como parece ter acontecido com os Pinheiros. Assim, em 1517, Álvaro Eanes Pinheiro era escudeiro e escrivão do almoxarifado de Avis pelo mestre D. Jorge que, por ser “auto e suficiente”, o nomeia escrivão da visitação que veio a realizar-se, em 1519, às comendas da Ordem, tendo por ajudante Frei Duarte, seu sobrinho, que viria a ser testamenteiro de Maria Vaz, sua mulher²¹⁰.

Capela 1 – A capela mais antiga que encontramos registada nos tombos das capelas do convento foi instituída a 5 de Novembro de 1520, por Maria Vaz, mulher de Álvaro Eanes Pinheiro, que talvez pertencesse à família de Xistos Vaz, escudeiro do rei, que, em 1524, obteve de D. João III, a seu pedido, a administração da capela de Santo Ildefonso, na igreja de Avis, que se encontrava vaga²¹¹. Em 1567, este mesmo Xistos Vaz era vereador, distribuidor e juiz nesta vila²¹².

Pelas verbas do testamento que chegaram até nós, sabemos que a instituidora destinou à sua capela 1 moio de trigo de renda que tinha nas terras e casal de Bembelide²¹³, para que os freires dissessem anualmente, para sempre, por sua alma, 60 missas rezadas, com responso sobre a sepultura, nas festas principais do ano. Nomeia

por seu testamenteiro o já referido Frei Duarte, que diria as missas da capela enquanto estivesse no convento e receberia as pitanças: 2 galinhas no Natal e 1 queijo fresco por Páscoa. Manda vestir 4 pobres, 2 homens e 2 mulheres, sendo um destes Fernando Afonso tesoureiro e o outro quem o seu padre espiritual indicasse. Declara que quer ser sepultada no convento, mas com o tempo perdeu-se o lugar da sua sepultura.

Capela 5 -Vasco Eanes Pinheiro instituiu a sua capela, a 15 de Outubro de 1539. Fontes coevas dão-no como lavrador²¹⁴ e, pelas verbas do seu testamento, sabemos que era viúvo e tinha uma filha, Beatriz Pinheira, herdeira da metade da sua fazenda. Fez a sua alma herdeira da outra metade e destinou um terço das rendas do seu casal de Colos, junto da quinta dos Amarelos, no termo de Avis, para missas, a alqueire por missa. Revela grande generosidade ao mandar que um terço da renda daquela propriedade seja repartida pelos pobres, homens e mulheres, dando preferência aos seus parentes pobres. O outro terço ficaria para o testamenteiro e administrador da capela. Ordena por testamenteiro e administrador seu irmão Álvaro Eanes Pinheiro a quem sucederá sua filha, dele instituidor, Beatriz Pinheira e seus descendentes, por via masculina. Em caso de a linhagem se extinguir a administração passaria ao convento. Contudo, apesar de ter confiado aos freires conventuais os sufrágios perpétuos por sua alma, escolheu para seu lugar de sepultura a igreja matriz, junto da pia da água benta.

Capela 6 - A 20 de Janeiro, de 1542, Álvaro Eanes Pinheiro, com seu próprio juízo e entendimento, faz testamento nas suas casas, em Avis. Graças à riqueza informativa deste documento, complementada por outras fontes, Álvaro Eanes Pinheiro é, de longe, o elemento deste grupo familiar que melhor conhecemos. Em 1542, sendo viúvo e sem filhos, funda no convento uma capela de missa quotidiana por sua alma, pelas almas de seus pais e pessoas das suas obrigações, com responso sobre a sua sepultura. Vincula-lhe várias propriedades situadas nos termos de Coruche e Avis. É um homem rico, pois além daquelas propriedades possui vinhas e olivais, localizadas no espaço periurbano de Avis, umas isentas

²⁰⁹ M. Felgueiras Gaio, tomo XXIV, pp. 9-49.

²¹⁰ ANTT, Ordem de Avis e Convento de S. Bento de Avis, liv. 15, fl. 4. Maria Cristina Gomes Pimenta, obra cit. p. 315, limita-se a identificar Álvaro Eanes Pinheiro como escrivão da Ordem de Avis, entre 17 de Fevereiro de 1519 e 12 de Dezembro de 1519.

²¹¹ ANTT, Capelas da Coroa, liv. 7, fl. 7.

²¹² *Tombo I*, fls. 3, 5v.

²¹³ Segundo as anotações que foram inseridas no *Tombo II*, estas terras vieram a fazer parte do morgado do Maranhão, instituído por D. Maria de Meneses, porque, em 1624, D. Francisco de Melo comprou a sua posse ao útil senhorio, pagando sempre o foro ao convento, até que, vindo esta sucessão ao duque de Cadaval, em 1686, este “se levantou com este foro” e não o quis pagar, mas o convento obteve sentença contra o duque que foi obrigado a pagar os foros em atraso.

²¹⁴ ANTT, Capelas da Coroa, liv. 7, fl. 8v.

outras foreiras à Ordem, bem como um moinho situado abaixo da ponte, também ele foreiro à Ordem²¹⁵. Isto para não falar das várias taças e colheres de prata, algumas douradas com bastiões, e das suas armaduras com que presenteia os seus próximos.

É possível que parte destes bens os tenha recebido de alguns familiares e protectores, pelos quais manda que, ao segundo dia do seu falecimento, os clérigos da vila rezem 100 missas, por suas almas. Mas Álvaro Eanes pode ter adquirido parte daquele património através do seu trabalho, como perito na arte da escrita. Como já foi referido, em 1517, sendo escudeiro e escrivão do almoxarifado de Avis, foi nomeado escrivão da visitação às comendas da Ordem e a sua competência e a protecção do mestre D. Jorge foram certamente responsáveis pela sua promoção ao cargo de almoxarife de Avis, que desempenhava em 1534²¹⁶. É um homem influente e bem inserido no meio. Mora junto da Praça da vila²¹⁷ e goza de uma relação privilegiada com a Ordem e de uma boa relação com os agentes do poder concelhio e os profissionais da burocracia, entre os quais recruta os seus amigos. De facto, recorreu ao seu amigo, o tabelião Brás Varela, para o ajudar a redigir o seu testamento e nomeou Mateus Afonso, juiz dos órfãos, por testamenteiro. Seria também amigo de João Fernandes da Cordeira, juiz das sisas, uma vez que deixa a sua mulher Inês Eanes, a Cordeira, a novidade dos seus olivais para casamento das suas sobrinhas.

Declara-se “devoto e irmão da casa”, categoria que não deverá equivaler à de cavaleiro da Ordem, antes parece identificar-se, na linha da tradição medievla, com a de freire laico. É nesta condição que manda que o seu corpo seja enterrado com um manto, que seja levado à sepultura pelos freires e pelos seus amigos e planeia solenes exéquias em que participariam todos os freires e clérigos da vila. No ano a seguir à sua morte, diriam um anal de missas no convento, por sua alma e outro anal de missas na igreja da vila pelas almas de seus pais e irmão Pedro Eanes, clérigo. Deste modo, se por um lado, confiou aos

freires conventuais os sufrágios perpétuos e alguns temporários, por outro, encarregou os clérigos da matriz de tomarem parte nas exéquias e nos sufrágios temporários.

A avaliar pelos seus legados, Álvaro Eanes Pinheiro foi um homem generoso e caritativo. Manda que, à sua morte, vistam doze pobres, seis homens e seis mulheres, identificados pelos próprios nomes. Faz também esmola a pessoas “honradas e pobres”, como D. Maria, sua parenta, a quem deixa uma renda anual de 30 alqueires de trigo, prova da vulnerabilidade das fortunas e da transitoriedade dos estatutos. Entre os legados pios, contam-se as esmolos à Misericórdia de Avis e a oferta das suas cortinas brancas inteiras à igreja de Cabeção, que o mestre D. Jorge mandara restaurar²¹⁸. Mostra-se também reconhecido ao deixar uma boa soma de bens a Maria Fernandes, que o servia, “por muitos serviços que lhe faz e que ao diante lhe fara e por o ter em muita limpeza e por ser boa cristã e boa mulher”.

Como elemento da pequena nobreza, Álvaro Eanes quis mostrar a sua diferença, não só na organização das suas exéquias, nas quais arderia toda a cera existente no convento e na Misericórdia, mas também na escolha do lugar de sepultura. Escolheu ser sepultado dentro da igreja do convento, na nave de S. Bento, junto do pé do púlpito, das grades para fora. Manda que sobre a sua sepultura ponham “humha boa campam de marmore de Estremoz e nella se ponha a figura de hum pinheiro e um letreiro que diga aqui jaz Alvaro Eanes Pinheiro que instituiu uma capela de seus bens neste convento de Avis”.

Como bem observa Anne-Valérie Solignat, a organização das exéquias e a escolha do lugar de sepultura eram questões essenciais para a pequena nobreza, por se tratar de uma das raras ocasiões em que podia mostrar a sua diferença social, num mundo onde realmente poucas coisas a distinguiam no dia a dia. A mesma autora acrescenta que as próprias pedras sepulcrais

²¹⁵ ANTT, Ordem de Avis e Convento de S. Bento de Avis, liv. 14, fls. 8 e 12v; liv. 20, fl. 210

²¹⁶ ANTT, Ordem de Avis e Convento de S. Bento de Avis, liv. 20, fl. 210.

²¹⁷ ANTT, Ordem de Avis e Convento de S. Bento de Avis, liv. 14, fl. 1v.

²¹⁸ Na visitação que Frei Luís Álvares de Proença realizou, em 1534, à igreja de Santa Maria da vila de Cabeção, anexa à de Santa Maria da Orada da vila de Avis, constatou, com satisfação, que tinha sido recentemente restaurada pelo mestre D. Jorge, mas registou que os altares estavam mal reparados e desgarnecidos de frontais (Biblioteca Pública de Évora, Códice CXXIII-1-1, fl. 28v).

serviam para afirmar a continuidade, por vezes fictícia, da superioridade de uma família, tornada viva através de um nome²¹⁹.

Álvaro Eanes Pinheiro, como não tinha herdeiros directos, nomeou por administrador da sua capela, Álvaro Pinheiro, o Moço, filho de sua sobrinha Beatriz Pinheira e de Gonçalo Pires, que também herdou a administração da capela de Vasco Eanes Pinheiro, seu avô, ficando as duas administrações na mão da mesma pessoa. A administração de ambas as capelas manteve-se na sua descendência até meados do século XVIII, mas só o primeiro nome da lista ostenta o apelido Pinheiro²²⁰. Suplantou-o o apelido Azevedo, cujos usuários mais destacados foram Lopo Vaz de Azevedo, cavaleiro da casa de D. Manuel que, nos finais do século XV, era feitor na cidade de Safim e que, em 1503, pertencia ao conselho do rei²²¹. Como atrás referimos, foi almirante dos reinos, governador de Tânger, claveiro da Ordem de Avis e comendador de Coruche, Mora e Juromenha, a quem sucedeu seu filho António de Azevedo, cavaleiro conventual da Ordem de Avis²²². Assim, o ascendente dos Azevedos na região parece dever-se, como noutros casos, à convergência de dois poderes: o do Rei e o da Ordem.

Preto

Este apelido pertence à capela de D. António Preto, prior-mor do convento de Palmela. Antes fora freire de Avis. Em 1536, tinha o cargo de subprior e, em 1542, o de prior-mor do convento. De fac-

to, data de 18 de Outubro de 1542 a resposta do mestre D. Jorge ao prior-mor D. António Preto sobre as obras do refeitório e cozinha que este se propunha realizar²²³. Tal como tantos outros, o apelido Preto derivou de uma alcunha, mas acabou por se perpetuar em algumas famílias que, a partir do século XV, ganharam alguma notoriedade, quer através da fundação de capelas e morgados, quer através do serviço régio. É o caso da família dos Pretos de Leiria, que teria tido origem em Diogo Dias Preto, pai de Gaspar Dias Preto, que casou em Leiria com Catarina de Lemos, sendo pais de Diogo Gil Preto. Este casou com Ana da Guerra e instituiu o morgado da Cruz da Areia, na capela de Nossa Senhora da Apresentação no convento de S. Francisco de Leiria²²⁴. Seu neto Lourenço Dias Preto, moço fidalgo da casa real, foi o primeiro possuidor da quinta dos Manjões, em Santa Iria da Azoia, na qual, em 1626, seu pai o doutor Belchior Dias Preto, do conselho do rei e desembargador do paço instituiu morgado, ficando os sucessores obrigados a usar o apelido Preto²²⁵.

Percurso idêntico têm os Pretos de Évora. Este apelido ganha distinção, quando, em 1518, D. Manuel nomeia Jorge Rodrigues Preto como estribeiro da infanta D. Isabel, à semelhança do seu sogro, Duarte do Casal, que fora estribeiro-mor da rainha²²⁶. O próprio Jorge Rodrigues Preto com sua mulher, Maria Bota do Casal, foram instituidores da capela da Conceição no convento de S. Francisco de Évora²²⁷. À mesma família parece ter pertencido o doutor Simão Gonçalves Preto que, em 1560, era desembargador do paço e depois chanceler-mor²²⁸.

Não nos sendo possível determinar em que linhagem se insere o apelido ostentado pelo prior-mor D. António Preto, parece certo que ele anda associado ao apelido Zagalo. Segundo Fernão Lo-

²¹⁹ Anne-Valérie Solignat, "Funérailles nobiliaires et pouvoir seigneurial à la Renaissance", *Revue historique*, 2012/1, nº 661, pp. 101-130.

²²⁰ As anotações que se encontram dispersas nas margens de alguns dos tombos consultados, permitem-nos fazer uma reconstituição provisória da lista dos administradores de ambas as capelas: António Pinheiro, que estava na Índia e depois sua mulher Violante de Azevedo e seu filho Gonçalo Soeiro de Azevedo. Por morte deste, sucedeu-lhe Luís Andrade e, depois deste, Gonçalo Soeiro, morador em Sousel (1692). Sucedeu-lhe António Andrade, de Sousel e por morte dele, em 1721, seu filho Francisco de Azevedo, que estava na Índia (*Tombo I*, fls. 213-213v; *Tombo II*, fl. 90; *Inventário*, fls. 24, 61v, 62v).

²²¹ Anselmo Braamcamp Freire, "Cartas de quitação del-rei D. Manuel", *Arquivo Histórico Português*, vol. IV p. 282; "Livro das tenças del Rei", *Arquivo Histórico Português*, vol. II, p. 86.

²²² Maria Cristina Gomes Pimenta, obra cit. pp. 335, 515.

²²³ Acompanha-a outro documento intitulado: "Obra do refeitório pela planta que Pedro Gomes pedreiro trouxe assinada pelo mestre nosso senhor" (ANTT, Ordem de Avis e Convento de S. Bento de Avis, mc. 15, nº 1305, 1306).

²²⁴ Manuel Álvares Pedrosa, *Nobiliário de Famílias Portuguesas*, tomo VI, titº Pretos, fl. 178 (BNP, COD-1009_7). Pe António Carvalho da Costa, *Corografia portuguesa*, tomo III, p. 95.

²²⁵ ANTT, Morgados e Capelas. Núcleo Antigo, 208.

²²⁶ ANTT, Chancelaria de D. Manuel, liv. 10, fl. 133.

²²⁷ Cristóvão Alão de Moraes, tomo IV, vol. 1, tit.º Camões, p. 507.

²²⁸ ANTT, Gavetas, Gav. 2, mc. 9, nº 21.



pes, o nome de Gomes Martins Zagalo faz parte da lista dos cidadãos de Évora que ajudaram o Mestre a defender o reino²²⁹. Sabemos que ele era um homem muito rico, que possuía bens de raiz espalhados pelos termos de Évora, Elvas e Estremoz, mas, por insolvência do judeu Abraão Amigo, rendeiro das dízimas dos panos de Castela, de quem fora fiador, grande parte desses bens foram-lhe confiscados, pelo próprio rei D. João I. Entretanto o seu filho Diogo Gomes Zagalo, criado de D. Duarte e escudeiro de sua casa, consegue reaver do rei, em 1437, os bens de Estremoz e seu termo²³⁰. Entre os vários filhos de Diogo Gomes Zagalo figura Antão Preto Zagalo, o que parece explicar a associação dos dois apelidos²³¹.

Os registos paroquiais de Estremoz mostram que, na segunda metade do século XVI, os Zagalos tinham aqui grande preponderância e que, alguns membros desta família podiam também usar o apelido Preto, em alternância ou em concomitância com o apelido Zagalo²³². Como exemplo do primeiro caso temos o nome do licenciado Frei Pero Preto, prior da igreja de Santa Maria do Castelo, que pertencia à Ordem de Avis. Como exemplo do segundo, cite-se o de Francisco Zagalo Preto, sobrinho-neto de D. António Preto. Também não é de excluir uma possível ligação entre os Pretos de Leiria e os de Estremoz, pois os apelidos Lemos e Guerra, que fazem parte da árvore genealógica dos primeiros, são usados no século XVI por algumas das principais famílias de Estremoz. Em qualquer caso, D. António Preto devia ser parente do doutor Estêvão Preto, cavaleiro, que em 1541 era juiz das ordens de Santiago e Avis, que recebe carta de hábito de Santiago, em 1542 e que em 1550 era chanceler-mor do mestre D. Jorge²³³.

Capela 12 - D. António Preto, ao mesmo tempo que instituiu uma capela no convento de Avis instituiu outra no convento de Palmela. Conhecemos apenas as verbas do seu testamento, aprovado a 11 de Março de 1558, relativas à capela de Avis.

Destina a esta capela a renda mais elevada de todas as capelas fundadas neste convento: 3,5 moios de trigo macho provenientes da fazenda forra e isenta que possui no termo de Avis. Como obrigações perpétuas, ordena que lhe digam 100 missas rezadas. A capela instituída no convento de Palmela, onde o prior-mor foi sepultado, tinha também obrigação de 100 missas de requiem, mas os bens que lhe estavam vinculados (umas casas na Rua das Ferrarias Velhas de Lisboa e um olival no termo de Palmela), eram substancialmente menos valiosos do que os bens vinculados à capela de Avis²³⁴.

Em Avis as missas seriam ditas pelos padres do convento e, quando estes não pudessem, ajudariam a dizê-las os padres da igreja matriz. Se o convento não cumprisse, ficaria a esmola ao Hospital de Estremoz, o que não veio a acontecer.

Nomeia como administradora da capela sua sobrinha Violante Dias, filha de seu irmão Gaspar Dias e “depois dela seu filho ou filha que dela decender de legitimo matrimonio e sempre neste caso o filho macho ainda que seja mais mosso sera preferido as femeas (...) de modo que ande sempre na linha da geração dos administradores”. Por anotações posteriores, sabemos que foi efectivamente o filho de Violante Dias Preta, Francisco Zagalo Preto, o administrador da capela.

Como seria de esperar, não estão incluídas nas verbas testamentárias de Avis as cláusulas relativas às exéquias, nem às esmolas e legados, porque essas estariam a cargo do convento de Palmela, onde foi sepultado. Tudo leva a crer que D. António Preto gozava de grande confiança por parte do mestre D. Jorge, que, ao indigitá-lo para prior-mor de Palmela, mostra reconhecer as suas capacidades de liderança. Na realidade, ao realizar, entre os anos 1552 e 1554, cinco visitas às igrejas da Ordem de Santiago²³⁵, D. António Preto revelou-se um continuador da acção de D. Jorge.

Soeiro

No século XVI foram fundadas no convento de Avis três capelas sob o apelido Soeiro: a de Frei Gonçalo Soeiro de Benavila, freire conventual, a de Frei Gonçalo Soeiro de Albergaria e a de Ma-

²²⁹ Fernão Lopes, *Crónica del Rei Dom João I, Parte Primeira*, cap. CLX.

²³⁰ J. J. Alves Dias (ed.), *Chancelarias Portuguesas. D. Duarte*, vol. I, tomo 1, doc. 54 e tomo 2, doc. 823.

²³¹ M. Felgueiras Gaio, tomo XXVIII, titº Zagalos, p. 293.

²³² ADE, RP, Estremoz (Santa Maria), livros mistos; Estremoz (Santo André), livros mistos.

²³³ Maria Cristina Gomes Pimenta, obra cit., p. 400; J. Mendes da Cunha Saraiva, obra cit., p. 123.

²³⁴ ANTT, Ordem de Santiago, convento de Palmela, liv. 86.

²³⁵ ANTT, Ordem de Santiago e Convento de Palmela, livros 193-197.

nuel Soeiro de Santo António, para não falar da capela comum instituída por Isabel Soeira com seu marido, o licenciado Diogo de Abreu, incluída no título dos Abreus.

A partir da documentação compulsada constatamos que este apelido, que foi inicialmente nome próprio, era bastante frequente na região e que durante o mestrado de D. Jorge (1491-1550), muitos dos seus usuários estiveram ligados à Ordem e pertenceram à sua casa. Em 1498, Gonçalo Soeiro renunciava ao cargo de prioste de Avis; em 1549, Sebastião Soeiro era couteiro das coutadas de Veiros; em 1550, Pedro Soeiro, cavaleiro, recebeu carta de hábito da mesma²³⁶. Já em 1561, outro Pero Soeiro, clérigo de missa e freire professo, era apresentado por D. Sebastião, como governador da Ordem, para a capelania perpétua da igreja de Nossa Senhora da Purificação do lugar de Cabeção, recebendo para tal o respectivo mantimento²³⁷.

Nos tombos dos aforamentos das propriedades da Ordem encontram-se alguns indivíduos com o apelido Soeiro, todos protegidos do mestre D. Jorge, que beneficiam, a seu pedido, de aforamentos simbólicos de várias propriedades. É o caso de Pero Soeiro, contador do mestrado, a quem o Mestre deu de sesmaria, em 1508, uma terra bravia situada no temo de Avis²³⁸. Em 1525, Gaspar Soeiro, moço de câmara do Mestre, tomou de aforamento perpétuo, por um frango de foro, umas covas de pelames, que ficaram do tempo dos mouros, situadas na ribeira de Avis, abaixo da ponte, onde os sapateiros mouros curtiam a sua courama²³⁹. Outro contador do mestrado, Afonso Soeiro, casado com Joana de Azevedo, irmã de Gaspar Soeiro, que era juiz na vila em 1550, foi também beneficiário destes aforamentos promovidos pelo Mestre como forma de recompensar serviços e reforçar fidelidades²⁴⁰.

Alguns destes indivíduos ostentam um segundo apelido, o de Albergaria. Está neste caso Frei Gonçalo Soeiro de Albergaria, instituidor da capela 17, que não se deve confundir com os Soares de Albergaria, que os linhagistas, desde o conde D. Pedro, fazem remontar a D. Paio Delgado, cavaleiro que participou na conquista de Lisboa e que fundou uma albergaria, na freguesia de S. Bartolomeu. O nome de um seu bisneto, Soeiro Fernandes, teria dado origem ao patronímico Soares, ao qual os seus descendentes, senhores da Albergaria de Paio Delgado, acrescentaram o respectivo apelido, passando a intitular-se Soares de Albergaria²⁴¹. Braamcamp Freire, no seu estudo sobre os Albergarias, conclui que a linhagem de Paio Delgado tem como representantes os condes de Monsanto e marqueses de Cascais e que dificilmente se poderão entroncar nos antigos senhores da albergaria de S. Bartolomeu de Lisboa os vários ramos de Albergarias que têm existido²⁴².

O ramo existente na região de Avis aparece sempre associado ao apelido Soeiro, mas é possível que, entre os elementos do mesmo grupo familiar, uns se identifiquem por Soeiro de Albergaria, e outros apenas por Soeiro. Também noutras vilas alentejanas, como Borba, Fronteira, Vila Viçosa e Veiros estão documentados para os séculos XVI e XVII, indivíduos conhecidos por Soeiro de Albergaria, que Felgueiras Gaio afirma serem pessoas de grande nobreza, que sempre procuraram usar o apelido Albergaria²⁴³. Na realidade, nem sempre assim foi, pois segundo nos mostra a documentação consultada, alguns elementos desta família limitavam-se a ser identificados como Soeiros, tal como ocorria em Avis. Daí que possamos concluir que este era seu o tronco principal, sendo todos parentes em maior ou menor grau.

Capela 2 - A 11 de Abril de 1527, Frei Gonçalo Soeiro, freire de missa, natural de Benavila, fazendo doente, na sua cela de dormitório do convento, rogou a seu amigo Álvaro Eanes Pinheiro,

²³⁶ Maria Cristina Gomes Pimenta, obra cit., pp. 450, 586, 560.

²³⁷ ANTT, Mesa da Consciência e Ordens, Chancelaria de S. Bento de Avis, Chancelaria Antiga, livro 1, fl. 312v e livro 3, fl. 6v.

²³⁸ ANTT, Ordem de Avis e Convento de S. Bento de Avis, liv.19, fl. 240v.

²³⁹ ANTT, Ordem de Avis e Convento de S. Bento de Avis, liv. 20, fl. 51v.

²⁴⁰ J. Mendes da Cunha Saraiva, obra cit., pp. 100, 114,122, 126, 142.

²⁴¹ Nobiliário de D. Pedro, Conde de Barcelos (ANTT, Genealogias Manuscritas, 21-F-30); Cristóvão Alão de Moraes, tomo II, vol. 2, tit.º Soares de Albergaria, p. 422.

²⁴² A. Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra*, vol. 3, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1930, pp. 175-186.

²⁴³ M. Felgueiras Gaio, tomo XXVII, Albergarias de Borba, p. 116.



escrevão dos contos do mestrado, que lhe fizesse o testamento, que ele assinou, pedindo a seu irmão, João Soeiro, que fosse seu testamenteiro e administrador da capela. Manda que as rendas das terras e casal do Gaião que tem em Benavila, no termo de Avis, se despendam em missas por sua alma. Ordena que no dia do seu enterramento lhe digam um ofício completo, segundo a Ordem manda. Passado esse dia, diriam dois trintários abertos por sua alma, dois pelas almas dos pais e outro pela do seu tio João Soeiro, que foi vigário. Deixa à confraria de Nossa Senhora de “antre ambas as aguas”, uma terra que tem em Benavila, à Fonte da Palha, para que os seus mordomos lhe mandem cantar 2 missas por ano por sua alma e deixa 7 000 reais para gastar com as pessoas que Frei Nuno da Gama indicar. Determina que o que sobejar da capela seja distribuído pelos seus irmãos menores e distribui pelos seus seis irmãos e sobrinhos 24 cabeças de gado vacuum. Contempla a sua madrastra, as suas irmãs e cunhadas com dinheiro para fraldilhas. Aos seus vaqueiros deixa, a cada um, um pelote de pano da terra, que lhes devia e 2 cabeças de gado e destina 1 500 reais a João Soeiro, homem preto que foi escravo do seu tio. Manda que paguem 10 000 reais que deve a Frei Nuno da Gama, a quem tinha dado como penhor um copo de prata com uma cruz da Ordem, e lhe deem ainda uma vaca parida. Por fim enumera algumas dívidas que tem a receber.

A avaliar pelo seu testamento, o instituidor desta capela, apesar de ser freire conventual, é um homem abastado. É dono de um monte, que consta de um casal e terras em redor, algumas das quais foram compradas por ele. Sendo um criador de gado vacuum, presenteia os seus familiares e amigos com animais de diversas idades, desde novilhos e aralas, até vacas alfeiras, utreiras ou paridas. Sabe gerir o seu património, não deixa escapar qualquer dívida, mas manifesta gratidão para com o seu tio João Soeiro e para com o seu antigo escravo. Contudo não pretende exibir qualquer excepcionalidade, ao declarar: “Mando que lancem o meu corpo a terra, na crasta, aonde se enterram os freires”. Como qualquer freire comum pretende apenas repousar no claustro do convento.

Capela 17- Frei Gonçalo Soeiro de Albergaria, institui a sua capela em 1574. Pelas verbas do seu testamento constatamos que, sendo frei-

re professo da Ordem, tem dois filhos, António Soeiro e Pero Soeiro. Uma passagem do tombo de 1557 informa que, à data, ele vivia nos Paços que outrora foram dos Mestres, onde fora aposentado por D. Luís de Lencastre, alcaide-mor da vila e fortaleza, “o qual por ser filho do Mestre D. Jorge que haja gloria e o dito freire sua feitura ho auuia encarregado da guarda do dito aposento e fortaleza e castelo”²⁴⁴. Na realidade, Frei Gonçalo era “feitura do Mestre”, como provam as várias benesses que dele recebe. Em 1525, sendo capelão do Mestre e prior de Montargil, toma de aforamento perpétuo, pelo foro de uma galinha, uns pardieiros velhos, com um chão em redor, que estavam no rossio da vila e foram hospital da Ordem²⁴⁵. Em 1532, Frei Gonçalo Soeiro era prior de Vila Viçosa e obtinha, mediante aforamento perpétuo, pelo foro de 50 reais, uns pardieiros, nesta vila, que foram adega da Ordem, para nelas fazer casas para viver²⁴⁶. O mesmo Frei Gonçalo, em 1546, já era prior de Avis²⁴⁷.

Além destes bens de carácter benéfico, Frei Gonçalo era um homem rico, que deixa à capela que institui no convento toda a sua avultada fazenda: as suas casas de morada, em Avis e 25 alqueires de trigo de foro numa courela que possui na vila da Figueira, na terra das duas dízimas, herdade dos Pintos. Parte da renda da courela da Figueira fora comprada pelo instituidor a um seu familiar, talvez irmão, Afonso Soeiro, casado com a senhora Catarina Mendes, moradores em Portel, que a tinha herdado do pai, Cosme Soeiro de Albergaria. Deixa ainda duas quintas: a de Vale do Poço da Frandina, em Avis e a de Vale de Flores, no Alandroal, com sua casa e a vinha no Rossio. Como obrigação de capela manda que lhe digam, “enquanto o mundo durar”, uma missa todas as sextas-feiras à honra das Chagas de Jesus Cristo, com responso sobre a cova. Depois do seu falecimento quer que lhe digam 100 missas *fidelium deum* por descargo da sua alma e um trintário cerrado, na igreja matriz, e um oitavário de missas contínuas. Nomeia por administrador o seu filho António Soeiro e sucessores. Se faltar

²⁴⁴ J. Mendes da Cunha Saraiva, *passim*, p. 83.

²⁴⁵ ANTT, Ordem de Avis e Convento de S. Bento de Avis, liv.20, fl. 65.

²⁴⁶ ANTT, Ordem de Avis e Convento de S. Bento de Avis, liv.20, fl. 184v.

²⁴⁷ ANTT, Ordem de Avis e Convento de S. Bento de Avis, liv. 9, fl. 31.

a sucessão, fique por administrador o convento, na pessoa do D. Prior, que ficará com a obrigação de dar um par de botas ao sacristão pelo trabalho de mandar dizer as missas das sextas-feiras.

Apesar do importante património que Frei Gonçalo Soeiro de Albergaria legou ao convento, ao fim de pouco tempo a obrigação da sua capela ficaria reduzida a 15 missas, porque os filhos tiveram entre si grandes litígios e deixaram de pagar as rendas. Esclarece, a propósito, o redactor do tombo: “A obrigação desta capella se não cumpre em todo se não em parte porquanto o instituidor deixou a sua fazenda avinculada a esta capella e dous filhos que tinha, homens poderosos, tiveram entre si grandes litígios sobre a sucessão na tal fazenda (...) Mas hum dos filhos nomeado administrador por descargo de sua consciencia deixou em seu testamento dezasseis alqueires de trigo para cumprimento em parte da capella de seu pai”.

Um alvará do mestre D. Jorge, de 26 de Junho de 1546, mostra que Frei Gonçalo Soeiro já nesta data programava a escolha do lugar da sua sepultura. Alega que pagara um marco de prata pela sepultura de sua mãe, que estava enterrada na igreja do convento, atrás da porta e pede a D. Jorge que lhe dê outra sepultura no corpo da igreja para onde pudesse mudar a ossada da mãe e onde ele próprio seria enterrado, bem como os seus herdeiros e parentes dentro do quarto grau²⁴⁸. O pedido foi aceite e, graças ao beneplácito de D. Jorge, Frei Gonçalo pôde trocar o discreto lugar da sepultura de sua mãe por um espaço nobre da igreja, o cruzeiro, onde foi aberta a sua sepultura²⁴⁹.

Capela 21 - Manuel Soeiro de Santo António, morador no termo de Avis, em Santo António de Alcôrrego, casado com Maria Leoa²⁵⁰, faz o seu testamento a 6 de Fevereiro de 1584. Deixa apenas 10 alqueires de trigo de renda, na herdade

da Chaminé, no termo de Avis, para dizerem 5 missas, a 70 reais por missa, por sua alma e pelas dos pais, com responso sobre a sua sepultura. Nomeia por administrador o seu sobrinho Manuel Soeiro, o Moço, que deve ficar com o que sobrar das missas. Quer ser enterrado no convento, na sepultura dos seus pais. Ao contrário dos outros instituidores do mesmo apelido, Manuel Soeiro parece ser de condição social relativamente modesta, mas o facto de os seus progenitores se encontrarem sepultados no convento, pode significar que os mesmos detinham algum reconhecimento social, talvez fruto da protecção do mestre D. Jorge.

As escassas informações que os tombos nos proporcionam dão-nos conta de que as missas desta capela só começaram a dizer-se em 1620 e que foi enterrado no convento, mas perdeu-se o sítio, por a sepultura não ter letreiro nem campá.

Vieira

Citando o linhagista Manuel de Sousa da Silva, Felgueiras Gaio afirma que os Vieiras do Alentejo são descendentes do cavaleiro João Gonçalves Vieira a quem D. João I, em 1384/1385, fez alcaide do castelo de Loulé em recompensa dos seus valiosos serviços²⁵¹. Porém, não apresenta dados credíveis sobre a descendência do alcaide de Loulé nem sobre a sua radicação no Alentejo. Na realidade, o aparecimento de indivíduos de apelido Vieira nesta província foi relativamente tardio. Em Évora, por exemplo, eles só surgem na documentação nas primeiras décadas do século XV, exercendo durante esta centúria, alguns cargos concelhios que vão desde procurador e juiz do cível, a procurador dos fidalgos, juiz ordinário e inquiridor²⁵². Na segunda metade do século XV, Álvaro Pires Vieira ganhou protagonismo na corte de D. Afonso V: de vassalo e corregedor da corte, ascendeu ao conselho do rei e foi chanceler e desembargador da casa do cível²⁵³. Os nomes registados na documentação quinhentista consultada andam ligados a figuras tutelares da Ordem. São conhecidos alguns indivíduos de apelido Vieira que pertencem à casa do mestre D. Jorge, como Diogo Vieira, seu moço

²⁴⁸ ANTT, Ordem de Avis e Convento de S. Bento de Avis, mc. 15, nº 1403.

²⁴⁹ Um dos filhos de Frei Gonçalo Soeiro de Albergaria tem a sua sepultura na igreja do convento, mas a sua localização não parece coincidir com a que nos é dada pelo *Inventário*, fl. 56. É este o seu epitáfio: “Antonio Soeiro de Albergaria / perpetua sepultura de Antonio Soeiro de Albergaria fidalgo e de sua mulher Catarina Varela Pereira. Faleceu no ano de 1600” (Marta Alexandre, obra cit.).

²⁵⁰ ADP, RP, Avis, Óbitos, liv. 2, fl. 26.

²⁵¹ GAIO, M. Felgueiras, tomo XXVIII, tit.º Vieiras, p. 213.

²⁵² Maria Ângela Beirante, Évora na Idade Média, Lisboa, pp. 225, 619, 620, 623, 627, 632.

²⁵³ *Livro dos Pregos*, docs. 367, 371, 412.

de estribeira, sendo alguns, como Cristóvão Vieira e Fernão Vieira, cavaleiros da Ordem de Santiago²⁵⁴. Outros pertencem à casa de seu filho, o prior-mor D. Jorge, como António Vieira, cujos herdeiros contempla no seu testamento com 10 000 reais, e como o seu pajem Gaspar Vieira²⁵⁵. Em 1568, D. Sebastião, como governador da Ordem, nomeava o seu moço de câmara, Pero Álvares Vieira, para guarda do pinhal de Cabeção²⁵⁶. A nível dos ofícios do concelho de Avis é de referir o nome de Pero Vieira, escrivão da almotaçaria, que era foreiro de um ferragial da Ordem, junto da vila, à Porta de Évora²⁵⁷. Contudo, no universo das capelas conventuais quinhentistas, apenas uma se encontra indexada ao apelido Vieira.

Capela 13- A 16 de Outubro de 1559, em Avis, Beatriz Vieira, dona viúva de Rui Mendes, fundava uma capela por sua alma, no convento e outra capela, na igreja matriz, pela alma de sua irmã Ana Vieira e de seus pais. Rui Mendes, que foi marido de Beatriz Vieira, morava em 1538 numa casa que ficavam por trás da capela-mor da igreja matriz²⁵⁸ (Rua Nova) e, pela mesma época, era vereador do concelho²⁵⁹. Tudo leva a crer que pertencia à família de Tomé Mendes, que, em 1544, era tabelião das notas²⁶⁰, do escudeiro Álvaro Mendes e do cavaleiro Cristóvão Mendes, que, em 1549, era juiz ordinário na vila de Avis²⁶¹. O facto de Beatriz Vieira ter solicitado a Manuel da Gama Lobo, cavaleiro fidalgo, que lhe redigisse o testamento e de nomear como testamenteiro o padre Frei Pedro da Costa, prova que estava bem relacionada com destacados moradores de Avis, nomeadamente com Manuel da Gama Lobo, fidalgo da casa de el-rei, que foi capitão de Sofala e morreu em 1571. Foi sepultado com sua mulher Margarida Pereira e seus filhos, na igreja matriz da vila, onde têm campa brasonada²⁶².

Deixa à sua capela a renda de 1 moio de trigo anafil e 10 alqueires de cevada que tem na herdade de Alcôrrego, para uma capela rezada de 65 missas, com responso sobre a cova. Em relação às suas exéquias requer a participação conjunta dos clérigos do convento e dos da vila, como era próprio dos instituidores mais abonados e, entre os sufrágios requeridos, contam-se um trintário cerrado de Santo Amador e várias missas. Quer ser levada à sepultura na tumba da Misericórdia com 1 000 reais de esmola e manda que o seu corpo seja sepultado no convento da vila. Como legados pios deixa uma esmola ao Santo Sacramento de Avis, ao Espírito Santo de Cabeço de Vide, que também vemos contemplado no testamento dos pais de Frei Manuel Lopes da Casada, prova da importância deste culto na região.

A avaliar pelo seu testamento, Beatriz Vieira era uma mulher abastada. Além da renda de trigo e cevada que tem na herdade de Alcôrrego, possui olivais e terras de pão na periferia da vila e a casa onde vive, na Rua Nova, por detrás da igreja matriz, onde não faltam boas arcas, roupas de linho e lã, louças de cobre e estanho. É também proprietária de escravos, que lhe tinham sido enviados pelo seu sobrinho Bastião Vieira, a partir de algum lugar do domínio português ultramarino, onde se praticasse o comércio de escravos²⁶³. Segundo a sua informação, este enviara quatro peças para a mãe dele, Maria Vieira e para ela própria, sua tia. Dos quatro, dois já tinham morrido. Restavam-lhe Roque e Luzia e um menino de nome Luís, que lhe nasceu em casa, filho da sua escrava Catarina, já falecida e que ela quer deixar forro e bem encaminhado na vida. Para isso deixa-lhe um olival, um foro de 30 alqueires de trigo e mais 3 000 reais para aprender um ofício. Declara ainda que também deixa forra a sua escrava Luzia, cumprindo assim um acto piedoso, para bem dos visados e descargo da sua consciência. Como não tinha filhos, os seus herdeiros eram os sobrinhos, mas o maior quinhão estava destinado aos filhos de Bastião Vieira, Tomás e Catarina, que estavam fora do reino, não se sabendo se eram vivos ou mortos. A sua herança ficaria em poder das suas sobrinhas até que os “meni-

²⁵⁴ Maria Cristina Gomes Pimenta, obra cit., 391, 367, 415.

²⁵⁵ *Tombo I*, fl. 183v e fls. 2-39.

²⁵⁶ Maria Ângela Beirante e Cândido Beirante, *O Pinhal de Cabeção. Memória Histórica*, Lisboa, Edições Colibri, Câmara Municipal de Mora, 2009, p. 23.

²⁵⁷ ANTT, Ordem de Avis e Convento de S. Bento de Avis, liv. 14, fl. 14v.

²⁵⁸ ANTT, Ordem de Avis e Convento de S. Bento de Avis, liv. 14, fl. 11v.

²⁵⁹ J. Mendes da Cunha Saraiva, obra cit., p. 178.

²⁶⁰ *Tombo I*, fl. 53.

²⁶¹ *Tombo I*, fl. 186.

²⁶² Luís Keil, *Inventário Artístico de Portugal*, p. 22.

²⁶³ Segundo Jorge Fonseca, uma forma de entrada de escravos no país era o seu envio por portugueses a viver nos domínios ultramarinos a familiares seus (Jorge Fonseca, *Escravos no Sul de Portugal. Séculos XVI-XVII*, Lisboa, Editora Vulgata, 2002, p. 57).

nos de Bastião Vieira” voltassem ao reino. Se isto não acontecesse, os seus bens seriam vendidos e o dinheiro deveria ser gasto em obras pias, missas e pobres, por sua alma e de seus finados. Faz ainda algumas exigências quanto ao destino a dar ao seu pequeno escravo forro: “Depois que fizerem uma cama muito boa com todas as pertenças para Luis o mais tudo que nas casas se achar de roupa e cobre e estanho e arcas tudo deixo a Beatriz Vieira e a Violante Vieira que ambas o partam irmãmente e quanto a Luis peço e rogo ao meu testamenteiro e a minha sobrinha Violante Vieira que mo recolham digo com quem ele mais folgar de estar e o mandem ensinar e doutrinar para que se não perca e como for em idade para aprender o ofício que o mande o meu testamenteiro ensinar o ofício que ele Luis tomar em vontade”²⁶⁴.

Em virtude da relevância que no testamento de Beatriz Vieira têm as cláusulas relativas à herança dos filhos órfãos de seu sobrinho, que se encontravam algures fora do reino, e ao destino do seu menino escravo, procurámos nas crónicas da época, o nome do tão falado Bastião Vieira.

Gaspar Correia (1492- c.1561), que viveu na Índia durante vários anos, escreve, em *Lendas da Índia* que, no ano de 1529, vivia em Malaca um homem rico de nome Bastião Vieira²⁶⁵. Outro cronista que também viveu na Índia, Diogo do Couto (1542-1616), na continuação da Ásia de João de Barros, relata que, depois de 1532, o capitão de Malaca D. Paulo da Gama enviou Bastião Vieira, natural da Ilha Terceira, como embaixador, ao reino de Ujantana ou Bintão, governado por um tirano chamado Aladino. A missão teve um desfecho trágico, pois Aladino mandou matar, de forma cruel, Bastião Vieira e cinco portugueses que o acompanhavam²⁶⁶.

Parecem não restar dúvidas de que os dois cronistas se referem ao mesmo Bastião Vieira, e que

este era o sobrinho de Beatriz Vieira, já falecido, que deixara órfãos dois filhos, dos quais, em 1559, não se sabia se eram vivos ou mortos. É certo que a informação de Diogo do Couto acerca da naturalidade de Bastião Vieira pode suscitar algumas dúvidas, mas estas não parecem insuperáveis. Apesar de a família estar radicada em Avis, não era impossível que, numa época de tão intensa circulação marítima, ele tivesse nascido na Ilha Terceira.

Assim sendo, estamos perante um português que, como tantos outros da sua época, embarcou para o Oriente em busca de fortuna. Para tal estabeleceu-se em Malaca, ponto-chave do comércio do Índico, onde eram transaccionados os mais variados produtos, desde as especiarias aos escravos. Por essa razão, os escravos que Bastião Vieira enviou para Avis não seriam naturais de África, mas sim das ilhas da Indonésia.

8. CARACTERIZAÇÃO SOCIOLÓGICA DOS INSTITUIDORES DAS CAPELAS

Os apelidos com os quais se identificam os fundadores das capelas são, à partida, uma pista importante para a sua caracterização sociológica. À medida que os fomos catalogando pudemos constatar que alguns se cruzam entre si, o que denuncia a existência de verdadeiras redes familiares. Exemplifiquemos com duas dessas redes:

- a) Abreu – Soeiro – Azevedo
- b) Almeida – Varela – Fonseca – Camões

À primeira vista, somos tentados a estabelecer uma linha divisória entre estas duas sequências, “arrumando-as” em dois blocos, mas logo nos apercebemos de que essa linha é ilusória porque não tem em conta o fenómeno da mobilidade social, que funciona quer no sentido ascendente quer no descendente. Funciona no sentido ascendente, quando um elemento não nobre pode chegar a ombrear com elementos da nobreza de nascimento, como parece ser o caso dos Soeiros. Actua no sentido descendente, quando um apelido que denota nobreza de nascimento, como o de Almeida, pode andar associado a apelidos que não comportam o peso de uma linhagem nobre.

Assim, os apelidos, só por si, podem mascarar a realidade social que é verdadeiramente complexa. Além disso, por detrás destas redes familiares escondem-se redes clientelares muito fortes que

²⁶⁴ Tombo, I, fl. 182.

²⁶⁵ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Livro III, Tomo III, Capítulo XV, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1862, p. 357.

²⁶⁶ Sobre este trágico acontecimento escreve o cronista: “A estes portugueses mandou matar o tirano com um esquisito e cruel genero de morte por que os mandou por nus em um campo atados de pes e mãos e lançarlhes em cima tanta agua fervendo ate que ficaram meios cozidos e deixados assi foram comidos dos adibes” (Diogo do Couto, *Da Ásia*, Década IV, Parte II, Livro IX, Capítulo XII, Lisboa, Regia Officina Typografica, 1777, p. 595).

se estabelecem a partir de dois centros de poder: a Casa do Rei e a Casa do Mestre, sem esquecer, em casos restritos, a Casa do Duque de Bragança. Contudo esta separação não é rígida, uma vez que, dentro da mesma família nobre, podem coexistir elementos que são criados do Rei e outros que são criados do Mestre. Entre as famílias cujos membros fundaram capelas no convento de Avis, predominam as que pertenciam à casa do mestre D. Jorge. Dela faziam parte, não só os cavaleiros e escudeiros ditos de sua casa, como os cavaleiros do hábito de Avis e os clérigos da Ordem.

A partir da união das Ordens Militares à Coroa as tradicionais redes clientelares passaram a confluir no mesmo centro de poder, o que não significa que as velhas fidelidades tenham caído no esquecimento, em particular numa região em que a força centrípeta da Ordem de Avis se mantinha actuante, pelo que alguns criados do mestre D. Jorge passaram a ser criados do seu filho, o prior-mor D. Jorge de Lencastre.

Antes, como depois da união das Ordens à Coroa, o que credibilizava socialmente determinada família era o valimento alcançado junto do respectivo centro de poder e obtinha-se através de serviços de vária natureza, desde o administrativo ao militar. Elementos de algumas famílias fundadoras de capelas desempenharam cargos importantes no aparelho judicial e financeiro da Ordem, como de ouvidor e de contador do mesclado (Abreu e Moraes), de almoxarife e escrivão do almoxarifado (Pinheiro e Varela), mas também em cargos de natureza pessoal, como o de capelão do Mestre, desempenhado por Frei Gonçalo Soeiro de Albergaria. A nível da casa real, os serviços de natureza militar eram, sem dúvida, os mais valorizados porque os mais urgentes numa época de construção e de defesa do império, sem esquecer os de natureza administrativa e financeira. Como bem reconhece João Cordeiro Pereira, “Os fidalgos del-rei, os seus criados, eram os primeiros a empregar na ‘máquina administrativa’ da Metrópole ou de Além-Mar”²⁶⁷. Muitos elementos das famílias responsáveis pela

fundação de capelas participaram nesta múltipla tarefa. Alguns combateram no Norte de África, como os Jusartes, e os Azevedos, mas muitos serviram no Oriente, como os Abreus, os Gamas, os Moraes, os Paivas e os Vieiras. Confirma-se aqui a opinião de João Paulo Oliveira e Costa: “A pequena fidalguia e a baixa nobreza desempenharam nas águas do Índico, ao longo da centúria quinhentista, a liderança global do estabelecimento luso na região, assumindo simultaneamente o controlo do comércio, a condução da diplomacia, a administração da Justiça e das Finanças, a capitania das armadas e das fortalezas e, obviamente, o comando da guerra”²⁶⁸.

Todas as considerações acima expressas mostram quão arriscado é estabelecer uma caracterização sociológica fidedigna dos instituidores das capelas. Tentámos, contudo, a título provisório, agrupá-los em cinco escalões, tomando como critérios, o nascimento, a função e o valimento.

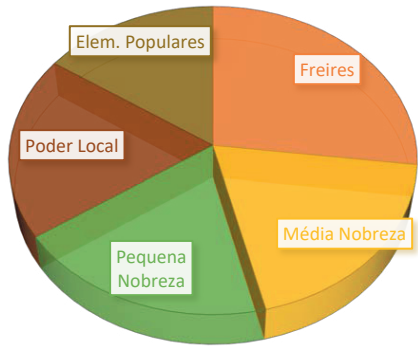
O primeiro escalão, o dos freires da Ordem, era composto por elementos nobres e não nobres. Representava uma elite religiosa e intelectual encabeçada pelos priores-mores, de linhagem nobre, que capitalizavam, pelo exercício do seu múnus, grande poder e respeitabilidade. O segundo escalão, o da média nobreza, era composto pelos fidalgos principais da vila e nele coexistiam fidalgos da casa do Rei e alguns da casa do Mestre. O terceiro escalão, o da pequena nobreza, era apanágio da nobreza não fidalga muito ligada à Ordem e à casa do Mestre. O quarto escalão, constituído pelos elementos do poder local, constituía a elite urbana, composta por indivíduos da pequena nobreza e por outros provenientes do estrato superior do povo. Integravam-na os detentores do poder concelhio e das funções burocráticas, cujo favorecimento podia depender, quer da casa do Rei, quer da casa do Mestre. O quinto escalão era formado por elementos populares, eventualmente ligados ao exercício da lavoura, que se reclamavam do parentesco com membros da Ordem ou da dependência de alguma figura proeminente.

²⁶⁷ João Cordeiro Pereira, “A Estrutura Social e o Seu Devir”, in *História de Portugal* (dirs. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques) vol. V - *Portugal do Renascimento à Crise Dinástica* (coord. J.J. Alves Dias), Lisboa, Editorial Presença, 1998, pp. 277-336, p. 297.

²⁶⁸ João Paulo de Oliveira e Costa, “Nota introdutória”, *A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia. Colóquio Internacional. Actas* (eds. João Paulo de Oliveira e Costa e Vítor Luís Gaspar Rodrigues), Lisboa/Centro de História de Além-Mar, 2004, p. 7.



I - Freires da Ordem	II - Média Nobreza	III - Pequena Nobreza	IV - Elementos do poder local	V - Elementos populares
Frei Gonçalo Soeiro de Benavila, sobrinho do vigário João Soeiro	João Jusarte, fidalgo da casa de el-rei e alcaide-mor de Avis	Maria Vaz, mulher de Álvaro Eanes Pinheiro, almoxarife do mestre D. Jorge	Diogo Fernandes, escrivão das sisas	Ana Pires e Diogo Lopes Velho, pais de Frei Manuel Lopes da Casada
Frei Manuel Lopes da Casada, primo do subprior Frei Afonso Farto	Leonor da Veiga, mulher de João Jusarte, bisneta de João Gonçalves Zarco	Vasco Eanes Pinheiro, irmão do almoxarife	Inês Eanes, a Cordeira, mulher de João Fernandes da Cordeira, juiz das sisas	Maria Dias, mãe de Frei André Soudo, prior de Benavila
Frei Gonçalo Soeiro de Albergaria, prior de Avis, capelão do Mestre e “sua feitura”	Rafael de Abreu, fidalgo da casa de el-rei, irmão de António de Abreu, que andou na Índia	Álvaro Eanes Pinheiro, escudeiro e almoxarife do Mestre	Beatriz Vieira, mulher de Rui Mendes, vereador, irmã de Bastião Vieira, que morreu na Índia	Francisco Nunes o Longo, criado de D. Constantino de Bragança
Frei D. António Preto, prior-mor do convento de Avis e depois do convento de Palmela	Licenciado Diogo de Abreu e sua mulher, Isabel Soeira, irmã de Gonçalo Soeiro de Azevedo	Senhora Violante de Bairos, irmã de D. António Barreiros (que foi prior-mor de Avis), Bispo do Brasil	Joana de Almeida, viúva de Teodósio Pinto, filha do alcaide-mor Jorge Varela e irmã de Fernão Varela da Fonseca, cavaleiro da Ordem e vereador	Manuel Soeiro de Santo António, morador em Alcôrrego
Frei D. Jorge de Lencastre, prior-mor	Senhora Filipa de Abreu, filha do contador do mestrado, prima de Afonso Soeiro de Albergaria	Isabel de Bairos, mulher de Jorge Varela, sobrinha do Bispo do Brasil	Francisco da Rosa de Paiva e sua mãe Antónia de Paiva, casado com Leonor da Gama Pereira, escrivão da câmara de Avis	
Frei D. Francisco do Avelar, prior-mor				
Frei António de Moraes				
27 %	19,2 %	19,2 %	19,2 %	15,4 %



Ressaltam deste quadro, algumas evidências: 1) Nenhum dos titulares de capelas pertence à alta nobreza, exceção feita ao prior-mor D. Jorge de Lencastre. 2) Os elementos populares presentes identificam-se, quase sempre, como familiares de algum freire ou como criados de algum titu-

lar. 3) É no grupo composto representado pelos escalões da média nobreza, da pequena nobreza e dos elementos do poder local, *ex aequo*, que se recruta a grande maioria dos fundadores de capelas. 4) Os grupos em análise, talvez à exceção do último, constituem outras tantas elites, que usufruem de estatutos distintos e que obedecem a dinâmicas próprias.

Na tentativa de escalonamento dos vários grupos em análise, ao contrário do que desejaríamos, não nos pareceu fiável utilizar a riqueza como critério porque as fontes são pouco explícitas acerca do valor real das fortunas dos titulares das capelas. Contudo, não deixaremos de fazer algumas considerações gerais sobre essa matéria.

Os testamentos mostram que todos residiam na vila, em casas próprias ou foreiras à Ordem e, ressalva feita ao alcaide-mor e aos priores-mores, eram quase todos naturais de Avis ou da sua zona de influência.



Todos possuíam um determinado património, condição *sine qua non* para que alguém pudesse fundar uma capela. O seu valor traduzia-se geralmente numa renda anual de trigo, que, nas capelas mais ricas, podia chegar aos 3, 5 moios (210 alqueires) e nas mais modestas rondar os 10 alqueires. Os fundadores de capelas mais valiosas possuíam herdades, quintas e outras propriedades rústicas e urbanas, mas a grande maioria deles não detinha a posse das herdades, mas apenas a das respectivas rendas.

Constatamos que, em regra, uma renda avultada correspondia sempre a alguém que pertencia a um estrato social nobre, mas a modicidade das rendas não significa que os respectivos fundadores fossem gente comum. A qualidade do nascimento parece, nestes casos, prevalecer sobre o mero critério económico.

Ainda que as rendas em trigo constituíssem uma espécie de “moeda padrão” que regulava as obrigações das capelas, os instituidores também possuíam bens móveis, sendo os mais valiosos os objectos de prata, como taças, copos e colheres e até um relicário do Santo Lenho dentro da sua caixa de prata, privilégio dos escalões superiores da sociedade. Nos grupos intermédios valorizavam-se objectos como umas coiraças ou recheios de casa compostos por arcas, roupas de linho e de lã, louças de cobre e estanho. Não menos estimáveis eram as roupas de uso pessoal que, como prova de afecto, os testadores legavam aos seus familiares e amigos. Cabeças de gado vacum podiam integrar o património de alguns fundadores de capelas, como também os escravos figuravam nas listas dos seus bens móveis. Veja-se o exemplo do prior-mor D. Jorge de Lencastre que ordenou no seu testamento que, do dinheiro proveniente da venda da sua prata, bens móveis e escravos, comprassem rendas de trigo para a sua capela, tendo também, para descargo da sua consciência, concedido liberdade a uma das suas escravas.

Na realidade, uma boa parte dos fundadores de capelas possuía escravos. A escravatura era, de resto, uma prática generalizada na sociedade avisense, como provam os inúmeros registos de baptismo, casamento e óbito de escravos, sempre referenciados como pertença dos respectivos donos. Muitos destes escravos trabalhavam na agricultura, especialmente nas herdades, mas grande parte deles eram escravos domésticos,

viviam em casa de seus donos, onde realizavam toda a espécie de tarefas diárias. O próprio convento tinha um escravo cozinheiro que, contrariamente ao que poderíamos supor, auferia salário como os servidores livres.

Podemos acrescentar que os testamentos nos revelam várias faces da escravatura. A mais dura e desumana é aquela em que o escravo é apenas uma peça, um bem móvel do senhor, pronto a ser transaccionado. Outra face, a mais frequente nos casos em apreço, é de mitigação, em que o senhor vê na libertação do escravo um meio para alcançar a sua própria salvação. Mas alguns testamentos têm a particularidade de nos mostrar a ligação afectiva que existe entre as donas de escravas domésticas e os seus escravos meninos, nascidos e criados na sua própria casa. Neste caso, eram os sentimentos que uniam a senhora ao seu pequeno escravo que determinavam a sua libertação.

A abundância de escravos nesta vila do Alentejo interior não só nos revela a existência de um comércio local activo desta “mercadoria”, como prova que alguns dos muitos habitantes de Avis, que participaram na expansão ultramarina, foram os intermediários desse comércio.

Não nos permitem os dados de que dispomos avaliar as fortunas monetárias dos fundadores de capelas, nem conhecer a sua eventual intervenção no comércio em geral, nem na comercialização dos produtos da terra, que deve ter sido intensa. Em contrapartida, a onipresença das rendas em cereal prova que a terra era aqui a grande fonte de riqueza. Porém, como era comum nas sociedades de Antigo Regime, a terra não tinha apenas um valor económico, era também considerada um factor social dignificante. Nessa medida, podemos concluir que todos os fundadores das capelas beneficiavam, em maior ou menor grau, da marca dignificante que a terra conferia.

9. CONCLUSÃO

Os compromissos das capelas que serviram de base a este trabalho permitiram-nos, por um lado, perceber um novo tipo de relação, de carácter funerário, que se estabeleceu durante o século XVI, entre o convento de Avis e as elites locais e, por outro lado, conhecer essas mesmas elites.

A partir de fontes provenientes de outros conventos portugueses de Ordens Militares, pudemos concluir que o convento de Avis foi o primeiro entre todos a abrir o seu espaço funerário a elementos que não pertenciam à Ordem. Tal inovação, que se deve ao mestre D. Jorge, leva-nos a questionar sobre quais seriam os objectivos de D. Jorge ao inovar nesta matéria, em relação ao convento de Avis, quando aparentemente não o fez em relação ao convento de Palmela, do qual também era Mestre.

A resposta deve ser encontrada, antes de mais, no conhecimento que D. Jorge tinha acerca da população de Avis, dos recursos económicos da região e das realidades sociais do seu tempo. Sabia que nesta vila viviam grupos de pessoas abastadas que aspiravam a afirmar-se socialmente e sabia que a fundação de capelas era um meio muito apetecido pelas elites urbanas de modo a afirmarem o seu *status*. Além disso, a decisão de abrir o convento a tal prática, não só ia ao encontro daquelas aspirações, como contribuía para aumentar os recursos materiais da Ordem e a sua área de influência.

Para compreendermos o porquê da decisão de D. Jorge em converter o convento de Avis em “campo santo” das elites locais, poderíamos ainda invocar outros motivos. Sabendo que a vila de Avis era “feitura” da Ordem e que muitos dos seus habitantes pertenciam à sua própria casa, é possível que D. Jorge, nas vésperas da sujeição da Ordem à Coroa, tenha procurado perseverar a antiga relação entre a vila e o convento através da criação de vínculos mais duradouros do que as tradicionais ligações clientelares.

A avaliar pelos resultados, a decisão de D. Jorge, expressa no regimento de 1546, foi acertada e oportuna. Os principais habitantes de Avis quinhentista não hesitaram em confiar ao convento os sufrágios perpétuos das suas almas e, com raras excepções, em entregar-lhe a guarda dos seus corpos. Nestas excepções contam-se dois instituidores que escolheram ser sepultados na igreja matriz, onde jaziam os seus pais, e o prior-mor D. António Preto que elegeu sepultura no convento de Palmela, onde então era prior-mor.

Para os membros das elites de Avis ser sepultado dentro do convento da Ordem era um sinal de distinção. Como que contrariando a imagem igualitária da morte, escolhiam, para lugar das

suas sepulturas, sempre que possível, os espaços mais nobres no interior do templo e, para assegurarem a perenidade e a dignidade das suas memórias, mandavam-nas cobrir com boas camisas de mármore de Estremoz.

Através do compromisso de fundação de uma capela, estabelecia-se um vínculo perpétuo baseado em trocas materiais no qual as rendas que sustentavam os freires se convertiam em missas, orações e esmolas em prol das almas dos fundadores. Cingindo-nos somente às obrigações e aos encargos perpétuos das capelas, constatamos que, no final da centúria de quinhentos, o convento de Avis estava obrigado a celebrar um total de 2050 missas por ano e, em troca, deveria receber, no mesmo período, outros tantos alqueires de trigo, ou seja, cerca de 35 moios de cereal para sustento dos freires.

Todos estes motivos de carácter pragmático e material podem ter levado D. Jorge a incentivar a fundação de capelas no convento da Ordem, por parte da população de Avis, mas o seu fundamento é de natureza espiritual: a crença no Purgatório e no valor dos sufrágios pelas almas dos defuntos.

A partir de então a Ordem de Avis assumiu um papel sufragante e mediador nas relações entre os vivos e os mortos e o seu convento converteu-se num palco de representação das famílias principais da vila.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes manuscritas

Arquivo Nacional da Torre do Tombo [ANTT]

Capelas da Coroa, liv. 7.

Casa Real, Cartório da Nobreza, liv. 15, 19, 20 e 21.

Casa Real, Núcleo Antigo, 177.

Chancelarias Régias: Chancelaria de D. João II, liv. 3, 19; Chancelaria de D. Manuel, liv. 6, 15, 10, 20, 25, 32, 40; Chancelaria de D. João III, liv. 42.

Colecção de Cartas, Núcleo Antigo, 876, nº 5; 880, nº 159.

Corpo Cronológico, Parte I, mç. 52, nº 32; Parte II, mç. 112, nº 113; mç. 116, nº 54; mç. 221, nº 121; Parte III, mç. 4, nº 49.



Gavetas: gav. 2, mç. 9, nº 21; gav. 4, mç.1, nº 2.

Genealogias Manuscritas: nº 84, 85, 86, 110, 114; 21-D-30; 21-D-31; 21-E-02; 21-E-03; 21-E-04; 21-E-05; 21-E-07; 21-E-08; 21-E-09; 21-E-10; 21-E-13; 21-E-14; 21-E-15; 21-E-16; 21-E-17; 21-E-29; 21-F-08; 21-F-30; 21-F-31; 21-F-37.

Leitura Nova, liv. 35.

Leitura Nova, Legitimações, liv. 3.

Memórias Paroquiais, vol. 13.

Mesa da Consciência e Ordens, Chancelaria de S. Bento de Avis, Chancelaria Antiga, liv. 1, 3.

Morgados e Capelas, Núcleo Antigo, 208.

Morgado de Setúbal, mç.19.

Ordem de Avis, Convento de S. Bento de Avis, liv. 3, 9, 12, 14, 15, 19, 20, 25; mç 2, nº 61, 63, 66, 67, 110, 131, 132; mç. 10, nº 903; mç. 14, nº 1250, 1253, 1256; mç. 15, nº 1305, 1306, 1403, 1407.

Ordem de Santiago e Convento de Palmela, liv. 78, 86, 87, 96, 110, 126, 127.

Ordem de Cristo, Convento de Tomar, liv. 3, 38, 39.

Arquivo Distrital de Portalegre [ADP]

Convento de S. Bento de Avis, Arm. perg. gav. nº 1, perg. nº 4.

Convento de S. Bento de Avis, Tombos de Capelas, Cx. 06 e Cx. 07.

Convento de S. Bento de Avis, Cx. 03.

CVSCTG, Cx. 06, mç 04, doc. 04.

Provedoria das Comarcas de Évora e Estremoz, Legados Pios, Testamentos, Cabeção, Cx. 9, nº 21.

Registos Paroquiais [RP]: Avis, Baptismos, liv. 1; Casamentos, liv. 1; Óbitos, livro 2; Cabeço de Vide, Baptismos, liv. 1; Óbitos, liv. 1; Cano, Casamentos, liv. 1; Lameira, Baptismos, liv. 1; Portalegre (Sé), Baptismos, liv. 2 e 3; Casamentos liv. 2; S. João Baptista, Baptismos, liv. 1.

Arquivo Distrital de Évora [ADE]

Câmara Eclesiástica de Évora, Habilitações a Ordens, Requisitórias, Cx. 30, nº 793 e Cx. 67, nº 1863.

Câmara Eclesiástica de Évora, Cargos e Benefícios, Colações, Cx. 2, nº 40.

Biblioteca Nacional de Portugal [BNP]

Nobiliário de Famílias Portuguesas de Manuel Álvares Pedrosa, tomos IV e VI, COD-1009_7.

Nobiliário das Famílias de Portugal de Gomes de Melo, pba-277.

Biblioteca Pública de Évora [BPE]

Códice CXXIII-1-1

Fontes impressas

ANDRADA, Francisco de, *Primeira Parte da Cronica del Rei D. João III*, Coimbra, Real Officina da Universidade, 1796.

BARROS, João de, *Da Ásia*, Décadas I e II, Lisboa, Regia Officina Typografica, 1777.

CORREIA, Gaspar, *Lendas da India*, Livro III, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1862.

COUTO, Diogo de, *Da Ásia*, Décadas IV e X, Lisboa, Regia Officina Typografica, 1777-1788.

COSTA, Pe António Carvalho da, *Corografia portugueza e descripçam topographica do famoso Reyno de Portugal*, tomos II e III, Lisboa, Oficina de Valentim da Costa Deslandes, 1706-1712.

DIAS João José Alves (ed.), *Chancelarias Portuguesas. D. Duarte*, vol. I, tomos 1, e 2; *D. João I*, vol. I, tomo 2, vol. II, tomo 1, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1998-2005.

FARO, Jorge, *Receitas e Despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481*, Lisboa, Publicações do Centro de Estudos Económicos, 1965.

FREIRE, Anselmo Braamcamp, "Cartas de quitação delrei D. Manuel", *Archivo Historico Portuguez*, vols. I, III, IV e IX, Lisboa, 1903-1914.

-----, "Livro das tenças del Rei", *Archivo Historico Portuguez*, vol. II, Lisboa, 1904.

-----, *Brasões da Sala de Sintra*, vol. 3, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1930, pp. 175-186.

GAIO, M. Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal* (ed. A. A. Meirelles e D. A. Afonso), tomos III, VI, XIV, XVI, XXIV, XXVI e XXVIII, Braga, 1938-1941.

- GÓIS, Damião de, *Chronica do Felicissimo Rei Dom Emanuel*, Lisboa, Casa de Francisco Correia, 1566-1567.
- HERCULANO, Alexandre (ed.), *Portugaliae Monumenta Historica*, vol.II, *Leges et Consuetudines*, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1856-1868, pp. 295-296.
- Livro dos Pregos. Estudo introdutório, transcrição paleográfica, sumário e índices* (coord. Inês Moraes Viegas e Marta Gomes, estudo introdutório de Edite Alberto), Câmara Municipal de Lisboa, 2016.
- LOPES, Fernão, *Crónica del Rei Dom João I, Parte Primeira*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1977.
- MACHADO, Diogo Barbosa, *Bibliotheca Lusitana*, vol. 2, Lisboa, Officina de Ignacio Rodrigues, 1747.
- MORAIS, Cristóvão Alão de, *Pedatura Lusitana*, (ed. A.M. Vasconcelos, A. F. Cruz e E. Cunha e Freitas), tomos I, II e IV, Porto, 1943-1948.
- OLIVEIRA, Cristóvão Rodrigues de, *Lisboa em 1551: Sumário em que brevemente se contêm algumas coisas assim eclesiásticas como seculares que há na cidade de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1987.
- ORTEGA Y COTES, I. J. (ed.) *Bullarium Ordinis Militiae de Calatrava*, Madrid, 1761.
- RESENDE, Garcia de, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973.
- Regra e Estatutos da Ordem de Avis*, Almeirim, por Herman de Campos, 1516.
- Regra statutos & diffinições da Ordem de Santiago*, Setúbal, por Herman de Kampis, 1509.
- ROMÁN, Fr. Jerónimo, *História das Ínclitas Cavalarias de Cristo, Santiago e Avis* (coord. Paula Pinto Costa), in *Militarium Ordinum Analecta*, nº 10, Porto, 2008.
- RIBEIRO, Luciano (ed.) *Registo da Casa da Índia*, vol. 2, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1954.
- SARAIVA, J. Mendes da Cunha, (ed.), *Direitos, bens e propriedades da Ordem e Mestrado de Avis nas suas três vilas de Avis, Benavila e Benavente e seus termos, Tombo feito pelo licenciado Jorge Lopes*, Lisboa, Arquivo do Ministério das Finanças, 1950-1953.
- SARAIVA, Maria Teresa, *Figueira, Comenda da Ordem de Avis - Publicação de Fontes*, Lisboa, Edições Colibri, 1997.
- SOUZA, D. António Caetano de, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo XI, Lisboa, Régia Oficina Salviana e da Academia Real, 1745.
- *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa* tomo VI, Lisboa, Régia Oficina Salviana e da Academia Real, 1748.
- TAROUCA, Carlos da Silva, “As origens da Ordem dos cavaleiros de Évora (Avis) segundo as cartas do Arquivo do Cabido da Sé de Évora”, *A Cidade de Évora*, nº 13-14 (1947), pp. 25-39.

Estudos

- ALEXANDRE, Marta, “O convento de S. Bento de Avis, função, identidade e estilo. As Campanhas da Idade Moderna”, in *A Cidade, Revista Cultural de Portalegre*, Nº 15 (Nova Série), 2008, pp. 155-189.
- , *Percurso 5 do Roteiro Artístico do Concelho de Avis*, Câmara Municipal de Avis, 2005.
- ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal* (ed. Damião Peres) vol. II, Porto-Lisboa, Livraria Civilização, 1968.
- ALMEIDA, Maria Antónia F. Pires de, *Família e Poder no Alentejo: Elites de Avis – 1886-1941*, Lisboa, Edições Colibri, 1997.
- ARIÈS, Philippe, *Essais sur l’histoire de la mort en Occident du Moyen Âge à nos jours*, Paris, Seuil, 1975.
- , *L’homme devant la mort*, Paris, Seuil, 1977.
- AYALA MARTINEZ, Carlos de, “Formas de asociación laical en las órdenes militares hispanicas. Reinos de Castilla y León (siglos XII-XIII)”, in *Élites et Ordres Militaires au Moyen Âge. Rencontre autour d’Alain Dumerger*, (dirs. Philippe Josserand, Luís Filipe Oliveira e Damien Carraz) Madrid, Casa Velasquez, 2016, pp. 111-124.
- AZEVEDO, Rui Pinto de, “Primórdios da ordem militar de Évora”, *Boletim Cultural da Junta Distrital de Évora*, nº 8, Évora, 1967, pp. 3-30.

- BARBOSA, Isabel Maria de Carvalho Lago, “A Ordem de Santiago em Portugal (Normativa e Prática)”, in *Militarium Ordinum Analecta*, nº 2, Porto, 1998, pp. 93-288.
- BEIRANTE, Maria Ângela, “Para a história da morte em Portugal (sécs. XII-XIV)”, in *Estudos de História de Portugal*, vol. I (sécs. X-XV). *Home-nagem a A. H. de Oliveira Marques*, Lisboa, Estampa, 1982, pp. 357-383.
- , *Évora na Idade Média*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/JNCT, 1995.
- , “Capelas de Évora”, in *Territórios do Sagrado. Crenças e Comportamentos na Idade Média em Portugal*, Lisboa, Edições Colibri, 2011, pp. 35-70.
- , “Salvação e Memória de três Donas Coruchenses do século XIV” in *Territórios do Sagrado. Crenças e Comportamentos na Idade Média em Portugal*, Lisboa, Edições Colibri, 2011, pp. 85-120.
- , “Cabeção, uma pequena vila alentejana, situada nos domínios da Ordem de Avis”, in *Pequenas Cidades no Tempo. O Ambiente e outros Temas* (eds. Adelaide Millán da Costa e Sara Prata), IEM, Câmara Municipal de Castelo de Vide, 2021, pp. 411-462.
- e BEIRANTE, Cândido, *O Pinhal de Cabeção. Memória Histórica*, Lisboa, Edições Colibri, Câmara Municipal de Mora, 2009.
- BENTO, Maria José Travassos de Almeida de Jesus, *Convento de Cristo- 1420/1521- mais do que um século* (Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra), 2014.
- BOUGARD, François, “Les élites du Moyen Âge”, in *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, 2013|4 (68e année), *Status Sociaux*, pp. 1079-1112.
- BURGESS, Clive, *The Right Ordering of Souls: The Parish of All Saint's Bristol on the Eve of the Reformation*, Woodbridge, Boydell Press, 2019.
- BURGUIÈRE, A. (ed.), *Dictionnaire des Sciences Historiques*, Paris, PUF, 1986.
- CARRAZ, Damien, *L'Ordre du Temple dans la basse vallée du Rhône (1124-1312). Ordres militaires, croisades et sociétés meridionales*, Lyon, Presses Universitaires de Lyon, 2005.
- , (ed.), *Les ordres militaires dans la ville médiévale (1100-1350)*, Clermont-Ferrand, Presses Universitaires Blaise Pascal, 2013.
- CHAUNU, Pierre, *La Mort à Paris, XVIe, XVIIe et XVIIIe siècles*, Paris, Fayard, 1978.
- CHIFFOLEAU, Jacques, *La comptabilité de l'Au-Delà: les hommes, la mort et la religion dans la région d'Avignon à la fin du Moyen Age* (vers 1320-vers 1480), Rome, École Française de Rome, 1980.
- CORTÉS ARRESE, Miguel, *El espacio de la muerte y la arte de las ordenes militares*, Universidad de Castilla La Mancha, 1999.
- COSTA, João Paulo de Oliveira e, “Nota introdutória”, in *A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia. Colóquio Internacional. Actas* (eds. João Paulo de Oliveira e Costa e Vítor Luís Gaspar Rodrigues), Lisboa/Centro de História de Além-Mar, 2004.
- COSTA, Paula Maria de Carvalho Pinto, “A Ordem Militar do Hospital em Portugal: Dos finais da Idade Média à Modernidade” in *Militarium Ordinum Analecta*, nº 3/4, 1999/2000, pp. 16-592.
- , “Redes de actuação, memórias sócio-religiosas e linguagem funerária dos Templários e dos Hospitalários em Portugal”, in *Militares Dei. Las ordenes militares: Encaje social y manifestaciones religiosas (XLVIII Semana Internacional de Estudios Medievales. Estella-Lizarra, 19/22 de julio de 2022)*, Gobierno de Navarra, 2022, pp. 255-289.
- CUNHA, Mafalda Soares da, *A Casa de Bragança (1560-1640). Práticas Senhoriais e Redes Clientelares*, Lisboa, Editorial Estampa, 2000.
- CUNHA, Maria Cristina de Almeida e, *Estudos sobre a Ordem de Avis (séc. XII-XV)*, Porto, Faculdade de Letras, Biblioteca Digital 2009. <<https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/5965.pdf>>.
- CYMBALISTA, Renato, “A presença dos santos: martírios e relíquias sagradas na construção do território cristão da América portuguesa”, *Revista Lusófona da Ciência das Religiões-A*no VIII, 2009/nº 15, pp. 211-245.
- DEPREUX, Philippe, *L'historiographie des élites politiques*, Paris, 2004.
- DIAS, João José Alves, “Introdução”, in *História de Portugal* (dirs. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques) vol. V - *Portugal do Renascimento à Crise Dinástica* (coord. J. J. Alves Dias), Lisboa, Editorial Presença, 1998.
- , *Gentes e Espaços (em torno da população portuguesa na primeira metade do*

- século XVI), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/JNCT, 1996.
- FAGGION, Lucien, “Du lien politique au lien social: les élites. Introduction”, *Rives Méditerranéennes*, 32-33, 2009, pp. 7-21.
- FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira, “Conventos de Santiago de Palmela”, in *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente. Actas do V Encontro sobre Ordens Militares* (coord. Isabel Cristina Fernandes), Câmara Municipal de Palmela, 2009, pp. 583-634.
- FERREIRA, Maria Isabel Rodrigues, *A normativa das ordens militares portuguesas: (séculos XII-XVI): poderes, sociedade, espiritualidade*, Porto, 2004.
- FONSECA, Jorge, *Escravos no Sul de Portugal. Séculos XVI-XVII*, Lisboa, Editora Vulgata, 2002.
- FONSECA, Luís Adão da, *Vasco da Gama: o homem, a viagem, a época*, Lisboa, Comissão de Coordenação da Região Alentejo: Expo 98, 1997.
- , *D. João II*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005.
- GORDON, Bruce and MARSHALL, Peter, “Introduction” in *The Place of the Dead. Death and Remembrance in Late Medieval and Early Modern Europe* (eds. Bruce Gordon, and Peter Marshall), Cambridge University Press, 2000, pp. 1-16.
- JOSSERAND, Philippe, “Introduction: Élites et ordres militaires: quelques pistes pour une rencontre”, in *Élites et Ordres Militaires au Moyen Âge. Rencontre autour d'Alain DuMerger* (dirs. Philippe Josserand, Luís Filipe Oliveira e Danien Carraz), Madrid, Casa Velasquez, 2016, pp. 1-8.
- KEIL, Luís, *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Portalegre*, vol. I, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1943.
- LAMARRE, Christine, “La ville des géographes français de l'époque moderne, XVIIe – XVIIIe siècles”, in *Genèses* 33, déc.1998, pp. 4-27 [on line].
- LAUWERS, Michel, “Memoria. A propos d'un objet d'histoire en Allemagne”, in *Les tendances actuelles de l'histoire du Moyen Âge en France et en Allemagne* (dir. Jean-Claude Schmitt e Otto Gerhard Oexle), Paris, Sorbonne, 2003, pp. 104-126.
- LE GOFF, Jacques, *La naissance du Purgatoire*, Paris, Gallimard, 1982.
- MAILLARD-LUYPAERT, Monique, “Pour le salut de mon âme et l'honneur de mon église. Le testament de Grégoire Nicole, chanoine et officiel de Cambrai”, *Revue du Nord*, 2010/1, nº 384, pp. 7-51.
- MARQUES, João Francisco, “A crença no Purgatório: os sufrágios e a devoção às Almas” in *História Religiosa de Portugal* (dir. C. Moreira Azevedo), vol. 2, Lisboa, Universidade Católica e Círculo de Leitores, 2000, pp. 587-601.
- MENDONÇA, Manuel Lamas de, *A Ordem de Avis Revisitada (1515-1538). Um Alheado Entardecer*, Benavente, 2019.
- MENDONÇA, Manuela, *Problemática das conspirações contra D. João II*, sep. de *Clio*, vol. 5, Lisboa, 1986.
- MITRE FERNANDEZ, Emilio, *Morir en la Edad Media-Los hechos y los sentimientos*, Madrid, Ediciones Cátedra, 2019.
- MORENO, Humberto Baquero, “A Conspiração contra D. João II: o julgamento do Duque de Bragança”, in *Arquivos do Centro Cultural Português*, Paris, 1970, vol. II.
- OLIVAL, Fernanda, “O Clero da Ordem de Avis na região alentejana (1680-1698)”, in *Guerra, Religião, Poder e Cultura- Actas do III Encontro sobre Ordens Militares* (coord. Isabel Cristina Fernandes), vol. 2, Edições Colibri, 1999, pp. 187-221.
- OLIVEIRA, Luís Filipe, *A Coroa, os Mestres e os Comendadores. As Ordens Militares de Avis e de Santiago (1330-1449)*, Faro, Universidade do Algarve, 2009.
- , “Fidalgos, Cavaleiros e Vilãos: as ordens militares de Avis e Santiago (1330-1449)”, in *Militarium Ordinum Analecta*, nº 11, Porto, 2009, pp. 145-161.
- (coord.), *Comendas Urbanas das Ordens Militares* Lisboa, Edições Colibri, 2016.
- e FONSECA, Luís Adão da, PIMENTA, Maria Cristina, COSTA, Paula Pinto, “The Military Orders”, in *The Historiography of Medieval Portugal, c. 1950-2010*, (dir. José Mattoso, eds. Maria de Lurdes Rosa, Bernardo Vasconcelos e Sousa e Maria João Branco) Lisboa, IEM, 2011, pp. 425-457.

- PÉCOUT, Thierry (ed.), *Les chapitres cathedraux et la mort*, Actes de la table-ronde des *Fasti Ecclesiae Gallicanae*, organisés à Paris, Archives Nationales, le 18 mai, 2016, in *Le Moyen Âge*, 2018/3-4.
- PEREIRA, João Cordeiro, “A Estrutura Social e o Seu Devir”, in *História de Portugal* (dirs. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques) vol. V - *Portugal do Renascimento à Crise Dinástica* (coord. J. J. Alves Dias), Lisboa, Editorial Presença, 1998, pp. 277-336.
- PEREIRA, Maria Teresa Lopes, *Alcácer do Sal na Idade Média*, Edições Colibri, Câmara Municipal de Alcácer do Sal, 2000.
- PÉREZ MONZON, Olga, “La imagen del Poder Nobiliario en Castilla. El arte y las Ordenes Militares en el tardogótico”, *Anuario de Estudios Medievales*, 37/2, 2007, pp. 907-956.
- PIMENTA, Maria Cristina Gomes, “A Ordem Militar de Avis durante o Mestrado de D. Fernão Rodrigues de Sequeira”, in *Militarium Ordinum Analecta*, nº 1, Porto, 1997, pp. 127-242.
- , “As Ordens de Avis e de Santiago na Baixa Idade Média: O Governo de D. Jorge”, in *Militarium Ordinum Analecta*, nº 5, Porto, 2001, pp. 7-600.
- ROSA, Maria de Lurdes, *As almas herdeiras. Fundação de capelas fúnebres e afirmação da alma como sujeito de direito: Portugal, 1400-1521*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2012.
- SILVA, Isabel L. Morgado de Sousa e, “Ordem de Cristo (1417-1521)”, in *Militarium Ordinum Analecta*, nº 6, Porto, 2002.
- SILVA, Joaquim Candeias, *O Fundador do “Estado Português da Índia” D. Francisco de Almeida: 1457?-1510*, [Lisboa], Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1996.
- SILVA, Maria Manuela Santos, “Contribuição para o estudo das oligarquias urbanas medievais: a instituição de capelas funerárias em Óbidos na Baixa Idade Média”, in *A Cidade. Jornadas inter e pluridisciplinares*, vol. II, Lisboa, Universidade Aberta, 1993, pp. 115-127.
- SILVA, Nuno Vassallo e, “O antigo tesouro do Convento de S. Bento de Avis”, in *Guerra, Religião, Poder e Cultura - Actas do III Encontro sobre Ordens Militares*, (coord. Isabel Cristina Fernandes), vol. 2, Edições Colibri, 1999, pp. 385-395.
- SOLIGNAT, Anne-Valérie, “Funérailles nobiliaires et pouvoir seigneurial à la Renaissance”, *Revue historique*, 2012/1, n.º 661, pp. 101-130.
- SOUSA, J. M. Cordeiro de, “As inscrições do castelo de Palmela”, in *Revista de Arqueologia*, tomo 3, 1936-1938, pp. 183-191.
- VARGAS MACHUCA, Fernando Lopez, “El convento sevillano de Santiago de la Espada y sus enterramientos”, in *Las Ordenes Militares en la Península Iberica* (coord. Ricardo Izquierdo Benito e Francisco Ruiz Gomez), vol. I, Cuenca, 2000, pp. 231-253.
- VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de, “A Ordem Militar de Cristo na Baixa Idade Média: Espiritualidade, Normativa e Prática”, in *Militarium Ordinum Analecta*, nº 2, Porto, 1998, pp. 9-92.
- , “Nobreza e Ordens Militares: relações sociais e de poder (séculos XIV-XVI)”, in *Militarium Ordinum Analecta*, nº 12, Porto, 2012.
- VILAR, Hermínia Maria Vasconcelos, “A ascensão de uma linhagem: a formação da casa senhorial de Abrantes”, *Arqueologia do Estado. Primeiras Jornadas sobre formas de organização e exercício dos poderes na Europa do Sul, Séculos XIII-XVIII*, Comunicações1, Lisboa, História & Crítica, 1988, pp. 331- 344.
- , *A Vivência da Morte no Portugal Medieval. A Estremadura Portuguesa (1300-1500)*, Redondo, 1995.
- VOVELLE, Michelle, *Piété baroque et déchristianisation en Provence au XVIIIe siècle*, Paris, Plon, 1973.
- , *Mourir autrefois. Attitudes collectives devant la mort aux XVIIe et XVIIIe siècles*, Paris, Gallimard, 1974.
- ZAPATA ALARCÓN, Juan, “El antiguo convento de Uclés (1468-1528). Características espaciales y evolución arquitectónica: La iglesia y sus capillas funerárias”, in *Lope de Barrientos: Seminario de Cultura*, n.º 5, 2012, pp. 225-255.
- <monumentos.gov.pt./Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3224>.



QUADRO DAS CAPELAS

Data e Fontes	Instituidor Testamenteiro Administrador	Bens e rendimentos da capela	Obrigações perpétuas	Exéquias e sufrágios tem- porários	Legados pios e esmolas a pobres	Legados profanos e dívidas	Lugar de sepultura
1) 1520 TI, 212/332; TI, 120; Inv.25v,39v,83v; Test., Pasta 1, doc. 2	Maria Vaz, mulher de Álvaro Eanes Pinheiro, irmã (?) de Xistos Vaz, escudeiro do rei, vereador e juiz. Testamenteiro: Frei Duarte, sobrinho do marido. Administrador: Convento.	1 molo de trigo de renda, nas suas terras de Bembeide, no Maranhão.	Digam-lhe 60 missas rezadas, com saimento sobre a sua sepultura todos os dias de N.ª Senhora, no Natal, Páscoa, Pentecostes e Quaresma.		Manda vestir 4 pobres, sendo 2 homens e 2 mulheres. Eles receberiam pelotes e carapuças de bom pano da terra e borze- guins de cordão; elas receberiam fra- díngilas e cintas do mesmo pano, camisas e sapatas de cordão.		No convento, mas não consta de lugar certo.
2) 1527 TI, 103-109v; TI, 76; Inv., 23, 41, 56v; Test., Pasta 1, doc. 3	Frei Gonçalo Soeiro de Benavi- la, freire conventual. Pediu a seu amigo Álvaro Ea- nes Pinheiro que lhe fizesse o testamento. Testamenteiro: seu irmão João Soeiro, morador na Figueira. Administrador: João Soeiro e seus descendentes, por via masculina. Na sua falta, será administrador o D. Prior.	Terras e casa do Gaião em Benavila.	Tantas missas quanto a pro- priedade render, a 20 rs por missa.	No dia do seu enterro diriam 1 ofício completo, segundo man- da a Ordem, com oferta de 1 saco de trigo e 1/2 almude de vinho e 1 dobrado de cera. Depois diriam 2 trinitários abertos por sua alma, 2 pelas almas dos pais e outro pela do tio João Soeiro, que foi vigário.	Deixa à confraria de N.ª Sr. de "entre an- bas as águas", uma terra que tem em Be- navila, à Fonte da Palha, para que os seus mordomos lhe mandem cantar 2 missas por ano por sua alma. Deixa 7000 rs para gastar com as pessoas que Frei Nuno da Gama indicar.	Deixa dinheiro aos irmãos menores, entre eles, Gaspar, que se preparava para ser clérigo. Distribui pelos seus seis irmãos e sobrinhos 24 cabegas de gado vacum. Deixa dinheiro a sua madrastra e contem- pla ainda as suas irmãs e cunhadas com dinheiro para tralilhas. Aos seus vaquei- ros deixa a cada um 1 pelote de pano da terra que lhes devia e 2 cabegas de gado. Manda que deem 1 500 rs a João Soeiro, homem preto que foi do seu tio. Manda que paguem 10 000 rs que deve a Frei Nuno da Gama, a quem tinha dado como penhor 1 copo de prata com uma cruz da Ordem, e lhe deem ainda 1 vaca parida. Deixa a sua caixa grande à sacristia do convento para guardarem os dinheiros de sua capela. Entre os seus devedores contam-se Frei Gonçalo Soeiro, prior de Montargile Nou- dal, Leonel Fernandes, vigário de Avis e António Gonçalves, carreiro de Frontei- ra, por uma conta do seu filho ter estado no convento.	No daustro do convento: "lan- cem o meu corpo a terra na crasta aonde se enterrem os freires".
3) 1530 TI, 223v; TI, 100; Inv., 25, 42v, 66v; Test., Pasta 1, doc. 4	João Jusarte, fidalgo da casa de el-rei, alcaide-mor de Avis e sua mulher Leonor da Veiga Administrador: Convento	Foro de 2 000 rs. que têm na defesa do Gaspar em Monfor- te. Sua segunda mulher, Isabel Pessanha, trocou-a pela herda- de de Marcolos, termo de Avis.	"Enquanto o mundo durar" di- gam 20 missas, com responso, pelas almas de ambos, na sua capela de Santo António.			Seu irmão Nicolau Jusarte devia-lhe 4 000 rs. Quando os pagasse, deviam comprar uma renda de trigo para aumento do nú- mero de missas.	No convento, na capela de San- to António, que eles fizeram e onde têm campa.



Data e Fontes	Instituidor Testamenteiro Administrador	Bens e rendimentos da capela	Obrigações perpétuas	Exéquias e sufrágios temporários	Legados pios e esmolas a pobres	Legados profanos e dívidas	Lugar de sepultura
4) 1530 TI, 129; Inv., 89v, 92	Leonor da Veiga, primeira mulher de João Jusarte, fidalgo da casa de el-rei, alcaide-mor de Avis. Administrador: Convento	Tinha deixado em testamento 20 000 rs para fazer uma ermida dedicada a Santo António, mas o marido obteve um breve de Leão X, para comprar 1 molo de trigo de renda, para a sua capela e mandou fazer uma capela na igreja do convento dedicada a Santo António.	Digam 30 missas por sua alma.				No convento, na sua capela de Santo António.
5) 1539 TI, 213; TI, 87; Inv., 24, 39v, 61v	Vasco Eanes Pinheiro, morador em Avis. Fez o testamento o tabelião António Vaz. Testamenteiro e administrador: seu irmão Álvaro Eanes Pinheiro Administrador: depois da morte do irmão, sua filha Beatriz Pinheiro e seus descendentes por via masculina.	Um terço das rendas do seu casal de Colos, junto da quinta dos Anarelos, termo de Avis.	Seriam despendidas em missas, a alqueire por missa, com resposço sobre a sua sepultura, nos dias de Páscoa, Natal, Pentecostes, Todos os Santos, festas de N ^o S ^o Apóstolos e Quaresma, devendo ser cantadas pelos Irmãos do convento, na igreja em que o seu corpo fosse enterrado.		Um terço das rendas do casal de Colos seria repartido pelos pobres, dando preferência aos seus parentes pobres.		Na igreja matriz da vila, à direita da pia da água benta.
6) 1542 TI, 53-62; TI, 90; Inv., 32v, 39v, 62v	Álvaro Eanes Pinheiro, escudeiro, almoxarife do Mestre D. Jorge em Avis. Fez o testamento o tabelião Brás Varela. Testamenteiro: Mateus Afonso, juiz dos orfãos. Administrador: Álvaro Eanes Pinheiro, o Moço, filho de sua sobrinha Beatriz Pinheiro e de Gonçalo Pires e seus descendentes por via masculina.	Rendas nas seguintes propriedades: courelas dos coutos de Conde; uma herdade em Canha, no Porto das Mestras; uma courela na Mougueira; uma terra em Bembeide; terras da horta de João Pascoal; um forno de cozer pão, no arrabalde, na rua das Videiras, em Avis.	Uma missa quotidiana por sua alma, pelas almas de seu pai, mãe e pessoas das suas obrigações, com resposço sobre sua sepultura. A capela seria cantada por dois irmãos do convento: Frei Pedro de Avis e Frei Pedro da Costa. Altera para o D. Prior e Irmãos, por repartição.	No dia do seu enterro todos os irmãos e clérigos da vila diriam missas, com oferta de 1 quarteiro de trigo. 2 almuídes de vinho e toda a cera que houvesse no convento e na Misericórdia. Seu corpo será enterrado com um manto, como devoto e sepultura pelos Irmãos, acompanhado dos seus amigos. Ao segundo dia do seu falecimento digam-lhe 5 missas das Chagas por sua alma. Os clérigos da vila rezariam 100 missas pelas almas de seu dono João Giraldes, de sua esposa, Catarina Vaz, de João Pires Pinheiro e de sua esposa, Catarina Cabeos, e ainda pela de Frei Martinho, prior de Seda, e de sua criada, Bárbara Martins. No ano a seguir à sua morte, diriam um ano de missas no convento, por sua alma e outro ano de missas na igreja da vila, pelas almas de seus pais e irmãos Pedro Eanes, clérigo, com samento sobre a sepultura destes defuntos.	Deixa para as obras da Misericórdia 1 000 rs e mais 3 000 rs. de escola. Manda que deem à igreja de Cabeção as suas cortinas brancas interiores. Deem de vestir a 12 pobres, 6 homens e 6 mulheres, que identifica pelos seus próprios nomes. (entre eles, Mor Dias, mulher de António Vaz, homem preto) Enu-mera as várias peças de roupa e enuncia a qualidade e o preço dos tecidos. O que sobrar das rendas deem a pobres.	A Maria Fernandes, que o serve, por muitos serviços que lhe faz e fará e por o ter em muita limpeza e ser boa cristã e boa mulher, deixo: 1 oliveira, 1 vinha fereira à Ordem, 1 courela de vinha, 1 taça e 6 colheres de prata e 1 molo de trigo de renda, enquanto viver e, por sua morte, torne à sua capela. Deixa as suas corações a seu cunhado Gonçalo Pires, pelo seu trabalho. A Inês Eanes Cordeira, enquanto viver, deixa as novidades dos seus olivais para casamento de suas sobrinhas, netas de Pedro Afonso. Como queria fazer esmola a pessoas honradas e pobres, deixa a D. Maria, sua parenta, moradora nesta vila, 30 alqueires de trigo por ano.	No convento, na nave de S. Bento, junto do pé do pulpito, das grades para fora. Sobre a sepultura será posta "hum a boa cam-pam de marmore de Estremoz e nela se ponha a figura de hum pinheiro e um leiteiro que diga aqui jaz Álvaro Eanes Pinheiro que instituiu uma capela de seus bens neste convento de Avis".



Data e Fontes	Instituidor Testamentário Administrador	Bens e rendimentos da capela	Obrigações perpétuas	Exéquias e sufrágios tem- porários	Legados pios e esmolas a pobres	Legados profanos e dívidas	Lugar de sepultura
7) 1542 TI, 76-80; TI, 119; Inv., 39v, 79v	Diogo Fernandes, escrivão das sisas, casado com Maria Afon- so, antes com Violante Dias, morador em Avis. O testamento foi feito pelo tabelião António Fernandes e rogou ao padre Frei Manuel Lo- pes que lhe fizesse um codicilo.	Casas em que vive que seriam vendidas para compra de 1 molo de trigo de renda para a capela.	50 missas cantadas, com sai- mento e responso: 40 por sua alma e de sua 2ª mulher, Maria Afonso, 4 pelas de seus pais, 2 pelas de Aires Fernandes e de Leonel Fernandes e 4 por outros finados.	Façam, por sua alma, 2 ofícios inteiros, com ladainha, os frei- res um e os clérigos outro. Dirão 2 missas oficiadas, uma da festa da Visitação e a outra de finados, sendo a oferta de cada missa 1 saco de trigo e 1 almude de vinho. No mesmo dia digam 15 mis- sas por sua alma: 5 das Chagas, 9 de Nª Sr e 1 de Finados. Quer que a sua testamenteira o sirva de obrada 6 domingos da Quaresma, com 1/2 canada de vinho e pão cozido. Pede aos irmãos da Misericór- dia que acompanhem e enter- rem seu corpo e receberão de escola 4 000 rs para compra- rem uma vestimenta de cha- malote, para servir nas festas de Nossa Senhora.	No caso de sua sobrinha Catarina morrer solteira, os 10 000 rs que lhe deixa para seu casamento sejam para a Rendição dos Cativos e para as obras de S. Sebas- tião de Avis.	Manda que deem o seu capuz a Rui, dé- rigo de Alter, e diria 20 missas por sua alma; o seu pelote argenteado, a Lopo Álvares e que rogasse por sua alma; o seu gabão, a Pedro Afonso, seu cunhado. Deixa a sua sobrinha Catarina, filha de Es- têvão Vaz, 10 000 rs para seu casamento.	No convento de S. Bento, junto à pia da água benta: “E poram humã campam em cima da minha cova, da ribeira de Avis” (certamente de xisto e não de mármore)
8) 1543 TI, 187v-188; TI, 122; Inv., 26v, 84v; Test., Pasta 1, doc. 6	Inês Eanes, a Cordeira, mulher de João Fernandes da Cordei- ra, juiz das sisas, moradores em Avis. Fez o testamento o tabelião Brás Varela.	Renda de metade do monte do Lobete, na ribeira de Seda; de um cerrado de horta, pomar e vinha, junto a Benavila; de 3 quinhões no moinho de Pedro- gão, na ribeira de Seda. Depois da sua morte trocaram estes bens pela herdade da Cordeira com a renda de 28 alqueires de trigo.	Obrigação de 30 missas reza- das. No fim da missa, saiam com responso sobre a sua se- pultura. Nomeia por capelão Frei Álvaro, filho de Pero Men- des e, por morte dele, o Dom Prior e freires.				No convento desta vila e manda que sobre a sua sepultura “se ponha humã campam de pedra marmore de Estremoz” e que com ela não se enterre mais ninguém.
9) 1543 TI, 115-120; TI, 98; Inv., 24v, 39v, 65v; Test., Pasta 1, doc. 5	Rafael de Abreu, fidalgo da casa de el-rei, morador em Avis, nas casas do castelo, viú- vo de Margarida do Campo. O tabelião Brás Varela fez o testamento e o seu amigo, o bacharel Manuel Godinho, fez o codicilo. 1ºrestamenteiro: seu filho António de Abreu. 2º Testamenteiro: Jorge Varela, alcaide-mor do castelo. Administrador: o filho e seus descendentes. Na sua falta, o Convento.	Deixa 3 mols de trigo e ceva- da de renda nas suas terras de Alcórrego, termo de Avis, com azinha, pomares, suas águas, logradouros e árvores.	As missas que se puderem di- zer dos 3 mols sejam por alma dele, da mulher e de outro pessoa e saíão com responso sobre a sua sepultura. Recomenda que Frei Manuel Jusarte, cante metade das missas.	No dia do seu falecimento, os freires irão buscá-lo com a sua cruz. Os clérigos e os freires dir-lhe-ão ofícios de finados cantados, que devem repetir ao fim de um mês. Terão de oferta 30 alqueires de trigo, 5 almudes de vinho e 2 carnei- ros e durante eles estará toda a cera do convento a arder. Como nota da sua devoção pessoal, manda que lhe digam 2 missas rezadas em honra das Cinco Chagas de Jesus Cristo.	Como testamenteiro da sua mulher man- da que deem 1 500 rs a pobres e que visitam 5 pobres que identifica pelos seus nomes. Manda que digam 5 missas por alma de Agueda, que foi escrava de seu pai e deem ao filho dela 10 alqueires de trigo, 1 vestido de pano de 100 rs o côva- do e 2 camisas de linho.	Deixa forra sua escrava Bárbara e seu filho Manuel, com vestido igual ao das outras pobres, mais 5 000 rs e algumas peças de roupa e calçado; deixa a seu es- cravo Francisco 1 vestido de pano da terra de 100 rs o côvado. . Manda pagar pe- quenas dívidas a seus criados e a outras pessoas que nomeia. Declara que tem dívidas importantes a receber e pede a Manuel Pinto, seu parente, amo do conde de Castanheira, que, a troco de uma boa paga, ajude o filho a recuperar tais dívidas e a receber mercê junto do seu senhor. Entre os bens a reaver conta-se a relíquia do Santo Lenho da Vera Cruz	No convento, na nave de S. Ben- to, onde jaz sua mulher. Manda que sobre a sua sepultura lhe seja posta “humã campam de pedra marmore de Estremoz grande e boa e nella ponham hum letrado que diga Aqui jaz Rafael d'Abreu com Margarida do Campo sua mulher. E adiante destas letras se poram outras (...) que digam todo o ditado que dizia a canaieia a Nosso Senhor Jesus Cristo. A qual campam se faça tamanha como a que esta na sepultura de Anto- nio Mendonça”. Na campam serão postas as armas de ambos.



Data e Fontes	Instituidor Testamentário Administrador	Bens e rendimentos da capela	Obrigações perpétuas	Exéquias e sufrágios temporários	Legados pios e esmolas a pobres	Legados profanos e dívidas	Lugar de sepultura
10) 1546 TI. 207-209; Inv., 22, 40, 57v	Frei Manuel Lopes da Casca, freire conventual, filho de Diogo Lopes o Velho e de Ana Pires, moradores em Avis. Ela é prima coirmã do subprior do convento Frei Afonso Farto e ele é tio de António Fernandes, escrivão das sisas. Administrador: Convento.	Por falecimento do filho, os pais obtiveram uma bula para poderem dispor da terça parte dos 100 000 rs que ele lhes deixara para instituírem uma capela por sua alma, doando ao convento 30 alqueires de trigo de foro na horta da Roufeia para a referida capela.	30 missas rezadas com responsório sobre a sepultura de Frei Manuel. Por morte dos pais, 10 destas missas seriam por alma deles, 5 por cada um. Se o convento não concordasse, ficaria a Misericórdia com a esmola e respectivo encargo, o que não aconteceu.	No dia do enterro de cada um fação 1 ofício de finados inteiro, por sua alma, com oferta de 1 sacco de 7 alqueires de trigo e 2 alminhas de vinho e 10 rs por folhas. Ao mês dirão outro ofício com a mesma oferta. No mesmo dia dirão 25 missas rezadas por suas almas e de seus pais. Ele manda que lhe digam 50 missas e 1 trintário cerrado por sua alma e 1 trintário aberto pela de seu filho Frei Manuel; ela quer 1 trintário aberto por sua alma e outro pela de seu filho Pero Lopes. Serão enterrados pela Misericórdia da vila e darão 300 rs por cada enterro.	Deixam de esmola à Misericórdia 15 alqueires por suas almas; à confraria do Santo Sacramento 500 rs; à confraria e casa do Espírito Santo de Cabego de Vide, 300 rs. Ela deixa ainda a esmola de 2 000 rs para os Calvos. Se os seus herdeiros morrerem, que os bens sejam vendidos e sejam dados a pobres.	Ele deixa os seus vestidos de cote, pelo, te, gabão e calças, a Rui Gonçalves, pelo amor de Deus, por sua alma. Ela manda que deem a Brites Rodrigues, sua criada, 7 alqueires de trigo, pelo amor de Deus e que o seu vestido de semana seja dado à Letoia.	No convento, à porta do capítulo.
11) 1551 TI. 162, 207; Inv., 27, 41v, 84v; Text., Pasta 1, doc. 8	Ana Pires e Diogo Lopes, o Velho, pais de Frei Manuel da Casca, fizeram testamento e codicilo de mão comum em que confirmaram a capela que tinham instituído pelo filho. Testamentário de Ana Pires: Frei Afonso Farto, seu primo Testamentário de Diogo Lopes: António Fernandes, seu sobrinho Administrador: Convento.	Deixam 15 alqueires de trigo de renda que compraram numa herdade em Bembeidade. Foram depois trocados pela renda de 7,5 alqueires na herdade de Caselo Ventoso, termo de Benavilla, somente para a capela de Ana Pires, porque os outros 7,5 alqueires foram gastos pelo marido.	10 missas rezadas por suas almas. Passaram a ser 5 missas.	No dia do enterro de cada um fação 1 ofício de finados inteiro, por sua alma, com oferta de 1 sacco de 7 alqueires de trigo e 2 alminhas de vinho e 10 rs por folhas. Ao mês dirão outro ofício com a mesma oferta. No mesmo dia dirão 25 missas rezadas por suas almas e de seus pais. Ele manda que lhe digam 50 missas e 1 trintário cerrado por sua alma e 1 trintário aberto pela de seu filho Frei Manuel; ela quer 1 trintário aberto por sua alma e outro pela de seu filho Pero Lopes. Serão enterrados pela Misericórdia da vila e darão 300 rs por cada enterro.	Deixam de esmola à Misericórdia 15 alqueires por suas almas; à confraria do Santo Sacramento 500 rs; à confraria e casa do Espírito Santo de Cabego de Vide, 300 rs. Ela deixa ainda a esmola de 2 000 rs para os Calvos. Se os seus herdeiros morrerem, que os bens sejam vendidos e sejam dados a pobres.	Ele deixa os seus vestidos de cote, pelo, te, gabão e calças, a Rui Gonçalves, pelo amor de Deus, por sua alma. Ela manda que deem a Brites Rodrigues, sua criada, 7 alqueires de trigo, pelo amor de Deus e que o seu vestido de semana seja dado à Letoia.	Na igreja matriz: ele dentro da igreja, numa terra que comprara por 1 cruzado e ela, no adro, à porta travessa da igreja, com seu filho Pero Lopes.
12) 1558 TI. 144 e 151; TI. 58; Inv. 19, 40v, 48v.	Frei D. António Preto, prior-mor do convento de Palmela. Antes (1534) foi subprior do convento de Avis onde em 1542, era prior-mor. Diogo Faleiro, mercador e mordador em Lisboa, é ajudador dos testamentários de D. António Preto. Administrador: Violante Dias, sua sobrinha, filha de seu irmão Gaspar Dias e seus descendentes, por via masculina. Se faltassem, seriam os sucessores da sua irmã Leonor Aires.	Deixa de renda 3,5 moios de trigo macho provenientes de sua fazenda fora e isenta: monte do Cabeçudo; azenhas do pomar do Envedal; herdade de Vale de Freixo, no Taipal Caldo e um olival nas Mestas, termo de Avis.	Para 100 missas rezadas a 30 rs de esmola por missa e no dia da transladação de S. Bento a missa seria cantada com esmola de 2 tostões. Deviam dizer-lhas os padres do convento de Avis e, quando estes não pudessem, ajudariam a diáculas os padres da igreja matriz. Se o convento não cumprisse, ficaria a esmola ao Hospital de Estremoz, o que não aconteceu.	No dia do enterro de cada um fação 1 ofício de finados inteiro, por sua alma, com oferta de 1 sacco de 7 alqueires de trigo e 2 alminhas de vinho e 10 rs por folhas. Ao mês dirão outro ofício com a mesma oferta. No mesmo dia dirão 25 missas rezadas por suas almas e de seus pais. Ele manda que lhe digam 50 missas e 1 trintário cerrado por sua alma e 1 trintário aberto pela de seu filho Frei Manuel; ela quer 1 trintário aberto por sua alma e outro pela de seu filho Pero Lopes. Serão enterrados pela Misericórdia da vila e darão 300 rs por cada enterro.	Deixam de esmola à Misericórdia 15 alqueires por suas almas; à confraria do Santo Sacramento 500 rs; à confraria e casa do Espírito Santo de Cabego de Vide, 300 rs. Ela deixa ainda a esmola de 2 000 rs para os Calvos. Se os seus herdeiros morrerem, que os bens sejam vendidos e sejam dados a pobres.	Ele deixa os seus vestidos de cote, pelo, te, gabão e calças, a Rui Gonçalves, pelo amor de Deus, por sua alma. Ela manda que deem a Brites Rodrigues, sua criada, 7 alqueires de trigo, pelo amor de Deus e que o seu vestido de semana seja dado à Letoia.	No convento da Ordem de Santiago.



Data e Fontes	Instituidor Testamenteiro Administrador	Bens e rendimentos da capela	Obrigações perpétuas	Exéquias e sufrágios temporários	Legados pios e esmolas a pobres	Legados profanos e dívidas	Lugar de sepultura
13) 1559 TI, 179-186; Inv., 27v, 38v, 86v; Test., Pasta 1, doc. 9	Beatriz Vieira, dona viúva de Rui Mendes, vereador, moradora em Avis, na Rua Nova. O testamento foi feito, a seu rogo, por Manuel da Gama Lobo, cavaleiro fidalgó, morador em Avis. Testamenteiro: Frei Pero da Costa. Administrador: Convento.	Deixa renda de 1 moio de trigo anualmente e 10 alqueires de cevada que tem na herdade de Alcórrego.	Uma capela rezada de 65 missas, com responso sobre a cova. Deve dizer-las o Padre Frei Pedro da Costa e, por sua morte, os frades do convento. Funda também uma capela de 15 missas, na igreja matriz, por alma de sua irmã Ana Vieira e dos pais.	No dia do enterro façam 1 ofício de finados inteiro por sua alma, com sua missa cantada ofertada com 1 sacro de trigo de 6 alqueires, 1 almude de vinho e 2 vinténs por falhas, que será ditto pelos clérigos do convento e da vila. No mesmo dia, dir-lhe-ão 1 missa por sua alma. Que o Padre Frei Pero da Costa lhe diga 18 missas e 1 trinitário cerrado de Santo Amador. Quer ser levada à sepultura na tumba cerrada da Misericórdia e tenha 1 000 rs de esmola.	Ao Santo Sacramento de Avis, deixa 1000 rs. Ao Espírito Santo de Cabeço de Vide, 400 rs; o que sobrar depois de pagos os seus legados, deixa aos Cativos.	Deixa legados em dinheiro e bens de raiz a seus familiares, nomeadamente as casas em que vive na Rua Nova e um olival que deixa aos filhos de seu sobrinho Basílio Vieira, que estão fora do reino. Estes bens ficarão em poder de outros duas sobrinhas, Violante Vieira e Beatriz Vieira, até que aqueles voltassem a Portugal. Manda que seu escravo Luís, que ela criou, filho de sua escrava Catarina, já falecida, seja forro e deixe-lhe um olival, 1 forro de 30 alqueires de trigo, mais 3 000 rs para ele aprender o ofício que quiser. Deixa também forra a sua escrava Luzia.	No convento.
14) 1566 TI, 2-35; TII, 50; Inv., 19v, 38, 46v, 10	Frei D. Jorge de Lencastre, prior-mor do convento de Avis, e cavaleiro dele, filho do Mestre D. Jorge de Lencastre. Faz o testamento com o padre Frei Belchior, seu criado e assinado pelo seu confessor Frei António de Almeida. Testamenteiros: Frei Belchior e Manuel da Mota, seus criados. Administrador: Convento	Com o dinheiro da venda da sua prata, móvel e escravos e do que sobeja dos seus legados comprariam os moios de trigo que pudessem para a capela. As rendas adquiridas provêm de várias herdades: Caniceira, no Ervedal; Cortiço, em Santa Margarida; de Bento Dias, em Alcórrego; Entre-água, no termo de Pavia e courela junto à horta de João Pascoal.	Se as rendas bastassem, diriam uma missa quotidiana, por sua alma, com responso sobre a sepultura, a alqueire por missa. Se não bastassem deviam dizer uma missa às Cinco Chagas de Cristo todas as sextas-feiras do ano e oito missas nas festas de Nossa Senhora.	No dia do seu falecimento, os freires deviam fazer-lhe apenas um ofício inteiro por sua alma, com oferta de 30 alqueires de trigo, 8 almudes de vinho e 2 carneiros. Os meses diriam as suas missas com a esmola de 30 rs por missa. No outro dia, os padres da igreja matriz fariam outro ofício com metade daquela oferta, mas as missas com a mesma esmola. Este duplo ofício, em diferido, devia repetir-se ao mês.	Façam uma obra pia com os 200 000 rs que lhe deve seu irmão, D. Jaime de Lencastre. O que sobrar da capela seja para vestir pobres.	Deixa várias quantias em dinheiro, pelo serviço, a seus criados: Domingos, natural de Veiros, Gaspar Ferreira, Manuel da Mota, Diogo Rebelo, Francisco Nunes, os herdeiros de António Vieira, os herdeiros do Mulato que o serviu em Lisboa e um seu criado do Cano que o serviu enquanto esteve nos estudos, em Coimbra a quem deixa também o seu vestido de Sargento. Deixa a Frei António de Almeida 2 copos de prata com suas colheres e darão vestidos pretos aos pajens e de do aos homens e moços de sua casa, segundo é costume. Deixa fora a sua escrava Maria. Pede ao rei várias mercês para os seus criados e a intercessão de seu irmão, o Duque de Aveiro.	Na capela-mor da parte da Epístola: "Que o meu corpo seja enterrado na capela mor deste convento no lugar aonde me eu assento afastado hum pouco da cadeira para que não peje a quem se ali quiser assentar (...) Na minha sepultura poram hum campam de pedra de Estremoz com as letras que digam a era".
15) 1572 TI, 73-75; TII, 135; Inv., 28v, 38v, 92v; Test., Pasta 1, doc. 12	Joana de Almeida, dona viúva de Teodósio Pinto e filha de Jorge Varela, alcaide-mor do castelo de Avis, moradora no Cano, mas depois em Avis, onde morreu. Testamenteiros: Fernão Varela da Fonseca, seu irmão e Pero Vaz, seu genro. Administradora: Beatriz de Almeida, sua filha e sucessores.	Deixa 10 alqueires de trigo que toma na herdade de Carvalhoso, termo de Cabeção.	10 missas por sua alma e pelas de seu marido, sogro e pais. Seriam rezadas na igreja matriz do Cano, mas à hora da morte decidiu que tudo se cumprisse no convento de Avis.	No dia da sua morte façam um ofício inteiro de 9 lições com suas ladainhas, com oferta de 5 alqueires de trigo e falhas e ao ofício atenderão 2 tobrás ao Santo Sacramento e 2 velas no altar a Nossa Senhora. Dirão 13 missas por sua alma, entre as quais as Cinco Chagas de Cristo. Quer ser levada pela Misericórdia.	Deem a mulheres pobres 5 alqueires de trigo por amor de Deus. Deixa 200 rs à confraria do Santo Sacramento; às de N. S.ª dos Filéis de Deus, de S. Sebastião, de S. Pedro e aos Cativos, deixa 1 tostão a cada uma.	Deixa pequenos legados a suas servidas: a uma neta da sua ama que a criou, deixa 1000 rs para ajuda de seu casamento; a Helena, que a serve, deixa a sua sala azul; a Catarina Fares, o seu manto velho de sarja. A sua comadre Inês Fernandes deixa o seu gabão preto, uma saia de peripinhão, as suas botinas e os seus pantufos. Declara que seu irmão Fernão Varela da Fonseca deve dar às suas filhas os 50 000 rs de umas casas que ela tem em Avis.	No convento, na cova de sua mãe. No primeiro testamento, tinha mandado que o seu corpo fosse enterrado na igreja matriz da vila do Cano, "no lugar onde me sento".
16) 1574 TI, 127-129; Inv., 30, 40, 97-99	Maria Dias, mãe de Frei André Soudo, prior de Benavila.	Deixa 10 alqueires de forro na herdade de Vale de D. Simão, termo de Benavila.	10 missas, por sua alma e de seu marido João Fernandes.				



Data e Fontes	Instituidor Testamentário Administrador	Bens e rendimentos da capela	Obrigações perpétuas	Exéquias e sufrágios temporários	Legados pios e esmolas a pobres	Legados profanos e dívidas	Lugar de sepultura
18) 1579 TI, 89-97; TII, 101; Inv, 26, 38v, 67v-69 Test., Pasta 1, doc. 11.	Frei Gonçalo Soeiro de Albergaria, capelão do Mestre e prior de Avis. Administrador: seu filho António Soeiro e seus sucessores. Na sua falta, o Convento.	Deixa à capela toda a sua fazenda: as casas em que mora e 25 alqueires de foro numa courela da Figueira, na herdade dos Pintos. Deixa também 2 quintas: a de Vale de Pogo da Frandina e a de Vale de Flores, no Alandroal, com sua casa e a vinha do rossio.	Enquanto o mundo durar, digam-lhe uma missa todas as sextas-feiras à honra das Cinco Chagas de Jesus Cristo.	Dir-lhe-ão 100 missas <i>fielium deum</i> , por descargo de sua alma e um trintário cerrado, na igreja matriz e um oitavário de missas contínuas.			No convento, no cruzeiro e tem campa.
18) 1579 TI, 89-97; TII, 101; Inv, 26, 38v, 67v-69 Test., Pasta 1, doc. 11.	Francisco Nunes, o Longo, morador na Aldeia Velha, termo de Avis, homem solteiro que, em 1570, vivia com D. Constantino de Bragança, fez seu testamento nas pousadas do padre Frei Amador, prior de Santa Margarida. Foi feito, a seu rogo, por Frei António de Almeida, que foi confessor do prior-mor D. Jorge, morador na vila das Galveas. Testamenteira: Misericórdia de Avis. Administrador: Convento	Deixa o foro de 1 molo de trigo e cevada com as pilanças, que tem na Enara, em Aldeia Velha e a renda de 30 alqueires de trigo, na herdade do Leão da Aravia, termo de Avis.	Dirão esta renda em missas, a alqueire por missa, por sua alma e pelas de seu pai e de sua mãe.	No dia do seu enterro lhe digam 1. ofício cantado inteiro, de 9 lições, com 2 alqueires de trigo e 1 almude de vinho. No mesmo dia digam 20 missas rezadas por sua alma. Ao mês dir-lhe-ão outro ofício por alma de seu pai e outro por alma de sua mãe com a mesma oferta. Tudo será pago à custa da renda de 15 alqueires de trigo que tem no Ervedal, de que é depositária a Misericórdia de Avis.	Depois de pagas os ofícios e as missas, o provedor e os irmãos da Misericórdia vestirão uma túnica de pano de palmita azul de 150 rs o ovelo e o que sobrar se repartirá pelos pobres.	Deixa ao padre Frei Amador, 30 alqueires de trigo que tem na Aravia, para dizer 30 missas por ano, pelas almas de seu pai, de sua mãe e dele. Por morte de Frei Amador, a renda juntar-se-á do convento.	No convento, no meio da nave de S. Bento.
19) 1581 TI, 192-198; Inv, 33v, 38v, 71v-74; Test., Pasta 1, doc. 13e 14	Lic ^o Diogo de Abreu e sua mulher Isabel Soeira, moradores em Avis, na Rua das Videiras. Ela é irmã de Gonçalo Soeiro de Azevedo, já falecido. O testamento dela foi feito, a seu pedido, pelo padre Frei Francisco Gonçalves, beneficiário da igreja matriz. Testamenteiro dele: sua mulher Isabel Soeira e dela o D. Prior. Administrador: Convento.	Deixam renda de 214,5 alqueires de trigo e algum centeio provenientes de várias propriedades: herdade de Fonte Arrada; courelas da Mougueira; herdade da Roufeia; herdade de Castelo Velho, ao longo da ribeira de Avis.	Que digam em missas, alqueire por missa, por alma dele e dos pais de ambos, com responso sobre a sepultura, de preferência, nos dias de Nossa Senhora, de Nosso Senhor e dos Apóstolos.	No dia dos respectivos enterros, os padres do convento e os pais da matriz, deverão celebrar um ofício de finados completo com sua missa cantada e ofertada, com 6 alqueires de trigo e 1 almude de vinho. Os padres da matriz deverão dizer 10 missas por alma dos pais dele. Os mesmos padres diriam um ofício por alma dos pais dela e oito missas por alma dela, entre as quais uma às Chagas, e outra pelas Almas do Purgatório. Ambos querem ser levados à sepultura pela Irmandade da Misericórdia.	Deixam à Misericórdia as suas casas de morada, a renda de 16 alqueires de trigo na herdade de Fonte Arrada, o olival do Rossio e metade dum olival, na ribeira da Fonte Nova e ainda roupa de cama. Deixam uma oliveira à confraria do Corpo de Deus e destinam 200 rs a cada uma das confrarias da vila de Avis. Destinam igual esmola aos Cativos e às confrarias de Nossa da Vitória, de Lisboa e de Nossa da Conceição, de S. Francisco de Évora.	Deixam uma renda de 4 000 reais à irmã dele, Isabel de Abreu, freira em S. Domingos de Elvas e uma esmola a Francisco de Abreu. Ela concede a liberdade a uma escrava (a sua menina Maria, filha de sua escrava Isabel, já falecida), e deixa-lhe 3 casas térreas junto das suas, mais 15 alqueires de reas e 2 galinhas em Castelo Velho. Deixa à sua moça Catarina, que a serviu por 2 cruzados ao ano, recheio de casa e peças de vestuário, para ajuda de seu casamento e satisfação de sua solidão. Ao seu moço Manuel deixa 1000 reais de ajuda para aprender um ofício. Legas as melhores peças do seu vestuário à viúva Margarida Dias.	No convento, "junto do monumento grande arde jazem meu pai e mãe", na nave de S. Brás, junto às grades do cruzeiro. A sua sepultura tem campa.



Data e Fontes	Instituidor Testamentário Administrador	Bens e rendimentos da capela	Obrigações perpétuas	Exéquias e sufrágios tem- porários	Legados pios e esmolas a pobres	Legados profanos e dívidas	Lugar de sepultura
201 1583 TI, 140-143v; Inv., 23v, 40v, 95v-96v	Senhora Filipa de Abreu, sol- teira, moradora em Avis, irmã de António de Abreu. O testa- mento foi feito, a seu pedido, por Frei André Jusarte, prior da matriz e foi assinado, a rogo da testadora, pelo seu primo Alonso Soeiro de Albergaria. Testamentário: o Dr. Rui de Morais, contador do mestrado, e pai de sua sobrinha Joana de Azevedo Administrador: Joana de Aze- vedo e seus sucessores.	Deixa 1 moio de trigo, na Vár- zea da Granja, em Benavila. Transferido posteriormente para a herdade do Azinhãl, ter- mo de Avis.	Digam em missas, alqueire por missa, por sua alma e por alma de seus pais e irmãos, com responso.	No dia do seu enterramento lhe dirão 1 ofício inteiro, ofer- tado com 1 saco de trigo, 2 almoites de vinho e 1 carneiro. Dirão 5 missas das Chagas por sua alma e 1 missa cantada por alma dos pais. Dirão 3 missas a Nª Sª e 11 em honra das Onze Mil Virgens. Quer ser levada pela Miseri- córdia.	Deixa à confraria do Santo Sacramento, 3 cruzados; às do Nome de Jesus, de Nª Sª do Rosário e da Senhora da Orada, 1 tostão a cada uma; à de Nª Sª da Vitória de Lisboa, 5 tostões.	Manda que pagueem ao Padre Luís Mon- tês, suprior do convento, 2 700 rs que lhe deve em missas que disse por alma de sua irmã. Deixa 15 000 rs para paga- mento de serviços que a família devia aos seus criados. Como beneficiários dos seus legados, a quem dêa propriedades rús- ticas e bens móveis, conta-se a sua criada Leonor Vieira e seu irmão Domingos Viei- ra, Marquesa Lopes e a filha e a sua prima Maria Pereira, a quem deixa um olival e 10 000 rs para um vestido.	No convento, com seus pais, na nave maior, junto às grades do cruzeiro.
211 1584 TI, 167-167v; Inv., 42, 76v	Manuel Soeiro de Santo Antô- nio, casado com Antónia Leoa, morador em Santo António de Alcórrego, no termo de Avis.	Deixa 10 alqueires de trigo na herdade da Chaminé, no termo de Avis.	Para 5 missas, a 70 rs por mis- sa, por sua alma e de seus pais, com responso sobre a cova.				No convento, mas não se sabe onde por não ter letreiro na campa.
221 1588 TI, 164-167; Inv., 32, 41v, 69-70; Text., Pasta 1, doc. 15	Francisco da Rosa de Paiva e sua mãe Antónia de Paiva, mo- radores em Avis. Ele foi casado com Leonor da Gama Pereira, irmã de Afonso Soeiro de Al- bergaria. Fez o testamento com a ajuda do seu confessor, o Licenciado Francisco Gonçalves, vigário da vara.	Ele deixa renda de 30 alquei- res de trigo, na herdade de Místicos, na Ribeira de Avis, de que eram possuidores Pero de Mascarenhas e D. Leonor da Gama, moradores em Oli- venta. Sua mãe deixa outros tantos 30 alqueires de trigo, na mesma herdade.	A primeira renda será para mis- sas, a alqueire por missa, pela alma do testador e de seu pai. A segunda renda será para mis- sas por alma de sua mãe.				No convento, na nave de S. Bento, tem campa e letreiro na sepultura.
231 1590 TI, 85; Inv., 23v, 42, 59v-60	Frei António de Moraes.	Deixou 6 alqueires de trigo de renda numas courelas na Ervi- deira, termo da Gálveia, renda que foi depois empregue na plantação da vinha da Cerca.	Para 6 missas no mês de Outu- bro, por sua alma, com respon- so sobre a cova.				No convento, no meio da nave de S. Bento.
241 1594 TI, 234-236v; TI, 146; Inv., 30, 42, 99-101; Text., Pasta 1, doc. 16	Senhora Violante de Bairos, solteira, irmã de D. Frei An- tónio Barreiros, prior-mor da Ordem e bispo do Brasil, mo- radora na Rua do Convento. Pediu a Frei Manuel do Avelar, freire professo, que lhe fizesse o testamento. Testamentário: o padre Frei Alonso Pegado, suprior do Convento. Administrador: depois da morte daquele, fique o Convento.	Deixou 20 alqueires de trigo nas terras da horta de João Pascoal.	Para 20 missas: 15, por sua alma e 5 pelas almas de seus pais, de sua irmã Ana de Bai- ros e sobrinha Maria de Bairos e pela alma mais desamparada do Purgatório.	No dia do seu enterro lhe fa- rão 1 ofício inteiro de 9 lições, ofertado com 3 alqueires de trigo, meio almude de vinho e meio tostão por falhas que será repartido pelas pessoas presentes para ofertarem. Digam-lhe 5 missas às Chagas e mais 6, às seguintes invo- cações: Nª Sª do Rosário, S. Bento, Anjo da Guarda, Santo António, Santa Clara e pela mais desamparada alma do Purgatório. No mesmo dia os padres da matriz digam-lhe 1 ofício ofer- tado, com 1 alqueire de trigo, 1 canada de vinho e 30 rs por falhas.	A Misericórdia, 6 vinténs; às confrarias: Nª Sª do Rosário, 3 tostões; S. Bento, 3 vinténs; Santo Sacramento, 2 vinténs; ao Nome de Jesus, 1 vintém; Sª da Orada, 1 tostão de esmola e outro para a sua cera.	Deixa à sobrinha Branca de Bairos, que está em vias de se freira, 30 alqueires de trigo de renda na herdade da Louxada e 1 olival no Ervedal, em Vale de Pegos, mais 40 alqueires de trigo de renda para sua sustentação, comprados com dinheiro que seu irmão lhe mandara do Brasil. Deixa à sua sobrinha Isabel de Bairos as casas onde mora, um olival grande, no Ervedal e a sua escrava Maria, com o seu filho mais velho, porque o pequeno, Ben- to, era forro. Os bens móveis e o dinheiro que herdou de outra sobrinha, Ana de Bairos, deviam dividi-los entre ambas. Deixa o seu manto a Catarina Fernandes por a amortalhar e a Leonor Dias o seu hábito de pano, 1 ca- misa e 1 toalha. Se Isabel morrer sem filhos, tudo o que lhe deixa fique a seu afilhado e sobrinho Gregório e fique a sua escrava Maria forra.	No convento, no meio da nave de S. Bento, na sepultura de sua mãe.



Data e Fontes	Instituidor Testamenteiro Administrador	Bens e rendimentos da capela	Obrigações perpétuas	Exéquias e sufrágios temporários	Legados pios e esmolas a pobres	Legados profanos e dívidas	Lugar de sepultura
25) 1596 TI, 237-238; Inv., 101v, 132v; Test., Pasta 1, doc. 17	Isabel de Bairos, mulher de Jorge Varela, sobrinha do bispo do Brasil. Testamenteiro: o padre Frei Afonso Pegado, subprior do Convento. Administrador e capelão: o mesmo subprior e depois da sua morte, o Convento	Deixou 20 alqueires de trigo na herdade da Canada, na Sogolga, termo de Avis.	Para 20 missas por sua alma, por alma de seus pais, de seus avós e de sua tia Violante de Bairos, e pela alma mais desamparada do Purgatório. Entre as invocações das missas, figuram: Cinco Chagas de Cristo, SS. Trindade, N.ª S.ª da Conceição, N.ª S.ª de Entre-Águas, S. Miguel e Santo André.				Na igreja do convento, com sua tia Violante de Bairos.
26) 1599 TI, 50; Inv., 20v, 42v, 49v-50	Frei D. Francisco do Avelar, prior-mor de Avis. Administradora: sua sobrinha Grimanesa de Florença do Avelar e depois seu filho mais velho, Gaspar Fróis do Avelar e sucessores.	Doou a sua sobrinha, Grimanesa de Florença a sua herdade do Pinheiro, ao Porto de Alter, na ribeira de Sarrazola, termo de Benavilla, com o encargo de 1 molo de trigo para a sua capela, e de 1,5 molo à irmã dele, Helena do Rosário, freira no convento do Paraíso de Évora.	Para 60 missas, alqueire por missa, por sua alma e de seus deléutos, com responso.				No convento, na capela do Nosso Padre S. Bento.



CENTRO DE
ESTUDOS
HISTÓRICOS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA